



ELEMENTOS QUE CONSTITUEM

RELATORIO DO PLANO



Câmara Municipal de Ponte de Lima

Setembro 2025

(página em branco)

ÍNDICE

Introdução.....	5
1 - ENQUADRAMENTO LEGAL DA REVISÃO DO PDM	7
2 - ANTECEDENTES DA REVISÃO DO PDM	8
3 - SÍNTESE DA ANÁLISE TERRITORIAL.....	10
3.1 - Acessibilidades	12
3.2- Condições biofísicas e ambientais	14
3.3 - Características da ocupação do solo	39
3.4 - Classificação atual do Solo	44
4. CONSIDERAÇÕES DO RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	45
5 - SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL.....	49
6 – PROPOSTA DE ORDENAMENTO.....	54
6.1 - Classificação do solo.....	54
6.2 - Metodologia de delimitação das áreas edificáveis	59
6.3- Qualificação do Solo Rústico	61
6.4- Qualificação do Solo Urbano	67
6.5 – Articulação da proposta de ordenamento com políticas nacionais.....	73
6.6 – Conformidade das propostas de ordenamento com as SRUP.....	78
7 – SALVAGUARDA E PROTEÇÃO DO AMBIENTE, DOS RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS	80
8 - RISCOS AO USO DO SOLO	127
9 - SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	130
9.1 - Reserva Ecológica Nacional	133
9.2 - Reserva Agrícola Nacional	133
9.3 – Domínio Hídrico.....	134
10 - AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO	139
10.1 - Indicadores de base	140
10.2 - Indicadores de Estratégia	141
10.3 - Indicadores de execução	142
11 – PROGRAMAÇÃO DO SOLO.....	142
12 – REGIME ECONÓMICO-FINANCEIRO	153
13 – ARTICULAÇÃO DA AAE COM A PROPOSTA DE PLANO	156
BIBLIOGRAFIA.....	161
Equipa Técnica	163
ANEXOS	164

(página em branco)

Índice de Figuras

Figura 1 - Ponte de Lima	10
Figura 2 - Freguesias no concelho	11
Figura 3 - Extrato do PRN2000 (E.P. 2009)	12
Figura 4 - Hipsometria e Rede Hidrográfica no concelho	18
Figura 5 - Áreas classificadas.....	23
Figura 6 - Unidades de Paisagem da Região Norte	29
Figura 7 - Níveis de organização da Paisagem de Ponte de Lima.....	33
Figura 8 - Cobertura da Rede de Distribuição de Água	35
Figura 9 - Cobertura da Rede de Drenagem	36
Figura 10 - Loteamento do Polo Industrial do Granito das pedras Finas	44
Figura 11 - Sistema urbano municipal	51
Figura 12 - Troço de linha de água da cartografia base excluído do domínio hídrico.....	136
Figura 13 - Troços de linhas de águas (DH) sem ligação à restante rede hidrográfica, tendo em conta a cartografia base	137
Figura 14 - Restabelecimento da conectividade através da representação de um troço de linha de água extenso, mas omissos na cartografia base.....	138
Figura 15 - Representação de 2 troços de linha de água extensos, omissos na cartografia base.....	138
Figura 16 - Cartograma com os troços das linhas de água que integram o domínio hídrico e os que foram excluídos	139

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Consumidores de energia elétrica por tipo de consumo	38
--	----

Índice de Quadros

Quadro 1 - Freguesias por área	10
Quadro 2 - Superfície agrícola utilizada em Ponte de Lima	40
Quadro 3 - Explorações agrícolas em Ponte de Lima.....	40
Quadro 4 - Efetivo animal (Nº) da exploração agrícola e espécie animal	41
Quadro 5 - Solo Rústico na PSE	44
Quadro 6 - Solo Urbano na PSE	45
Quadro 7- Valores globais da Proposta de Plano – Classificação e Qualificação do Solo.....	72
Quadro 8- Listagem dos Valores arqueológicos inventariados	84
Quadro 9- Listagem dos Valores arqueológicos inventariados (Continuação)	107
Quadro 10- Listagem dos Valores arqueológicos inventariados mas sem geolocalização atribuída	117
Quadro 11- Listagem dos Valores arquitetónicos inventariados.....	120
Quadro 12- Riscos naturais e tecnológicos no território de Ponte de Lima	127
Quadro 13- Indicadores de base	140
Quadro 14- Indicadores de estratégia	141
Quadro 15- UOPG de tipo A - Equipamentos de utilização coletiva	143
Quadro 16- UOPG de tipo B - Espaços de Atividades Económicas	143
Quadro 17- UOPG de tipo C - Áreas habitacionais	143
Quadro 18- Articulação da AAE com a proposta de Plano.....	157

(página em branco)

Introdução

O presente relatório integra as peças que acompanham o PDM de Ponte de Lima e tem como objetivo fundamentar a proposta de ordenamento que se espacializa na respetiva Planta de Ordenamento e nos seus desdobramentos, nomeadamente na Planta de Salvaguardas, assim como enquadrar e justificar a estratégia e modelo de desenvolvimento territorial.

Efetivamente, o presente relatório desenvolve e sistematiza o conteúdo material da 2ª revisão do PDM, considerando:

- O modelo de ordenamento suporta-se na classificação e na qualificação do solo revista à luz da nova legislação;
- A avaliação que consta no Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território;
- Os Termos de Referência definidos pela Autarquia e que enquadram as matérias a rever na presente proposta;
- A proposta do modelo de organização territorial definido considera o enquadramento legal em vigor e que motivou, em parte, a presente revisão, detalhando, no entanto, os conceitos relativos ao povoamento e à especificidade do território de Ponte de Lima.

De acordo com os aspetos referidos, o presente relatório de fundamentação do plano não apresenta a atualização dos elementos de caracterização (apresentados em 2016), nomeadamente no que se refere à caracterização das infraestruturas, uma vez que se considera não ser esse o seu objetivo. Contudo, sistematizam-se alguns dados de caracterização e atualização outros tantos, uma vez que têm reflexo direto na proposta e na sua programação. Efetivamente, é necessário que cada peça desenhada ou escrita cumpra a sua função e que não exista um repartir dos assuntos pelos vários documentos que integram a revisão do PDM. Assim, a caracterização, tal como outros documentos que integram o plano tiveram as suas fases devidamente datadas e para as quais não faz sentido, na nossa perspetiva de implementação do PDM realizar a sua atualização. O importante neste caso é perceber as opções de planeamento no que se refere às aptidões dominantes do solo conjugadas com as opções de planeamento e gestão municipal que contribuem para a definição dessas opções e possam contribuir para a uma qualificação adequada do território.

Objetivos da 2ª revisão do PDM

A revisão do PDM prevê nos seus objetivos continuar o esforço efetuado pela Autarquia na última década e continuar a melhorar a qualidade de vida da população residente e a contribuir para o seu desenvolvimento socioeconómico, ao mesmo tempo que pretende criar condições para promover esse desenvolvimento de forma racional na utilização e ocupação do solo, na valorização dos recursos naturais, potenciando as atividades do turismo e atraindo população jovem para se fixar no seu território.

A revisão do presente plano diretor dá continuidade à estratégia e aos objetivos estabelecidos na 1ª revisão, adequando o modelo territorial e consolidando os seguintes aspetos:

- a) Qualificação do solo tendo em consideração as funções e os usos adequados às aptidões naturais e às necessidades reais da população;
- b) Valorização dos recursos naturais, paisagísticos e culturais, através de um correto ordenamento territorial;
- c) Consolidação do sistema urbano;
- d) Colmatação das áreas de edificação definidas no solo rústico;
- e) Atração de investimentos e fixação e atração de nova população;
- f) Enquadramento na elaboração de planos de atividades do município.

Para o efeito, a estratégia municipal incide na continuação do investimento na infraestruturação do território e da política de reabilitação urbana, conjugada com a definição da política municipal de habitação e a aposta na criação de mais espaços de atividades económicas em diversas freguesias e assegurar a sustentabilidade ambiental e a valorização paisagística como forma de potenciar o turismo de natureza e diversificar as ofertas no setor turístico, assim como contribuir para uma melhoria constante da qualidade de vida da população residente.

Complementarmente à revisão do PDM de Ponte de Lima, verifica-se que a ação municipal, no quadro das suas competências, inclui na sua estratégia de desenvolvimento territorial a execução das políticas nacionais relativas às alterações climáticas, aos resíduos, à qualidade dos recursos hídricos, entre outros, visando contribuir para uma correta e adequada execução das metas nacionais a atingir pelas diversas políticas setoriais.

1 - ENQUADRAMENTO LEGAL DA REVISÃO DO PDM

O enquadramento legal da presente revisão tem suporte na lei de bases¹, adiante designada como LBGPPSOTU, que determina a obrigatoriedade de reclassificação do solo, considerando o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial² e os critérios estabelecidos pelo Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto que determinam uma nova classificação e qualificação das categorias de solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante na sua aplicação.

Deste modo, cumprindo o disposto no enquadramento legal referido, no âmbito da realização da presente revisão do PDM de Ponte de Lima, foi anteriormente realizado o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) que permitiu ter uma leitura sobre a situação territorial de Ponte de Lima.

Do ponto de vista legal a presente revisão integra o seguinte conteúdo documental:

A – Elementos que constituem o Plano:

- Regulamento;
- Planta de Ordenamento, desdobrada nas seguintes plantas:
 - Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo, esc. 1/10.000;
 - Planta de Ordenamento II – Salvaguardas A - Geral, esc. 1/10.000;
 - Planta de Ordenamento II – Salvaguardas B – Património Inventariado, esc. 1/10.000;
 - Planta de Ordenamento III – Programação e Execução, esc. 1/10.000;
- Planta de Condicionantes, desdobrada em:
 - Planta de Condicionantes Gerais, esc. 1/10.000;
 - Planta de Condicionantes - Anexo I – Planta de Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS);
 - Planta de Condicionantes – Anexo II – Planta de Redes de Defesa no âmbito do Sistema de Gestão integrado de Fogos Rurais - SGIFR.

B – Elementos que acompanham o Plano:

- Relatório;
- Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental;

¹ Lei nº 31/2014, de 30 de maio.

² Decreto -Lei nº 80/2015, de 14 de maio.

- Programa de Execução e Plano de Financiamento com fundamentação da sustentabilidade económica e financeira;
- Carta Educativa;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI).

C – O PDMPL é ainda acompanhado pelos seguintes elementos complementares:

- Relatório de Compromissos Urbanísticos;
- Planta de Compromissos urbanísticos, esc. 1/25.000;
- Figura de Enquadramento Regional, esc. 1/500.000;
- Cartograma Síntese do PROF EDM;
- Planta da Situação Existente;
- Carta da Reserva Ecológica Nacional (REN por sistemas) – esc. 1/10.000;
- Planta de Riscos ao Uso do solo, esc. 1/25.000;
- Carta da Estrutura Ecológica Municipal, esc. 1/25.000;
- Mapa de Ruído;
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação e
- Ficha dos Dados Estatísticos.

Integram ainda, nos elementos complementares, os seguintes relatórios de carácter setorial relativos quer aos Espaços Florestais quer à Conservação da Natureza:

- Relatório de Conformidade das Orientações de Gestão da Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos;
- Relatório de Conformidade da Rede Natura 2000;
- Relatório de Conformidade das Classes de Perigosidade Alta e Muito Alta.

2 - ANTECEDENTES DA REVISÃO DO PDM

O Plano Diretor Municipal de Ponte de Lima foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2005, de 31 de março de 2005, tendo sido publicado na I série, do DR nº 63, de 31 de março. De referir que a Reserva Ecológica Nacional de Ponte de Lima, apenas foi delimitada e aprovada em 2005, juntamente com a revisão do primeiro PDM PL.

Por vicissitudes várias que se prendem, fundamentalmente, com alteração do regime jurídico durante as fases de elaboração, aprovação e publicação, o PDM em vigor apresenta diversas desconformidades. Algumas são identificadas na própria Resolução do Conselho de Ministros, outras foram, posteriormente, identificadas no âmbito da gestão urbanística e têm sido corrigidas sempre que detetadas. Por esse motivo, a REN aprovada pela RCM n.º 81/2005, de 31 de março, foi alvo de diversas alterações e correções ao longo dos anos de vigência da REN.

De referir ainda que, no que diz respeito à RAN de Ponte de Lima, publicada pela Portaria nº 1118/91, Diário da República n.º 249/1991, Série I-B de 29 de Outubro, se verifica que esta corresponde ao desenvolvimento da metodologia em vigor nessa data.

Consciente dos problemas existentes e da necessidade de atualizar, corrigir e articular as ocupações com as condicionantes de uso do solo, decidiu o Executivo Municipal, durante o ano de 2014 proceder aos trabalhos necessários à realização da revisão do PDM de Ponte de Lima, incluindo a elaboração de uma nova carta da Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional e tendo em consideração o novo quadro legal em vigor.

Surge assim a nova Cartografia de referência que servirá de base aos trabalhos da presente revisão do PDM de Ponte de Lima. A cartografia em suporte digital, escala 1/10.000, propriedade do Município de Ponte de Lima, produzida por SOCARTO – Sociedade de Levantamentos Topo-Cartográficos, LDA., com data de edição de 18-09-2015, homologada pela DGT em 24-06-2016 (Processo n.º 349), com sistema de referência PT-TM06/ETRS89 - European Terrestrial Reference System 1989, Datum ETRS89, Datum Altimétrico Marégrafo de Cascais, Elipsoide GRS80, projeção Transversa de Mercator.

3 - SÍNTESE DA ANÁLISE TERRITORIAL

Figura 1 - Ponte de Lima



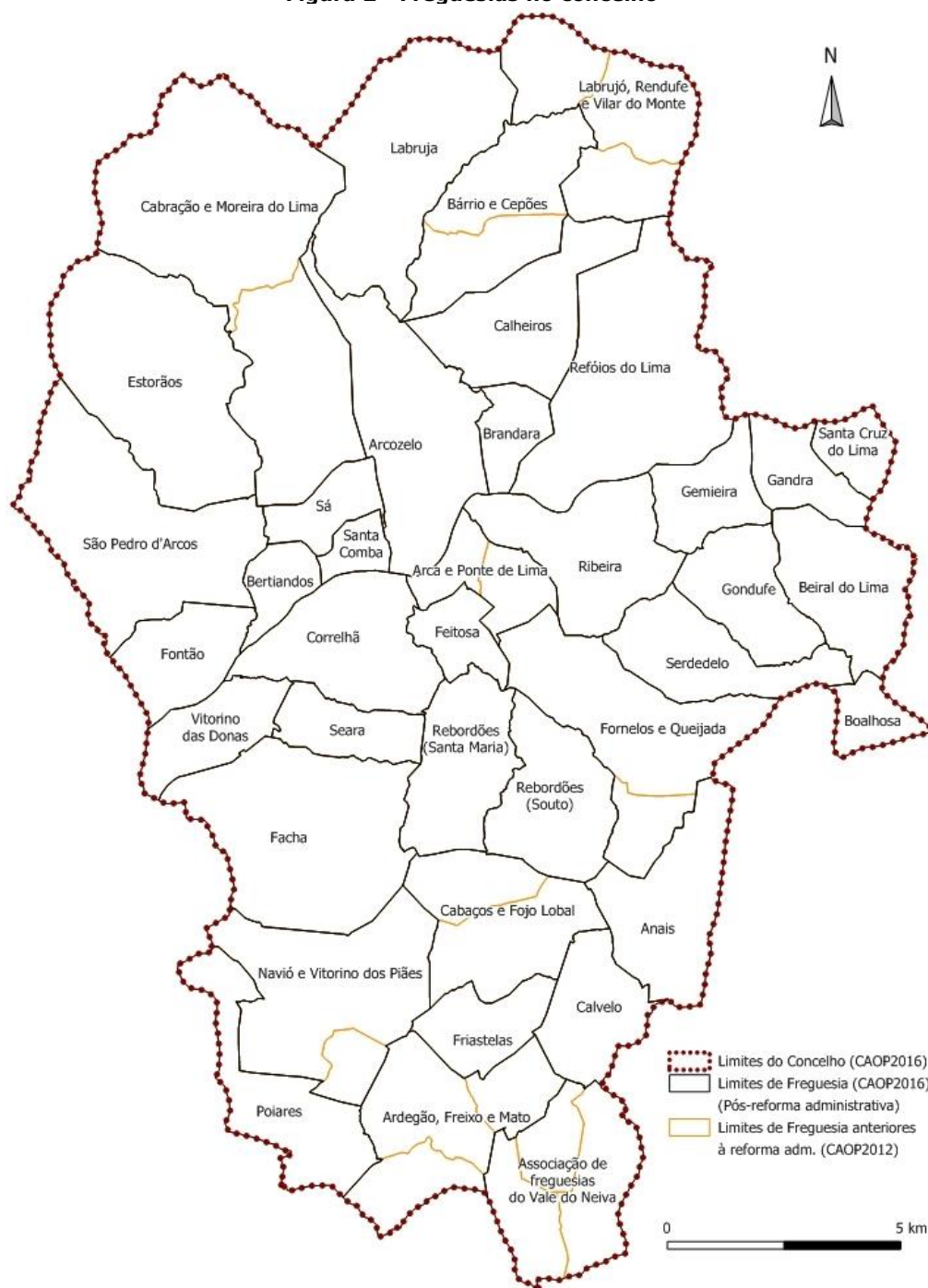
O território de Ponte de Lima tem um comprimento Este/Oeste de 20km e de Norte/Sul de 27km, e encontra-se atualmente repartido por 39 freguesias (51 antes da reforma administrativa de 2013), que se identificam na lista seguinte e com localização espacial de cada uma na figura abaixo:

Quadro 1 - Freguesias por área

Freguesia	ha	Freguesia	ha
Santa Comba	149,91	Poiares	744,01
Boalhosa	218,7	Anais	806,3
Santa Cruz do Lima	223,34	Calheiros	849,93
Bertiandos	226,68	Correlhã	865,54
Brandara	257,69	Ribeira	877,17
Feitosa	269,38	Cabaços e Fojo Lobal	926,55
Sá	279,82	Bárrio e Cepões	971,23
Gandra	348,54	Associação de freguesias do Vale do Neiva	1027,32
Seara	363,47	Ardegão, Freixo e Mato	1071,75
Friastelas	391,99	Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte	1125,55
Arca e Ponte de Lima	400,6	Arcozelo	1207,57
Gemieira	424,86	Fornelos e Queijada	1301,14
Vitorino das Donas	446,53	Navió e Vitorino dos Piães	1360,31
Fontão	482,54	Labruja	1456,46
Calvelo	526,42	São Pedro d'Arcos	1505,32
Gondufe	557,4	Facha	1530,77
Serdedelo	651,24	Estorãos	1620,94
Rebordões (Santa Maria)	707,3	Refóios do Lima	1644,73
Beiral do Lima	731,52	Cabração e Moreira do Lima	2734,02
Rebordões (Souto)	740,94		

(CAOP2014) DGT

Figura 2 - Freguesias no concelho



3.1 - Acessibilidades

A localização central do concelho no contexto da NUTII Alto Minho permitiu-lhe beneficiar de um conjunto de acessibilidades conferindo-lhe uma centralidade importante.

Figura 3 - Extrato do PRN2000 (E.P. 2009)



Assim, ao nível das acessibilidades há que referir o IP1/A3 que liga o concelho com Braga, a sul e à Galiza, a norte, sendo servido por 3 nós no concelho, bem como o IP9/A27 que liga com a sede de distrito no litoral, seguindo esta via transversal em direção ao interior da sub-região do Vale do Lima pelo IC28. Refira-se ainda a existência de outras alternativas como a EN201 com ligação a Braga e Valença, a EN 306 que liga a Paredes de Coura, e ainda a EN 308 servindo de ligação com Vila Verde, estando o restante concelho servido por uma extensa rede de estradas e caminhos municipais que permitem uma ligação inter-freguesias. Atravessam ainda o concelho as ER 203, ER 204 que ligam, respetivamente, à Vila da Ponte da Barca e a Barcelos.

A rede viária constitui, efetivamente, um fator de atração deste território, pelo que apresentamos a caracterização da rede viária, segundo a sua classificação no PRN:

a) Rede Rodoviária Nacional (RRN):

i) Rede Nacional Fundamental (Itinerário Principal – IP):

- a. IP1/A3, Autoestrada/Itinerário Principal (km 59,241 a km 87,593), integrada na Concessão BRISA (Concessão do Estado), tutelada pelo

- Instituto de Mobilidade e Transportes, IP (IMT), entidade responsável pela gestão deste Contrato de Concessão;
- b. IP9/A27, Autoestrada/Itinerário Principal (km 11,865 a km 24,653), integrada na Concessão Norte Litoral (Concessão do Estado), tutelada pelo Instituto de Mobilidade e Transportes, IP (IMT), entidade responsável pela gestão deste Contrato de Concessão.
- ii) Rede Nacional Complementar (Itinerário Complementar – IC):
- a. IC28, Itinerário Complementar (km 0,000 a km 3,983).
- iii) Rede Nacional Complementar (Estrada Nacional - EN):
- a. EN 201, Estrada Nacional (km 20,669 a km 47,291), entre a freguesia de Labruja, limite Norte do município e a freguesia de Anais, a Sudeste, passando por Ponte de Lima, a sede municipal;
- b. EN 306, Estrada Nacional (km 5,186 a km 21,545), entre a união de freguesias de Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte, a Norte e a freguesia de Arcozelo, no cruzamento com a EN201;
- c. EN 308, Estrada Nacional (km 22,768 a km 23,474), na freguesia de Anais, no cruzamento com a EN201 e a ER308, seguindo para Leste, para o município de Vila Verde.
- b) Estradas Regionais, sob jurisdição da I.P.:
- i) ER203, Estrada Regional (km 11,966 a km 32,472), entre a freguesia de Vitorino das Donas, a Poente e a freguesia de Santa Cruz do Lima, a nascente, de onde segue para o município de Ponte da Barca;
- ii) ER204, Estrada Regional (km 0,000 a km 10,418) segue para Sul, entre a freguesia de Seara, no cruzamento com a ER203 e a freguesia de Poiares, continuando para o município de Barcelos;
- iii) ER308, Estrada Regional (km 11,823 a km 22,767), com intermitência entre o km 21,677 e o km 21,894, entre a freguesia de Poiares e a freguesia de Anais.
- c) Estradas Nacionais Desclassificadas, sob jurisdição da I.P.:
- i) EN 202, Estrada nacional desclassificada (km 15,532 a km 32,198), com intermitência entre os km 22,500 e 23,938;
- ii) EN203-2, Estrada Nacional desclassificada (km 0,000 a km 1,740);
- iii) EN 306, Estrada Nacional desclassificada (km 21,147 a km 40,008);
- iv) EN 307, Estrada nacional desclassificada (km 0,000 a km 13,994).

3.2– Condições biofísicas e ambientais

Alterações Climáticas

Segundo os diversos estudos existentes sobre a questão das alterações climáticas em curso e o estabelecimento de medidas necessárias à adaptação necessária dos territórios. O PNPPOT identifica para Portugal as seguintes mudanças ambientais e climáticas, sendo as principais:

- Aumento da temperatura, alterações nos padrões de precipitação e a subida do nível médio do mar.

Os fatores de mudança associados às alterações climáticas evidenciam que Portugal, em 2030, terá um território mais vulnerável.

Por esse motivo, o documento referido aponta os seguintes impactos:

- a degradação e perda de recursos ambientais;
- diversos riscos e vulnerabilidade;
- alterações económicas e sociais.

Refere ainda como fundamental a necessidade de adoção de medidas de adaptação.

Por sua vez o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Minho (PIAAC Alto Minho, 2019), segue na sua elaboração, a metodologia do Guia de Apoio à Decisão em Adaptação Municipal e recorre a um conjunto de dados climáticos abertos (ClimaEU e Portaldoclima), bem como, ao modelo ENSEMBLE e a cenários climáticos de “continuidade” (RCP 4.5) e “pessimista” (RCP 8.5) para períodos (1960-90; 2041-70; 2071-2100). Assim, as projeções e cenarizações efetuadas permitem a avaliação de impactes e vulnerabilidades territoriais previsíveis, no território de Ponte de Lima, para os sectores da Agricultura e florestas; Biodiversidade; Economia (Indústria, turismo e serviços); Energia e segurança energética; saúde humana; segurança de pessoas e bens; transportes e comunicações.

Os resultados obtidos indicam alterações espaciais e temporais das variáveis climáticas com tendências de aumento da temperatura, maiores amplitudes, concentração da precipitação, extremos pluviométricos, aumento da

evapotranspiração, dos períodos secos, das ondas de calor e mudanças da direção, velocidade e intensidade das massas de ar. A mudança climática prevista potencia a ocorrência de impactes:

- na migração e invasão biológica;
- na aptidão, produção e tipicidade dos produtos agroalimentares;
- no aumento dos incêndios rurais e problemas fitossanitários;
- na saúde humana; (alergias, cancro de pele, problemas associados à visão e epidemias) e qualidade do ar;
- na alteração dos padrões associados à produção, distribuição e consumo energético;
- em oportunidades para um turismo rural e de natureza;
- na alteração na quantidade e qualidade dos recursos hídricos;
- na ocorrência de fenómenos de galgamento costeiro;
- nas exigências para os sistemas de serviços de emergência e proteção civil.

A identificação, ponderação e organização dos impactes apoia a definição de medidas de adaptação através da investigação, intervenção, monitorização, capacitação e cooperação e a respetiva integração nos instrumentos de gestão territorial.

Complementarmente, analisando o “Plano Intermunicipal de Adaptação às alterações climáticas do Alto Minho” – elaborado no âmbito do Alto Minho AdapPT, elaborado pelo IPVC, em 2019, verificamos que:

- Nos **Espaços de altitude e montanha**; onde se registam as menores temperaturas médias e as maiores precipitações (...), e onde se esperam fortes mudanças (anomalias e amplitudes) nos regimes **térmicos**;
- Nos **Espaços de vale e ribeirinhos**; espaços de transição onde se esperam fortes mudanças nos regimes hidrológicos e fortes impactes potenciais sobre a variação dos caudais gerando impactes sobre a quantidade e a qualidade da água, sobre os habitats naturais e populações/elementos humanos ribeirinhos;
- Nos **Espaços Estuarinos**; onde se esperam mudanças ao nível da salinização das águas de transição.

Podemos, efetivamente, resumir as principais alterações climáticas projetadas para o Alto Minho (2030-2100)³, previstas no estudo referido.

- Subida da temperatura média entre 1.6º C (RCP 4.5) e 4.0º C (RCP 8.5);
- Aumento da temperatura máxima entre 2.1º C (RCP4.5) e 2º C (RCP 8.5);
- Aumento do número de dias consecutivos muito quentes (>35ºC) e noites tropicais (>35ºC);
- Redução da precipitação média durante os períodos de Verão e Outono;
- Ocorrência de episódios de forte precipitação e aumento do número de dias com muita chuva no inverno;
- Aumento das necessidades hídricas;
- Aumento do nível médio do mar em 0,17 a 0,38 m em 2050 e em 0,5 m no final do século;
- Aumento dos fenómenos extremos em particular de precipitação muito intensa;
- Aumento de periodicidade e severidade das ondas de calor;
- Aumento da ocorrência de tempestades de Inverno acompanhadas de chuva e vento forte.

Fisiografia e Hidrografia

O Noroeste Português, o qual inclui o concelho em análise, encontra-se inserido numa das três grandes unidades morfo-estruturais de Portugal Continental, o Maciço Hespérico, caracterizado por um relevo bastante acentuado resultante de sucessivos levantamentos tectónicos, dobras e fraturas transversais.

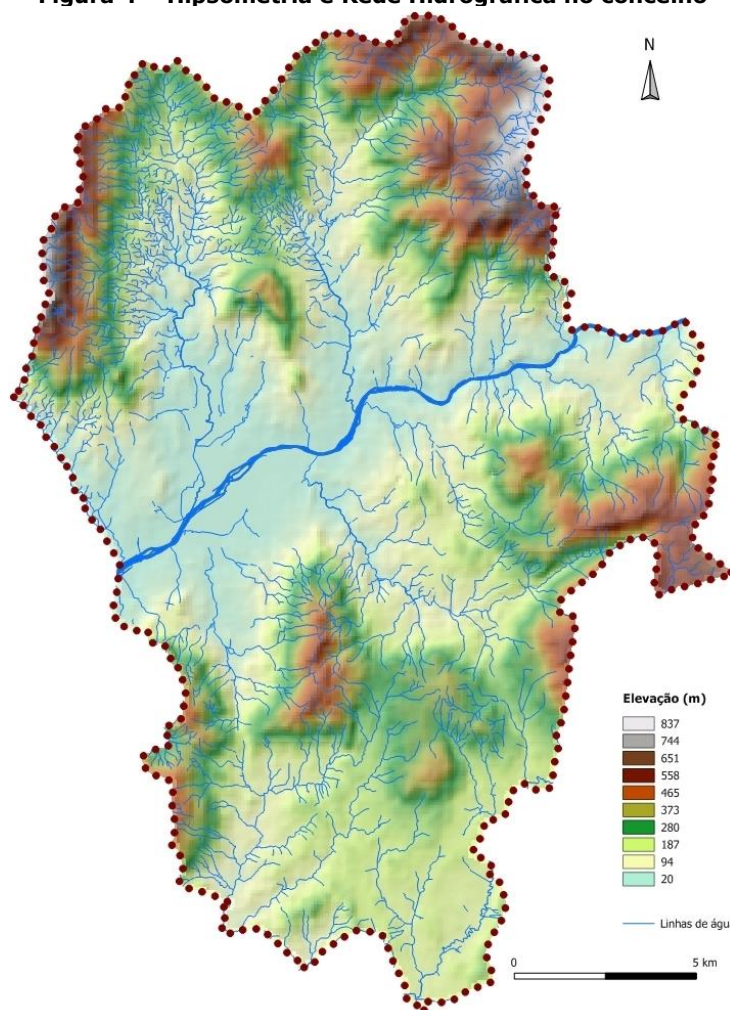
A geomorfologia da região traduz-se assim em inúmeras serras, assim como uma enorme quantidade de vales cavados no granito e guiados por acidentes de orientação Bética (ENE-OSO), que “guiam” o rio Minho e Lima. O concelho é marcado pelo relevo dos maciços xistentos e graníticos, sulcados por um conjunto de acidentes tectónicos, apresentando estas montanhas encostas acentuadas, como a Serra d’Arga com o seu cimo aplanado, com mais de 800 m de altitude e suas vertentes de forte declive, a Serra da Cumieira, a NE e o Monte de Travanca, a leste também de relevo acentuado, em contraponto com as importantes áreas de várzea (veigas do Lima), caracterizadas pelas suas depressões aluvionares ou colúviais de declive abaixo de 8%, junto ao rio Lima e seus afluentes, e ainda as

³ PIAAC do Alto Minho

áreas de declives médios, correspondendo à meia-encosta e que, geralmente, se encontram terraceadas. Na metade nordeste do concelho localizam-se as áreas com maiores altitudes (841 m em Labrujó), estando as áreas de menores altitudes junto do rio Lima com cotas inferiores, abaixo dos 10 metros. A margem esquerda do rio Lima apresenta também uma morfologia de relevos acentuados, embora de menor escala, como a Serra da Paradela, Serra da Nora e Monte de S. Veríssimo, não ultrapassando os 600 m. Nas áreas de afloramentos graníticos do concelho observam-se grandes blocos graníticos, caos de blocos, pias, “tafoni” e o “Thor” do Cerquido, entre outras áreas de interesse geomorfológico, como as marmitas existentes em alguns dos leitos de linhas de água locais e que integram o troço intermédio da bacia hidrográfica do rio Lima.

Assim, no que diz respeito ao concelho de Ponte de Lima, destaca-se a presença de um talvegue principal que drena as águas do rio Lima, num sentido transversal ao concelho no sentido poente, que juntamente com as áreas de maior altitude, que atingem cotas de 840m e com declives acentuados, marcam o relevo concelhio, contrastando com as cotas de 10m e declives inferiores a 5% junto ao rio Lima e um relevo mais ondulado na metade sul do concelho. O concelho encontra-se ainda recortado por vales transversais ao rio Lima, numa orientação predominantemente N-S ou NE-SO, denotando-se a presença de uma linha de festo a norte do concelho nos seus limites fronteiriços com as “paredes do Coura”, e outra a sul do concelho que divide a bacia hidrográfica do rio Lima da bacia hidrográfica do rio Neiva.

Figura 4 – Hipsometria e Rede Hidrográfica no concelho



Os recursos hídricos são, em resultado da forte pressão antrópica a que este e a sua sub-bacia estão sujeitos, uma das problemáticas identificadas no município, sobretudo no que diz respeito ao rio Lima, apresentando um estado global de inferior a bom na sua metade jusante classificada como águas de transição. Classificação idêntica foi obtida no troço intermédio do rio Labruja, e ainda a Ribeira da Silvareira, Ribeiro do Couto e no Rio Neiva a sul do concelho, incluindo a Ribeira de Nevoinho, um dos seus afluentes no concelho (a sudoeste). O troço do rio Lima a montante da vila de Ponte de Lima, bem como os rios Labruja, Trovela e do Pontido apresentam um estado global de Bom e superior, aos quais se junta o troço inicial e final do rio Estorãos.

Por seu lado, a classificação do estado global das massas de água subterrâneas na área a que pertence Ponte de Lima indica um estado de Bom, sendo consideradas reservas estratégicas a nível nacional, a serem utilizadas para abastecimento

público, caso seja necessário em períodos de seca, pelo que importa protegê-las qualitativamente e quantitativamente.

Se incidirmos a análise nos recursos hídricos superficiais, considerando a informação disponível no Plano de Gestão da região Hidrográfica do Minho e Lima (PGRH1) – 3º ciclo (2022-2027), verifica-se, uma carga com origem no sector agrícola de N de 17.502,543 kg/ano e de P de 3.352,491 kg/ano, na sub-bacia do Rio Neiva a sul do concelho, seguido da sub-bacia do rio Lima, apresentando as restantes sub-bacias no concelho valores de P e N inseridas nas classes inferiores⁴.

Com origem no sector da pecuária a mesma sub-bacia do rio Neiva, apresenta semelhante destaque em termos de maior carga de nutrientes, quer de N com 101.522,797 kg/ano, quer de P com 37.601,180 kg/ano⁵.

Com análise dos elementos da fonte referida anteriormente, relativamente às pressões qualitativas pontuais com rejeição no meio hídrico são notórias as pressões urbanas (ETAR), do sector extrativo e do sector alimentar, bem como outras atividades industriais. Por seu lado, nas pressões quantitativas pontuais destacam-se as captações subterrâneas para o sector agrícolas/espacos verdes, bem como para o abastecimento público, enquanto nas captações superficiais as principais pressões são derivadas do consumo humano e industrial.

Características gerais dos solos

Os solos do concelho de Ponte de Lima resultam de uma longa evolução de ações de erosão na sua litologia, muito influenciada pelo clima e relevo local, mas também pelo tipo de vegetação e pela ação do homem. Em termos pedológicos, predominam no concelho, os regossolos, com 44% da superfície total do concelho e os antrossolos, correspondendo a 35%. Os primeiros encontram-se ocupados por diferentes povoamentos florestais autóctones, mas também por matos, pastagens e culturas de sequeiro, estando numa fase de regressão devido ao abandono agrícola, ocorrendo sobretudo a altitudes médias ou elevadas. Os segundos, que são

⁴ Fonte: <https://apambiente.maps.arcgis.com/>; Instituto Geográfico Nacional, Esri, HERE, Garmin, Foursquare, METI/NASA, USGS | APA - DRH - DTISI |

⁵ Fonte: <https://apambiente.maps.arcgis.com/>; Instituto Geográfico Nacional, Esri, HERE, Garmin, Foursquare, METI/NASA, USGS | APA - DRH - DTISI |

consequência da ação do homem resultante de soterramentos, arroteamentos e terraceamentos, encontram-se ocupados por culturas de regadio ou sequeiro, vinha, árvores de fruto, bem como olival e prados, padecendo atualmente de maior risco de erodibilidade pelo mesmo motivo do abandono agrícola dos solos.

No concelho ocorrem ainda leptossolos (12%), correspondendo a áreas incultas, com matos, pinheiros e prados permanentes, fluvisolos (7%), localizados a baixa altitude, nas margens do rio Lima e dos seus principais afluentes, mas também cambissolos e arenossolos, estes últimos em menor percentagem (2%), estando ocupados por manchas de pinheiros e eucaliptos, bem como algumas culturas agrícolas e matos.

Recursos Minerais

Ponte de Lima é um concelho reconhecido também pela sua atividade extrativa e de transformação dos seus recursos minerais, sobretudo o granito, constituindo uma importante atividade económica no concelho. A exploração mineira, mais intensa no passado, explorou importantes áreas com ocorrência de substâncias e/ou metais como o ouro, volfrâmio, tungsténio, estanho, tântalo, nióbio titânio etc., em áreas como Cabração, Cerquido, Estorãos, Fojo Lobal, Santa Justa, Monte do Formigoso e Serra de Agra entre outros, que leva Carlos Leal Gomes a reconhecer “a extraordinária diversidade mineralógica do concelho”, referindo que “há minerais que no contexto Português só aqui são conhecidos”⁶. Esta diversidade geológica e mineira leva ao reconhecimento no concelho de diversos Locais de Interesse Geológico e Áreas de Interesse Geológico, e ainda Locais de Interesse Mineralógico, localizados em Cabanas-Fomigoso, Monteiro, Fojo Lobal, Chelo, Bustarenga, Fulão, Lourinhal, Encruzilhada, Lugar de Mãos e a importante área de Baloucas-Benvisa ⁷, sendo recomendada, no estudo referido, uma atenção especial a estas áreas.

O mesmo autor assinala alguns Locais de Interesse geomorfológico e paisagístico no concelho como o “Thor” granítico do Cerquido, “Tafoni” no Fomigoso, caos de blocos, marmitas em alguns cursos de água, o alvéolo de Bertandos, vales de falha como o do rio Estorãos, entre outras geoformas existentes no concelho.

⁶ “Diversidade Geológica e Recursos Minerais” in “As Condições Naturais e o Território de Ponte de Lima”, pág. 85.

⁷ *Idem*, pág. 116.

A capacidade de uso do solo difere de acordo com um conjunto de características físicas como o regime de temperatura, as condições de enraizamento, fertilidade, drenagem, disponibilidade de água no solo, riscos de erosão, riscos de inundação, declive do terreno e a existência de obstáculos. A variedade de cruzamento dessas características permitiu que em Ponte de Lima se formassem solos com diferentes aptidões, em que 37% da área do concelho possui aptidão para a agricultura, dos quais 8% tem uma aptidão elevada e 29% com aptidão moderada, estando estes solos localizados próximos do rio Lima e seus principais afluentes. Estes solos apresentam de uma forma geral boas condições de enraizamentos, com uma espessura útil superior a 100 cm, com uma fertilidade de grau elevada e também com um grau de excesso de água que vai de curtos períodos a períodos moderados, coincidindo com períodos de chuvas mais intensas, resultando também numa ausência de défice hídrico durante 11 meses do ano. Estes solos são caracterizados ainda pela sua baixa erodibilidade, em resultado da sua capacidade de infiltração da água, como consequência da sua composição, e do seu grau de declive inferior a 6% ou pela presença de correções de declive, nomeadamente socacos largos a médios.

Da restante área concelhia, 58% apresenta solos com aptidão para a exploração florestal e silvo-pastorícia, dos quais 30% com aptidão elevada e 28% com aptidão moderada. A restante área não apresenta qualquer aptidão para os usos referidos, devendo ser ocupadas por atividades complementares como a pastorícia, atividades recreativas ou ainda a cinegética, entre outras.

Tradicionalmente, o concelho apresenta uma agricultura baseada em sistemas de produção policultural, de características familiares e de pequena dimensão. De referir, contudo, que em resultado de alterações sociais e económicas, os terrenos incultos são cada vez mais representativos, e tendencialmente, verifica-se o surgimento de uma intensificação da agricultura.

Valores Naturais e Culturais

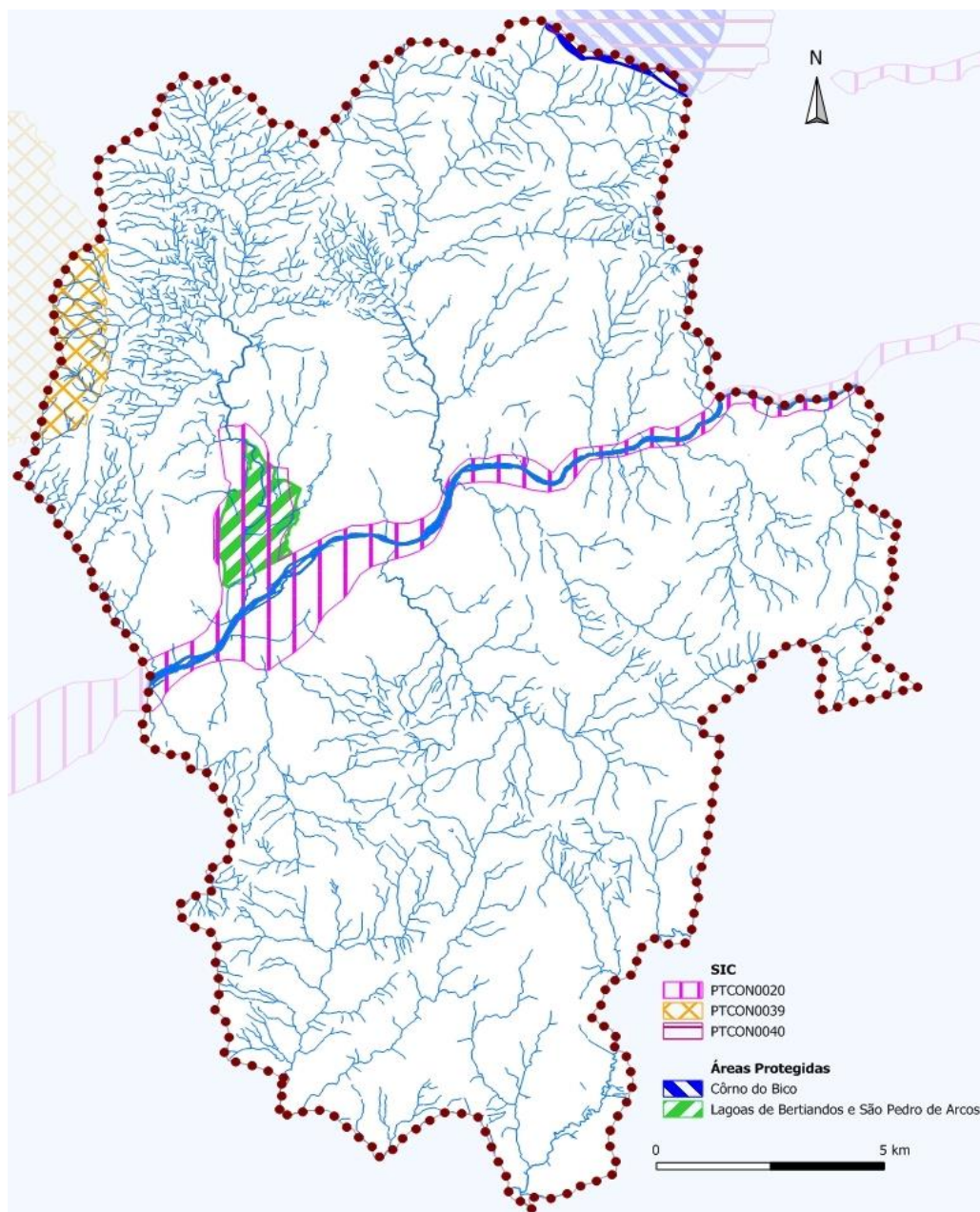
Rede Natura 2000 e Paisagem Protegida

Ponte de Lima, como se pode observar na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas, com 32025 hectares, caracteriza-se pelos seus vastos recursos e

valores naturais e paisagísticos, quer os que se encontram ligados a áreas húmidas, quer os que resultam de áreas de montanha, como atestam os espaços concelhios que integram a Rede Natura 2000, nomeadamente a Zona Especial de Conservação (ZEC) Rio Lima (PTCON0020) – 1749 ha - que compreende áreas agrícolas e áreas de mata ribeirinha, compostas maioritariamente por espécies ripícolas e folhosas autóctones e onde ocorrem *habitats* prioritários a Zona Especial de Conservação Serra de Arga (PTCON0039) com 449 ha, que engloba áreas de pastagens de montanha, povoamentos florestais e áreas de vegetação ripícola, e ainda 6 ha correspondente a parte da ZEC Corno do Bico (PTCON0040), que se caracteriza pelas suas áreas agrícolas, florestais com carvalhos, videiros e azevinhos e pastoris extensivos com os seus prados temporários. Esta ZEC relaciona-se também com a Paisagem Protegida do Corno do Bico (com 6 ha em Ponte de Lima), que também se estende minimamente no território limiano, e que conjuntamente com a Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro de Arcos, constituem-se como áreas protegidas com representatividade no concelho.

A Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro de Arcos, criada em 2000, é abrangida também pela ZEC Rio Lima, e foi Declarada Zona Húmida de Importância Internacional (Sitio Ramsar), pela raridade dos seus *habitats* e pela elevada biodiversidade que sustenta. Esta Área Protegida desenvolve-se em torno de duas lagoas e margens do Rio Estorãos, numa área total de cerca de 350 hectares sendo considerada um marco nacional em termos de educação ambiental e de preservação da natureza.

Figura 5 – Áreas classificadas



As Áreas Protegidas no concelho totalizam 411 hectares, e as ZEC de Interesse Comunitário somam 2204 hectares o que, eliminando as sobreposições, corresponde a cerca de 7% do território municipal.

Património cultural

A temática do património cultural que se encontra espacializada e regulada no presente PDM tem por base os elementos de caracterização geral completada com

a bibliografia disponível. Referimo-nos, nomeadamente às informações disponibilizadas no Atlas do património cultural, o sítio de internet do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), pelo Portal do Arqueólogo, e ainda à informação sistematizada pelo PDM em vigor, algumas delas com imprecisões que aqui se procura corrigir. Em termos bibliográficos destacamos, sobretudo, o excelente trabalho intitulado de *Ponte de Lima uma Vila Histórica do Minho*⁸, e completamos a informação pela análise elaborada pela equipa.

Pretendemos com a sistematização efetuada contribuir para o conhecimento atualizado dos valores culturais presentes no território. Por esse motivo, entendemos que será necessário estabelecer, a partir daqui, uma metodologia de cruzamento das diferentes fontes de informação, por forma a eliminar os erros existentes nas diferentes bases de dados.

O património cultural identificado no presente PDM, consiste nos bens classificados e em vias de classificação e nos valores inventariados, sistematizados a partir de diversas fontes como é referido inicialmente.

Efetivamente, os bens classificados encontram-se espacializados na Planta de Condicionantes, uma vez que constituem uma servidão administrativa e tem um regime específico em vigor. Por seu lado, os valores inventariados, alvo de salvaguarda e proteção no presente PDM, encontram-se, por isso, espacializados na Planta de Ordenamento II- Salvaguardas B – Património Inventariado e regulados no articulado do Regulamento no capítulo destinado às temáticas a salvaguardar pelo presente PDM.

Contudo, devido à importância do tema, ao nível concelhio, optámos por incluir neste relatório a sistematização geral efetuada, em 2018, na 2ª Fase - Estudos de Caracterização do Território.

Desta forma, importa identificar património cultural conhecido no território concelhio, assim como proceder à sua hierarquização sistemática.

Integram o património cultural de Ponte de Lima quer os bens classificados quer o património inventariado. Efetivamente, ao longo das últimas décadas a autarquia

⁸ Carlos A. Brochado de Almeida, (Coordenador), Município de Ponte de Lima, 2007.

tem promovido diversos levantamentos e estudo neste âmbito e que já referimos no ponto anterior. Importa agora sistematizar os bens conhecidos deste território.

Património classificado

- Bens imóveis classificados;
- Bens imóveis em vias de classificação.

Aos bens identificados aplicam-se ainda, de acordo com o diploma de publicação do mesmo, zonas de proteção que podem ser zonas gerais de proteção (ZGP) e zonas especiais de proteção (ZEP).

O património classificado encontra-se espacializado na Planta de Condicionantes Gerais que integra os Elementos que Constituem o plano, complementado no Anexo 2 do Regulamento.

Património Inventariado

No que se refere ao património inventariado, estas áreas encontram-se devidamente identificadas no Anexo 3 do presente Regulamento, na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas B – Património Inventariado, sendo definido o seu regime no articulado do Regulamento, no Capítulo VII:

- a) Áreas inventariadas com Valor Arqueológico;
- b) Edifícios inventariados com Valor Arquitetónico;
- c) A Via Romana XIX;
- d) O Caminho de Santiago.

Deste modo, considerando a dimensão do património cultural existente no território de Ponte de Lima, quer diga respeito a bens classificados ou inventariados, optámos por diferenciar a sua espacialização nas plantas que integram o Plano, de acordo com a sua hierarquia e em articulação direta com o regulamento visando a sua correta interpretação. Assim, identificámos os bens classificados como informação complementar na Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo, na Planta de Condicionantes Gerais, incluindo as respetivas zonas de proteção.

Breve apontamento sobre a ocupação de Ponte de Lima⁹

Ponte de Lima possui um vasto conjunto de imóveis com valor patrimonial e que permite um vislumbre de como foi a evolução do território que compõe o concelho de Ponte de Lima, permitindo perceber como foi a sua distribuição evolução e fixação dos povos ao longo dos diferentes períodos históricos, pelo que importa localizar, conhecer para melhor preservar.

O atual concelho de Ponte de Lima possui indícios de ter sido ocupado pelo homem desde a pré-história, como o comprava alguns instrumentos líticos em quartzito atribuídos ao Paleolítico Superior aos que se juntam inúmeros monumentos megalíticos.

Do IV milénio e o início do I milénio a.C. destacam-se os santuários rupestres de ar livre em grande número e dispersos geograficamente como resultado das movimentações das comunidades agro-pastoris.

Com a descida das comunidades para os vales e encostas mais baixas, surgem aí os dólmens e as gravuras em forma de círculos concêntricos integrados em rocha.

Do Bronze Final e já com uma intensificação do uso da terra, são conhecidos os povoados do Alto de Rendufe, Santo Ovídio e o Castelo da Formiga.

Os povoados coevos com a transição do Bronze para a Idade do Ferro também marcam a paisagem local, onde o seu maior ícone é sem dúvida o de Santo Estevão da Facha, mas também o castro de Rendufe e o castro de Santo Ovídio, implantado no alto de um monte, na freguesia de Arcozelo, permitindo um controle sobre a travessia do rio Lima.

Da segunda Idade do Ferro são referenciados uma trintena de castros, de onde se salientam os pequenos “castros agrícolas” instalados, maioritariamente, no meio de campos de cultivo, que se desenvolveram sobre antigos depósitos aluvionares, integrando-se nesta tipologia os castros de Cepões, Eirado na Correlhã, Quinta do Crasto em Fornelos, Crasto de Baixo na Labruja, Castelinho em S. João da Ribeira, Crasto de Santa Comba e Cividade das Donas em Vitorino das Donas, entre outros,

⁹ A partir da obra “*Ponte de Lima uma Vila Histórica do Minho*” de Carlos A. Brochado de Almeida, (Coordenador) et al, Município de Ponte de Lima, 2007.

marcando presença também pela arte rupestre, nomeadamente o cavaleiro gravado numa rocha do castro de Santo Ovídio em Arcozelo.

A rede viária romana assume um papel preponderante no passado e presente deste concelho, sendo a ponte sobre o rio Lima, intrinsecamente ligada à via XIX que constituía uma via estruturante na rede viária provincial, uma das suas marcas mais importantes, ao que se junta os marcos miliários já referenciados, medidas da administração romana e que veio romper com o tradicional sistema de povoamento vigente.

Da Alta Idade Média os indícios surgem na Bouça do Crasto (Estorãos), Paço (Freixo), Monte dos Casais (Friastelas), S. Cristóvão (Fontão), Sabugueiro (Poiães), Vilarinho (Seara) e da Nossa Senhora do Barco (Vitorino das Donas). A estação deste período melhor estudada é na Quinta do Paço Velho que apesar de possuir sinais de presença humana desde o século II até ao século XI, os seus grandes momentos de ocupação datam do século V e VII, permitindo conhecer o modelo de ocupação do solo nessa época.

O Foral da Vila de Ponte de Lima foi dado pela Rainha D. Teresa, em 4 de março de 1125, referindo-se à mesma como Terra de Ponte. A sua posição geoestratégica valeu-lhe uma grande atenção pelos monarcas, pelo que no século XIV, D. Pedro I mandou construir uma cerca, transformando Ponte de Lima num burgo medieval cercado de muralhas e nove torres, fazendo-se o acesso à vila através das suas seis portas.

Esta urbe expande-se, fundindo a malha urbana medieval e as novas construções dos subúrbios, reformando-se os espaços públicos e construindo novos edifícios institucionais, procedendo ao mesmo tempo ao desmonte da sua muralha.

É já no século XIX e com influência do liberalismo que são encerradas as Ordens Religiosas e são vendidos inúmeros edifícios em hasta pública. Surgem espaços como o jardim atual da Casa N^a. Senhora. da Aurora, de desenho romântico e marcas de geometrismo barroco. Ao nível dos edifícios os revivalismos, tão em voga neste período, estão patentes em edifícios como a *Villa* Belmira. O teatro Diogo Bernardes, construído igualmente no final do século XIX, constitui um significativo exemplar dos diversos teatros de raiz italiana construídos em Portugal.

Paisagens

A paisagem vem sendo, cada vez mais, reconhecida como parte fundamental do nosso património natural, cultural e científico, bases da identidade territorial¹⁰, pelo que se deve assumir a sua conservação e recuperação, ordenando-a e potenciando-a, tendo sempre presente a suas diferenças identitárias intrínsecas.

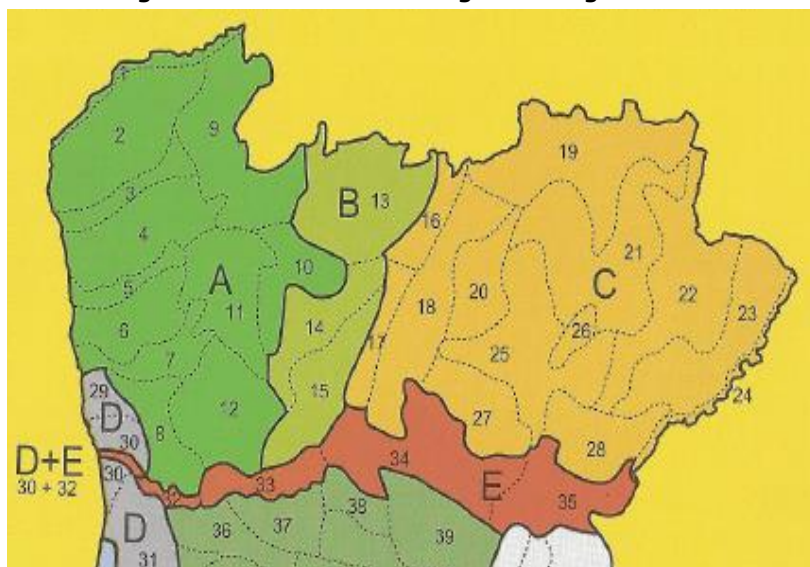
Por esse motivo, a revisão do PDM de Ponte de Lima, cumprindo o disposto no PNPT, na sua diretriz 78, considerou a paisagem como um recurso com valor patrimonial, cultural, social e económico, tendo estabelecido regras concretas na definição da qualificação do solo que qualificam a paisagem e promovem a cultura territorial minhota.

O estudo “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental”, de 2004, “*constitui uma base fundamental para a implementação da CEP e a operacionalização dos seus princípios*”¹¹. Na metodologia definida, a equipa responsável pela sua elaboração, recorreu à conjugação de diferentes dimensões como a identidade, coerência de usos, riqueza biológica, raridade dos elementos e sensação provocada no observador, definindo, a nível nacional, grupos de unidades de paisagem.

¹⁰ Cancela de Abreu *et al*, *Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental*. Lisboa: DGOTDU, 2004.

¹¹ <http://www.dgterritorio.pt/>.18.01.2017.

Figura 6 - Unidades de Paisagem da Região Norte



Fonte: Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, Volume I e II, DGOTDU, 2004, pp. 50.

A região onde se insere Ponte de Lima, encontra-se integrada no grupo de unidade de paisagem A – *Entre Douro e Minho*, subdividido por sua vez em 12 unidade de paisagem. Destas, 3 têm correspondência com o território limiano, nomeadamente:

- 2 – Entre Minho e Lima;
- 3 – Vale do Lima;
- 4 – Entre Lima e Cávado.

A primeira, que diz respeito à metade norte do concelho: *"corresponde às encostas médias e altas, aos cabeços e cristas, que genericamente sobem dos 100 a um pouco mais de 800 metros. Trata-se de relevos expressivos, rasgados por algumas linhas de água (com destaque para o Coura, o Âncora e o Vez), com encostas no geral bastante inclinadas e zonas altas por vezes aplanadas"*¹².

O caráter da paisagem da segunda unidade – Vale do Lima – *reside essencialmente na morfologia do vale; na profusão dos verdes e no apertado mosaico agrícola, no povoamento disperso coexistindo com notáveis centros urbanos; na presença constante e pujante da água; no numeroso, diversificado e interessantíssimo património construído disseminado no vale; enfim, na vida e movimento sempre presente*¹³.

¹² Idem

¹³ Idem

A terceira unidade, designada por Entre Lima e Cávado, é uma *unidade que abarca uma muito significativa diversidade de situações paisagísticas devido ao seu desenvolvimento no sentido nascente – poente e norte – sul, passando por cabeções que ultrapassam os 400 m e por vales ainda bem marcados. Trata-se de uma unidade de paisagem com um relevo no geral vigoroso e com altitudes superiores a 200 m, com exceção da faixa litoral, bem como de grande parte dos vales do Neiva e do Homem*¹⁴. Esta unidade abarca a metade sul do concelho de Ponte de Lima.

No âmbito da revisão desse Plano procedeu-se á identificação dos níveis de organização da paisagem limiana, visando no futuro a implementação de medidas de proteção, gestão e ordenamento, nos elementos que integram o PDM.

Níveis de organização da paisagem

A paisagem do concelho de Ponte de Lima revela padrões consistentes no que respeita à distribuição e características dos usos do solo, modelos de povoamento, estrutura fundiária e estratégias de exploração de recursos, de onde emerge o seu carácter agrossilvo-pastoril. A investigação histórico-arqueológica permitiu sintetizar os processos que modelaram o mosaico paisagístico atual, enquadrando-o no conceito de paisagem cultural evolutiva e viva. Esta define-se, em grandes linhas, pela oposição entre planícies aluviais e vales e espaços de montanha; pelo contraste entre o padrão de povoamento disperso das áreas de baixa altitude e o povoamento aglomerado serrano; por uma matriz agrossilvo-pastoril multissecular, onde floresta, matos, pastagens e espaço agrário possuem uma complementaridade funcional e produtiva; e pelo forte parcelamento e pequena dimensão da propriedade rústica.

O mosaico paisagístico do concelho de Ponte de Lima enquadra-se, sem dúvida, no conceito de paisagem cultural evolutiva e viva, expressando o resultado da interação entre as condições ambientais e a ação antrópica ao longo de vários milénios. Esta interação conduziu ao desenvolvimento de um equilíbrio dinâmico e de interdependência entre os sistemas ambiental e socioeconómico.

¹⁴ Idem

A investigação histórico-arqueológica permitiu sintetizar os processos de organização político-administrativa e socioeconómica do território que exerceram um impacto decisivo na evolução da paisagem. Pelo menos oito marcos devem ser tidos em linha conta:

- 1) a revolução neolítica, considerada o primeiro grande momento da intervenção humana na paisagem como resultado da agricultura itinerante e do pastoreio de percurso;
- 2) a Idade do Bronze tardia e a Idade do Ferro, que correspondem a um período de densificação da ocupação do território e de alteração do padrão de povoamento, remodelado pelos sistemas de habitats fortificados castrejos. A intensificação da humanização da paisagem faz-se sentir pela aceleração da desflorestação das áreas de média-vertente associada ao desenvolvimento de uma sociedade agropastoril baseada no comunitarismo;
- 3) a romanização da Península Ibérica, responsável pela ocupação das planícies aluviais, colinas e vertentes circundantes de baixa altitude, pela realização de extensas obras de drenagem, pela centralização da organização administrativa do território, pela introdução da noção de centro urbano e do conceito de propriedade privada, bem como pela construção da principal rede viária terrestre;
- 4) a Idade Média com a formação do sistema senhorial relacionado com o desenvolvimento de uma nova organização social do espaço e uma reorganização administrativa;
- 5) a desflorestação massiva induzida pela expansão da indústria naval exigida pela expansão marítima portuguesa;
- 6) a introdução do milho graúdo na região do Minho no século XVII, que contribuiu para alterar profundamente todo o sistema agrícola, transformando o campo aberto em campo fechado, modificando a importância relativa e a distribuição das culturas, bem como as estruturas agrícolas. Foi necessário construir socacos agrícolas, expandir e melhorar os sistemas de irrigação, construir celeiros e eiras e até mesmo reformular a arquitetura tradicional da casa agrícola, com a criação de áreas para secar e armazenar a grande quantidade de cereal que a nova cultura forneceu;
- 7) a Lei do Povoamento Florestal de 1938, responsável pelo mais importante processo de mudança de paisagem desencadeado pelas políticas agroflorestais do Estado Novo, que afetaram o Norte de Portugal, determinando a maciça florestação das áreas montanhosas, principalmente

por pinheiros. Diversos perímetros florestais foram constituídos na década de 40, submetendo ao regime florestal parte dos terrenos baldios das áreas montanhosas;

- 8) o despovoamento gradual das áreas rurais desde os anos 60 do século passado, causado pelos movimentos migratórios que induziram o crescente abandono da exploração e gestão das áreas agroflorestais e de pastoreio.

Estes processos de mutação paisagística imprimiram características que podem ser entendidas como estruturantes da paisagem cultural do concelho de Ponte de Lima, deixando um legado cujas marcas permanecem identificáveis no mosaico paisagístico atual, o qual se define por quatro grandes linhas:

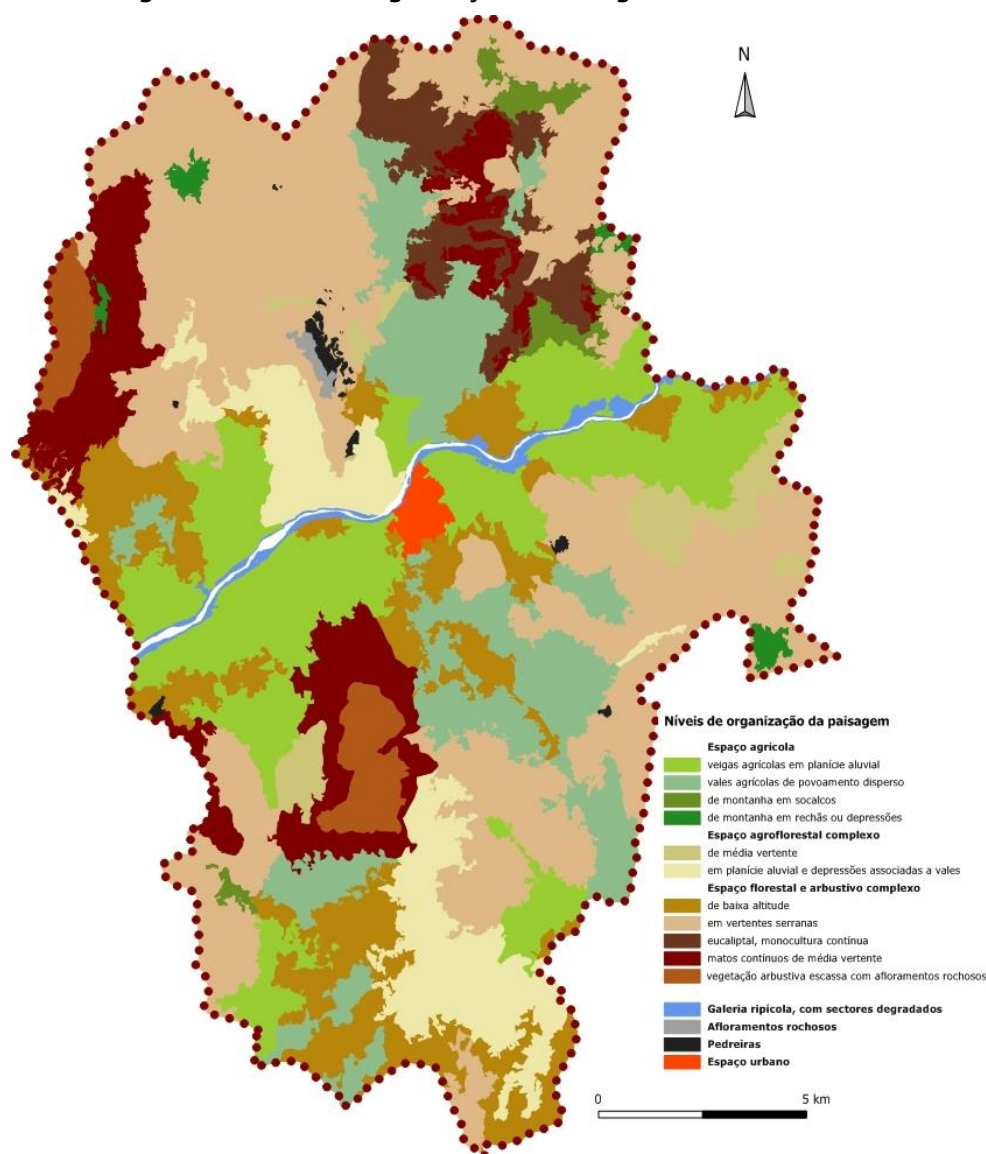
- a) a oposição entre planícies aluviais e os espaços de montanha, influenciada pela estrutura regional do relevo que condicionou modelos de povoamento e usos do solo;
- b) um padrão de povoamento disperso nas áreas de fundo de vale e vertentes de baixa altitude, onde apenas sobressaem centralidades urbanas de média escala, que contrasta com o padrão de aglomeração dos núcleos serranos;
- c) uma matriz agrossilvo-pastoril multissecular, verificando-se uma complementaridade funcional e produtiva entre o espaço florestal ou monte (*Silva*), as pastagens (*Saltus*) e as culturas (*Ager*).
- d) e o forte parcelamento e pequena dimensão da propriedade rústica, seja agrária, seja florestal.

Para a definição da metodologia de identificação e delimitação de unidades de paisagem cultural adotou-se o conceito defendido por Correia (2001), ou seja o de *“áreas com características relativamente homogéneas no seu interior, não por serem exatamente iguais em toda a área, mas por terem um padrão específico que se repete e que diferencia a unidade em causa das envolventes”*. A avaliação do caráter da paisagem encontra-se na base da definição de unidades de paisagem cultural. A abordagem *“Landscape Character Assessment”* - LCA (Swanwick, *et al.*, 2002) visa analisar o “caráter da paisagem”: um padrão distinto e reconhecível de elementos que ocorre de forma consistente e sistemática, num determinado tipo de paisagem. Combinações específicas entre substrato geológico, formas de relevo, solos, vegetação, uso do solo, estrutura fundiária e sistema de povoamento

produzem um determinado carácter da paisagem. Simultaneamente, é atribuída ênfase crescente à caracterização da “paisagem histórica”.

Os níveis de organização da paisagem são quanto à sua implantação territorial, especificando-se a sua relação com formas de relevo, classes altimétricas e de declive, bem como os usos predominantes que expressam a sua dimensão cultural.

Figura 7 – Níveis de organização da Paisagem de Ponte de Lima



Qualidade Ambiental

A gestão deste vasto território que engloba áreas de grande riqueza natural e áreas com forte presença humana, com impactes nos diversos ecossistemas, resulta num esforço financeiro para a sua correta gestão e equilíbrio.

Por outro lado, a despesa com a proteção da biodiversidade e da paisagem do município é equivalente à do Alto Minho, mas sensivelmente o dobro da média da região Norte, o que revela um grande esforço e uma clara aposta por parte da autarquia local, na gestão do seu património natural e na diminuição dos impactes sobre o ambiente, como se comprova pela implementação na autarquia de um Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, na realização de eventos temáticos, tais como a Feira do Ambiente e Energia, entre outros, sendo mesmo o ambiente e a manutenção da paisagem rural considerados pela autarquia limiana como fatores estratégicos de desenvolvimento.

Os dados disponíveis em 2022, no Anexo do “Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal” – Volume 1 (Caraterização do Setor de Águas e Resíduos), ERSAR, no que se refere à gestão dos resíduos urbanos, apresenta os seguintes dados:

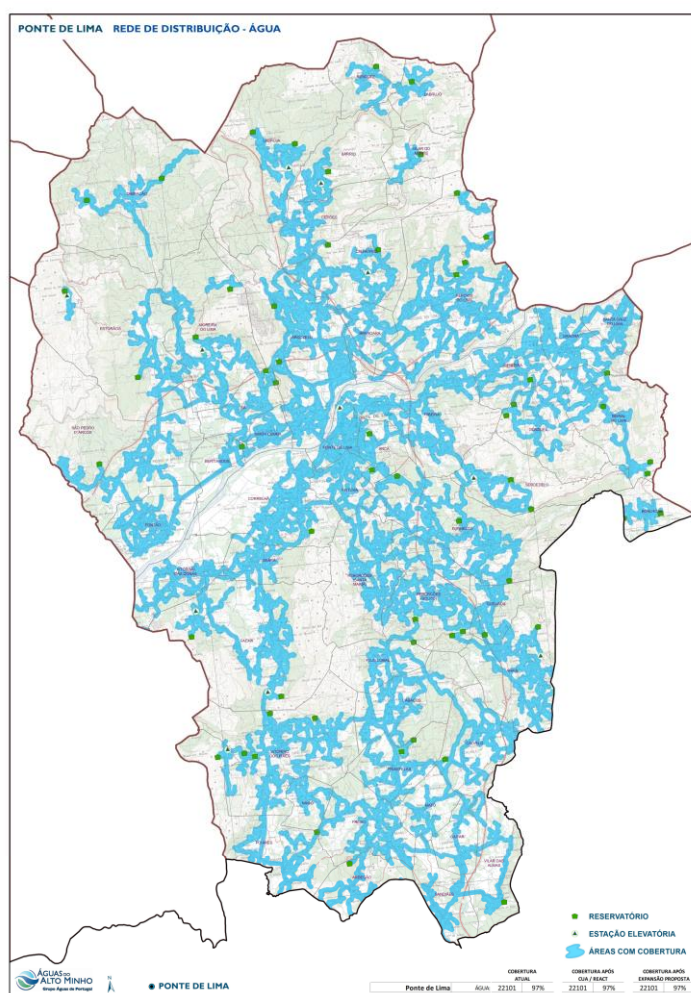
- Acessibilidade física ao serviço – 35 %, sendo considerada a qualidade do serviço insatisfatória;
- Acessibilidade do serviço de recolha seletiva – 21,8 %, sendo considerada a qualidade do serviço insatisfatória.

Destas 11822 toneladas, 1250 toneladas foram recolhidas de forma seletiva, o que equivale a cerca de 10% de resíduos produzidos no concelho que foram separados pelos munícipes e encaminhados para reciclagem (contra os 16,2% para o conjunto do país). Em termos evolutivos, essa recolha seletiva apresenta uma tendência de crescimento, duplicando entre 2015 e 2022, destacando-se neste desempenho positivo pela recolha de vidro com 1024 toneladas (652 em 2015), detendo um peso de mais de 49% do total dos resíduos recolhidos seletivamente. O papel/cartão depois de se verificar um grande crescimento até 2008, apresentou uma tendência ligeiramente regressiva, tendo sido recolhidos 352 toneladas em 2015, voltando a melhorar nos seus valores de recolha até atingir as 647 toneladas em 2022. As embalagens de plástico, metal e/ou compósitas, atingiram as 474 toneladas em 2022.

- **Rede de Abastecimento de Água**

Na análise ao investimento dos últimos anos é possível verificar que Ponte de Lima apesar de apresentar uma evolução claramente positiva na última década, apresenta, em março de 2024, de acordo com os indicadores fornecidos pela ADAM, um valor na ordem dos 96 % de fogos com acessibilidade física ao serviço por sistemas públicos de abastecimento de água. Efetivamente, o nº de fogos servidos é de 21 925, num total de 22 864 de fogos habitacionais existentes em Ponte de Lima. Contudo, verifica-se que a adesão efetiva ao serviço corresponde a 83 % dos fogos com acessibilidades física à rede. A rede com uma extensão de 865, 4 km, tem 18 738 ramais.

Figura 8 - Cobertura da Rede de Distribuição de Água



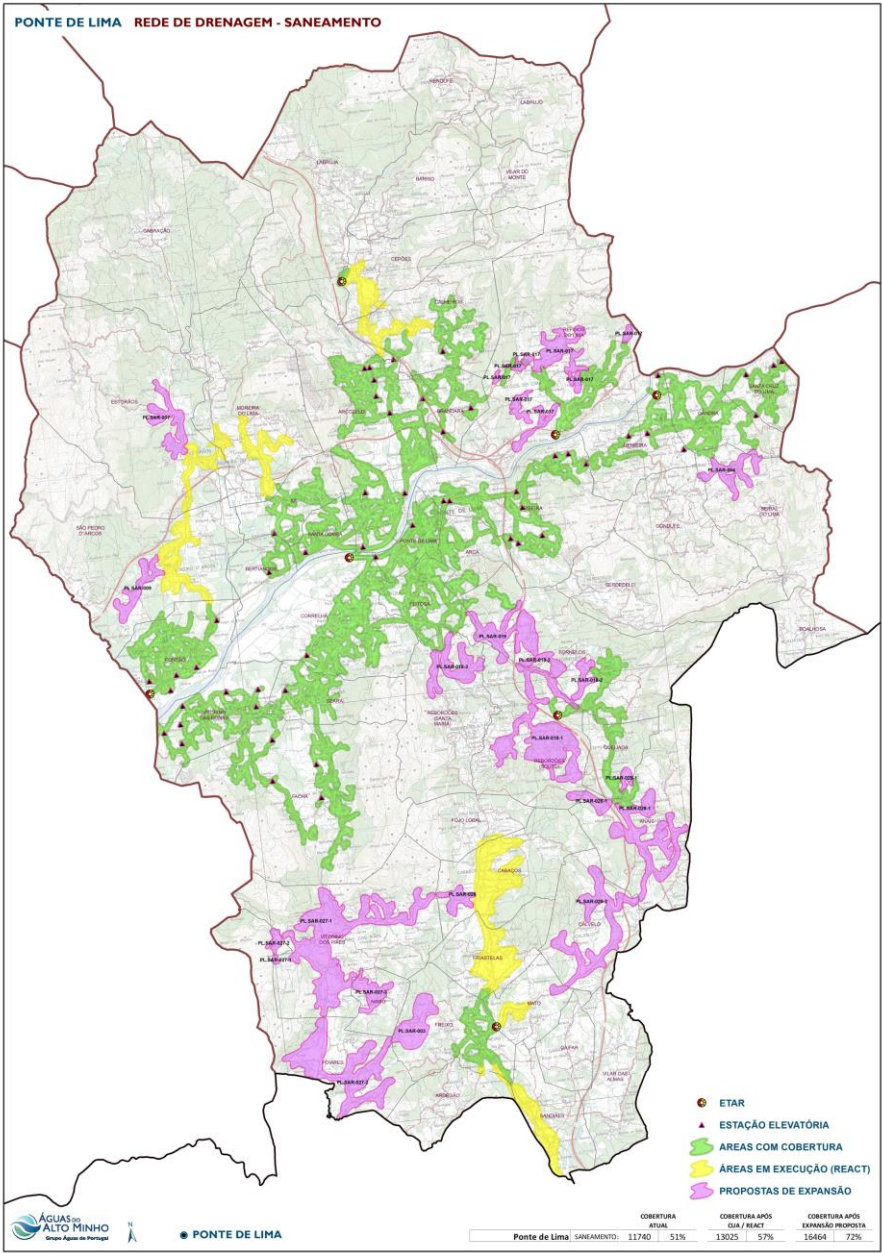
Fonte: ADAM, novembro 2023

• Rede de Drenagem de Águas Residuais

Relativamente aos fogos servidos por sistemas de drenagem de águas residuais, ou seja, com acessibilidade física do serviço, o concelho regista valores na ordem dos

53%. O número de fogos servidos, da ordem dos 12 023, tem contudo uma adesão de 81 % sobre a acessibilidade física ao serviço. A rede tem 340 km, com um número de ramais de 7 272. De acordo com os dados fornecidos pela autarquia, algumas freguesias apresentam uma cobertura de 100%, como é o caso de Ponte de Lima e Arca, seguido da Feitosa.

Figura 9 - Cobertura da Rede de Drenagem



Fonte: ADAM, novembro 2023

De referir, no que respeita ao abastecimento de água, verificada pela ADAM a existência de algumas deficiências, podemos informar que estão, nesta data, algumas redes identificadas para substituir.

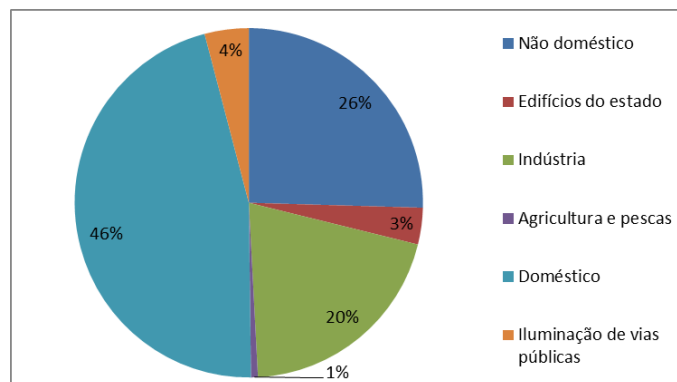
Relativamente ao saneamento de águas residuais urbanas (AR baixa), relativos a 2022, disponíveis no Anexo do “Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal” – Volume 1 (Caraterização do Setor de Águas e Resíduos), ERSAR, os dados são os seguintes:

- A ocorrência de inundações (0,0,25) n*/1000 ramais.ano de 1,34, sendo considerado qualidade de serviço insatisfatória;
- A resposta a reclamações e sugestões é de 49 %, sendo a qualidade do serviço insatisfatória;
- O controlo de descargas de emergência apresenta um valor de 21%, sendo a qualidade do serviço insatisfatória;
- O encaminhamento adequado de lamas de tratamento regista um valor de 100 %, sendo a qualidade do serviço boa.

No que se refere ao saneamento, relativamente à existência de algumas deficiências nas redes, constata-se que a ADAM refere a necessidade de renovação de redes de água residuais para eliminar as afluições indevidas e ainda que serão instalados equipamentos de monitorização nas infraestruturas e substituição de grupos de bombagem, sempre que necessário.

Relativamente ao consumo energético (2022), o concelho apresenta uma preponderância do peso de consumidores do tipo doméstico com 46% (Alta e Baixa tensão), seguido do consumo não-doméstico que representa 26%, apresentando uma distribuição de todo idêntica à verificada nas NUT II e III de referência, com exceção de um peso maior do consumo industrial no concelho, com um peso de 20% de consumidores de energia elétrica.

Gráfico 1 - Consumidores de energia elétrica por tipo de consumo



Fonte dos dados: DGEG

Ponte de Lima é um concelho reconhecido desde sempre também pela sua atividade extrativa e de transformação dos seus recursos minerais, constituindo uma importante atividade económica no concelho, ao mesmo tempo que apresenta impactes ambientais significativos que importa acautelar quer na fase de exploração quer após o fim de vida da lavra.

Foram identificadas “mais de 200 escavações abandonadas¹⁵” como resultado da exploração mineira no concelho, que juntamente com atual fileira da extração e transformação das rochas graníticas apresentam impactes ambientais (ruído, ar, água, solo, etc.) e paisagísticos importantes que importa acautelar, como sejam os resultantes das escombreyras, triturados estéreis (Albufeira do Lourinhal), os desmontes ou mesmo o impacte da proliferação de pequenas oficinas de cantaria das Pedras Finas. As soluções disponíveis são diversas, passando pelo aproveitamento do potencial patrimonial, científico e cultural, aproveitamento económico dos inertes, aproveitamento para depósito controlado de resíduos, entre outras possibilidades, apresentando um impacte direto na qualidade ambiental do concelho e, indiretamente, na qualidade de vida das populações locais.

Atualmente, e tomando em conta essa importante fileira do granito em Ponte de Lima, as indústrias têm adotado planos de lavra, planos de recuperação, processos e tecnologias mais eficientes, quer na extração quer na transformação dos recursos geológicos, melhorando esta atividade. Aliado a isto, têm sido desenvolvidos esforços, por parte das autarquias, para criar condições de instalação para as pequenas oficinas de cantaria com métodos de transformação artesanal, que se encontram ao longo do eixo viário (EN201) que liga Ponte de Lima a Paredes de

¹⁵ *Idem*, pág. 90

Coura, e que não apresentam qualquer tipo de condições técnicas e ambientais, designadamente com a implementação do Plano de Intervenção no Espaço Rústico do Núcleo de Pedreiras das Pedras Finas, relativo à área de exploração do recurso e de um loteamento industrial “Polo das Pedras Finas” localizado na freguesia de Arcozelo, integrado numa área afeta ao Plano de Urbanização das Pedras Finas e que procura albergar e concentrar essas mesmas oficinas.

3.3 - Características da ocupação do solo

Agricultura

Apesar do setor primário ser, atualmente, o menos representativo (4,4%) tem, contudo, um peso superior ao verificado no Alto Minho, este com 3,9% e ao da Região Norte (2,9%). É um setor que tem vindo a perder significativamente o seu peso, passando de uma posição dominante em 1981, para segundo lugar em 1991, perdendo peso desde aí.

Boalhosa, Vilar do Monte, Calvelo e Rendufe, estas três a grande distância da primeira, destacam-se como freguesias onde o setor primário é aquele que emprega um maior número de população residente.

Ao nível empresarial estão presentes no concelho (2015), 265 empresas (CAE A), em atividades de agricultura, produção animal, silvicultura e exploração florestal e de pesca e aquicultura, caracterizadas como sendo empresas individuais, de reduzida dimensão e de pouca capacidade empregadora.

A atividade agrícola desempenhou um papel importante na economia local e na organização do espaço do território de Ponte de Lima. Como vimos, apesar de ter registado um decréscimo da população ativa neste setor, apresenta ainda valores elevados em diferentes indicadores de atividade agrícola, quando comparada com concelhos também inseridos na região do Minho Lima.

Na década de 90, registou-se um decréscimo de 28% no número de explorações, que passaram de um total de 5771 para 3729. Da mesma forma, verificou-se um decréscimo de 15%, ao nível da Superfície Agrícola Utilizada, que passou de uma área de 12597 ha para 10732 ha, tal como se constata no quadro abaixo. No último recenseamento agrícola em 2009, verificou-se uma nova diminuição do número de

explorações agrícolas, com -24% (2840) agravando também a diminuição da SAU, passando para 8842 ha (-18%), detendo nessa ocasião um peso de cerca de 12% no total da região do Alto Minho (26% nos Arcos de Valdevez e 22% em Melgaço).

Quadro 2 - Superfície agrícola utilizada em Ponte de Lima

Unidade Territorial	Superfície agrícola utilizada				
	Período de Referência (ha)			Variação (%)	
	1989	1999	2009	89/99	99/09
Região Norte	778953	673555	644027	-14	-4
Alto Minho	87077	68275	72206	-22	6
Ponte de Lima	12597	10732	8842	-15	-18

Fonte dos dados: INE, R.G.A, 1989, 1999, 2009

Quadro 3 - Explorações agrícolas em Ponte de Lima

Unidade Territorial	Explorações agrícolas				
	Período de Referência (nº)			Variação (%)	
	1989	1999	2009	89/99	99/09
Região Norte	192213	137552	110841	-28	-19
Alto Minho	28649	16735	12757	-42	-24
Ponte de Lima	5771	3729	2840	-35	-24

Fonte dos dados: INE, R.G.A, 1989, 1999, 2009

No que concerne à forma de exploração da SAU, 90% é explorada por conta própria, aumentando, ligeiramente, os valores relativos do anterior RGA, perdendo peso também nas outras possibilidades de exploração (de 5 para 3%) e subindo de 6% para os 7% nos valores referentes ao arrendamento como forma de exploração da SAU. O gráfico seguinte ilustra a realidade em 2009.

A criação de gado ainda é uma vertente importante no concelho do Ponte de Lima, com a existência de raças autóctones como a raça Minhota e Barrosã nos bovinos, Bordaleira nos ovinos e Garrana nos equídeos. Assim, no concelho, observa-se um predomínio claro das aves como espécie animal mais representativa nos efetivos animais nas explorações agrícolas, com valores perto dos 60 mil em 2009 (1118 mil em 1989), com os coelhos a figurarem como segundo efetivo mais representativo, tendência iniciada em décadas anteriores e com um crescimento regular entre 1989, 1999 e 2009, com uma variação entre estes dois últimos períodos de 73,4%. Também com variações positivas entre os dois últimos recenseamentos agrícolas, refira-se os caprinos com um aumento de 17%, os ovinos e ainda as colmeias e cortiços povoados. As restantes espécies animais apresentaram variações negativas, destacando-se os suínos com -58,9%.

Quadro 4 - Efetivo animal (Nº) da exploração agrícola e espécie animal

Espécie animal	Período de referência dos dados			
	1989	1999	2009	99/09
	N.º	N.º	N.º	%
Bovinos	13084	8986	6620	-26,3
(vacas leiteiras)	7526	3608	1806	-49,9
Suínos	7289	3302	1356	-58,9
Ovinos	3808	5999	7332	22,2
Caprinos	1965	2341	2742	17,1
Equídeos	187	312	270	-13,5
Aves	118125	83098	59196	-28,8
Coelhos	6837	20003	34768	-73,8
Colmeias e cortiços povoados	1927	889	938	-5,5

Fonte dos dados: INE, R.G.A, 1989, 1999 e 2009

As vacas leiteiras assumiram no passado um peso de destaque no concelho, com um efetivo de 7526 animais em 1989, mas com o encerramento de salas e postos de recolha de leite em Ponte de Lima, os valores foram sofrendo diminuições consideráveis, perdendo entre 1989 e 1999, -52%, e em 2009, -50% ficando-se pelos pouco mais de 1800 efetivos.

Espaços Florestais

A ocupação florestal é muito determinada pelas características orográficas, bem como pelas respetivas limitações edáficas. Constatou-se que os espaços florestais ocupam nesta região um quantitativo muito relevante do território, ocupação que é, de forma significativa, transversal ao mesmo (do interior ao litoral). Como visto anteriormente, mais de metade da área concelhia apresenta aptidão elevada a moderada para a exploração florestal, representando a superfície florestal do concelho um importante património em termos ambientais, paisagísticos, económicos e sociais, estando distribuída por todo o concelho.

Em Ponte de Lima, a presença de áreas arborizadas é bastante clara, sendo ultrapassado pela expressividade dos incultos e matos, sendo ainda significativa a presença de improdutivos. Esse valor de improdutivos traduz essencialmente a significativa existência de grandes maciços de afloramentos rochosos, de que se destacam os grandes maciços da Serra d'Arga por exemplo.

No concelho, mas sobretudo em freguesias como a Boalhosa e Labruja por exemplo, encontram-se ainda alguns bosques de carvalhos, que representam os

resquícios de uma extensa área de quercíneas que certamente terá povoado grande parte da área concelhia, e que devido a sua localização, não foram submetidas a ações de reflorestação com outras espécies para produção florestal. Essas áreas caracterizadas por uma diversidade florística, dominando o carvalho (alvarinho e negral), associando-se azevinhos, loureiros e sobreiros, entre outras espécies do estrato arbóreo e arbustivo.

A maior parte da área florestal do concelho de Ponte de Lima é constituída por povoamentos intensivos de eucaliptos (*Eucalyptus globulus*) e/ou pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), sendo esta a espécie mais comum, apesar de se notar uma regressão em área desta em detrimento da primeira, criando extensos contínuos monoculturais. Estas matas de produção, particularmente comuns nos solos derivados de xistos mas presentes nas áreas de encosta um pouco por todo o concelho, ocupam, em conjunto, cerca de um terço da área total do município, criando grandes áreas com risco de incêndio elevado e condições para fenómenos, mais frequentes nos últimos anos, de grandes incêndios florestais, tal como se observa na espacialização da Planta de Condicionantes – Anexo I . Uma parte significativa destas áreas florestais são pertença de pequenos proprietários florestais, com parcelas de terreno relativamente pequenas e fragmentadas. As restantes áreas (35%) correspondem a áreas baldias, submetidas a Regime Florestal - Matas Nacionais ou Perímetros Florestais conforme estão submetidas ao Regime Florestal Total ou Parcial - constituindo uma servidão de referência obrigatória no PDM, com tradução espacial na Planta de Condicionantes.

Recursos minerais

Ponte de Lima é um concelho reconhecido também pela sua atividade extrativa e de transformação dos seus recursos minerais, sobretudo o granito, constituindo uma importante atividade económica no concelho. A exploração mineira, mais intensa no passado, explorou importantes áreas com ocorrência de substâncias e/ou metais como o ouro, volfrâmio, tungsténio, estanho, tântalo, nióbio titânio etc., em áreas como Cabração, Cerquido, Estorãos, Fojo Lobal, Santa Justa, Monte do Formigoso e Serra de Agra entre outros, que leva Carlos Leal Gomes a reconhecer “a extraordinária diversidade mineralógica do concelho”, referindo que “há minerais que no contexto Português só aqui são conhecidos”¹⁶. Esta diversidade

¹⁶ “Diversidade Geológica e Recursos Minerais” in “As Condições Naturais e o Território de Ponte de Lima”, pág. 85.

geológica e mineira leva ao reconhecimento no concelho de diversos Locais de Interesse Geológico e Áreas de Interesse Geológico, e ainda Locais de Interesse Mineralógico, localizados em Cabanas-Fomigoso, Monteiro, Fojo Lobal, Chelo, Bustarenga, Fulão, Lourinhal, Encruzilhada, Lugar de Mãos e a importante área de Baloucas-Benvisa ¹⁷, sendo recomendada, no estudo referido, uma atenção especial a estas áreas.

O mesmo autor assinala alguns Locais de Interesse geomorfológico e paisagístico no concelho como o “Thor” granítico do Cerquido, “Tafoni” no Formigoso, caos de blocos, marmitas em alguns cursos de água, o alvéolo de Bertandos, vales de falha como o do rio Estorãos, entre outras geoformas existentes no concelho.

Para a elaboração da Planta de Situação Existente - PSE (Planta nº 8 dos Estudos de Caracterização), que retrata e espacializa os usos do solo à data do início dos trabalhos de revisão do PDM, foi utilizada como base a informação recolhida na cartografia de referência, homologada em 2016, a qual foi submetida a uma reclassificação. Foi também realizada a necessária adequação aos conceitos utilizados em ordenamento do território, nomeadamente aqueles que decorrem da Lei de Bases e do RJIT, assim como os ajustes espaciais decorrentes dos trabalhos de campo entretanto realizados e do conhecimento do território concelhio.

O Polo industrial do Granito das Pedras Finas, na freguesia de Arcozelo, procurou criar condições próprias para albergar as inúmeras oficinas de cantaria que transformam o “granito amarelo das Pedras Finas” (em processo de certificação), explorado nas proximidades, reorganizando assim a indústria transformadora de granito existente no concelho de Ponte de Lima, cluster importante para a economia local e regional.

Integrado num perímetro afeto ao Plano de Urbanização das Pedras Finas, apresenta uma área de cerca de 22 ha, prevendo-se uma ocupação total de aproximadamente 350 trabalhadores, permitindo a implantação total de 28 lotes. Destes, 24 destinam-se a lotes industriais, numa área de total de solo de 116397 m², 1 lote, com a área de 913 m² destina-se à implantação de comércio/serviços, as infraestruturas (Ecocentro e ETARI), ocuparão um total de 2 lotes, implantam-se

¹⁷ *Idem*, pág. 116.

numa área de 6819 m², e prevê-se, ainda, 1 lote destinado à localização de equipamentos de utilização coletiva, numa área de 6236 m².

Figura 10 - Loteamento do Polo Industrial do Granito das pedras Finas



Fonte: EIA – Resumo Não Técnico - Loteamento do Polo Industrial do Granito das Pedras Finas

3.4 - Classificação atual do Solo

Os usos do solo identificados na Planta de Situação Existente (PSE) correspondem, em percentagem de ocupação do solo, às seguintes áreas:

Quadro 5 - Solo Rústico na PSE

SOLO RUSTICO	%
Área Agrícola	26,0
Área Agroflorestal	2,1
Área Florestal	58,5
Área Natural	3,4
Exploração de Recursos Geológicos	0,3
TOTAL	90,3

De referir que na área florestal, sendo predominante as áreas de matos e/ou incultos (23,5%), a floresta de produção representa 15,6% e a floresta mista 19,2%.

No que diz respeito às áreas identificadas como integrantes do solo urbano, em percentagem de ocupação, identificamos as seguintes:

Quadro 6 - Solo Urbano na PSE

SOLO URBANO	%
Áreas Edificadas + Logradouro + Acessos	2,5
Espaços de Atividade Económicas	0,3
Equipamentos de Utilização Coletiva	0,3
Infraestruturas	3,5

De referir que nas áreas edificadas foram contabilizadas neste âmbito as edificações que correspondem a 1,7%; a este valor agregámos uma média ponderada entre as áreas ocupadas pelos logradouros das habitações e os respetivos acessos. Relativamente às infraestruturas, estas englobam a rede viária, as infraestruturas elétricas, assim como as infraestruturas de saneamento e abastecimento de água, correspondendo a 3,5%. Os espaços verdes, os espaços urbanos, os leitos dos cursos de água contabilizam 3,1% do território.

4. CONSIDERAÇÕES DO RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O Concelho de Ponte de Lima, apesar de perder população na última década, apresenta um maior número de famílias constituídas por um menor número de elementos, verificando-se que os alojamentos familiares clássicos aumentaram nesta década, e mesmo que a proporção de alojamentos familiares vagos tenha diminuído, aqueles com data de construção mais recente são os que mais se encontram vagos, diminuído também a proporção de alojamentos sobrelotados. Indiciando, assim uma melhoria na qualidade de vida da população. De referir igualmente, que se regista um número muito significativo de habitação secundária, o que poderá refletir uma maior procura por este território e pela qualidade de vida que oferece.

Em termos de atividades económicas, os dados apurados permitem concluir que rapidamente o concelho passou de uma ligeira preponderância da mão-de-obra no sector secundário, para uma também ligeira preponderância no sector terciário, mesmo que haja diferenças por freguesias. Em queda permanente, encontra-se o emprego no sector primário, bem como o número de empresas localizadas no concelho. As empresas de comércio por grosso e a retalho, e as de construção civil

continuam a ser as mais representativas, seguidas pelas do sector agrícola e silvícola, alojamento restauração e as empresas da indústria transformadora que completam o top 5 do número de empresas existentes em Ponte de Lima.

Muitas destas atividades económicas, emprego, florestas, ambiente etc. têm à sua disposição um conjunto serviços da autarquia que apoiam o desenvolvimento do concelho dos quais se destacam os Polos Industriais implementados durante a última década de que são exemplo o Polo Industrial das Oficinas de Granito das Pedras Finas, o Polo Industrial da Queijada, o Polo Industrial da Gemieira e o Polo Industrial de Calvelo.

Ao nível da emigração verifica-se a sua diminuição, o que poderá refletir uma maior retenção da mão-de-obra e um maior dinamismo económico no concelho, também patente na dinâmica verifica na procura crescente do concelho para localização de diversas atividades económicas.

O desenvolvimento gerado no território permitiu diminuir a imigração e fixar a população quer em primeira habitação quer em habitação secundária, atingindo esta 30% do total dos alojamentos. Relativamente aos alojamentos, as freguesias com maior dinâmica urbana, localizam-se na coroa envolvente à sede do concelho, apresentando Arca, Fornelos, Ribeira e Feitosa os valores mais elevados.

Importante também para o desenvolvimento da atividade económica, registar a melhoria das acessibilidades nacionais e regionais, com destaque para a A3, com ligação a sul e a norte do país, a Espanha, a ligação ao litoral, à A28, pelo IP 9.

Ao nível da dinâmica urbanística verificada nas últimas décadas, verifica-se que o sistema urbano é marcado pela existência de três grupos distintos de freguesias, encabeçados pela freguesia sede, e parte das freguesias mais centrais que beneficiam de uma expansão urbana da vila de Ponte de Lima e das boas acessibilidades, ao qual se complementa por um segundo grupo, que beneficiando de uma dinâmica socioeconómica própria, denotam uma centralidade complementar, sobretudo a sul e este do concelho. O terceiro grupo integra as restantes freguesias.

De facto, denota-se que a melhoria nas condições de habitação é também significativa, uma vez que o número de alojamentos sobrelotados desceu, numa década, de 18% para cerca de 10%. Também ao nível da reabilitação do edificado, os valores refletem a consolidação e a compactação urbana, uma vez que cerca de 30% das licenças se referem a ampliações e reconstruções, por oposição às novas construções que, muitas vezes, implicam a expansão e dispersão urbana no território.

Na urbanização do território denota-se uma grande transformação na rede escolar, com uma concretização do previsto na Carta Educativa local, que correspondeu a uma reorganização organizativa e espacial. Esta dinâmica verificada na rede escolar, veio beneficiar também a oferta de equipamentos desportivos, com uma melhoria da cobertura municipal, conferindo ao concelho uma área desportiva útil num nível muito satisfatório.

No concelho, a rede de equipamentos de utilização coletiva e instituições culturais é densa, tendo a autarquia desenvolvido uma importante rede de serviços culturais sediados em edifícios com valor patrimonial, ao mesmo tempo que aposta nas áreas de recreio e lazer ao livre, numa clara aposta de complementaridade entre a oferta disponibilizada aos limianos e aos turistas que visitam o concelho .

Ponte de Lima caracteriza-se pelos seus vastos recursos e valores naturais, como o comprovam as suas áreas classificadas como Rede Natura 2000 e, sobretudo, a Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro de Arcos, bem como a suas extensas áreas agrícolas integradas na Reserva Agrícola Nacional. A sua área florestal, que ocupa metade da área concelhia, constitui-se também como um importante recurso, sendo constituída por extensas áreas de floresta de produção, algumas das quais de gestão conjunta, correspondendo a áreas submetidas Regime Floresta, integradas em ZIF e/ou baldios, sendo os incêndio florestais recorrentes no concelho, com extensas áreas ardidas periodicamente. Importa continuar o trabalho de qualificação de todas estas áreas, diminuindo os impactes ambientais e paisagísticos que ocorrem no concelho.

Esse esforço encontra-se patente também na melhoria da cobertura da rede de abastecimento de água (a taxa de cobertura era de 60%, em 2006 e de 72%, em 2017), encontrando-se a cobertura da rede de saneamento com valor mais baixos

(passou de uma taxa de cobertura de 21%, em 2006 para 38% em 2017), apesar dos investimentos verificados nos últimos anos no que diz respeito a estas redes.

Contudo, será ao nível da dotação de equipamentos de utilização coletiva e da ampliação das redes de abastecimento de água e de saneamento que se verifica o maior investimento municipal. O aumento da oferta ao nível dos serviços públicos é muito significativa, sobretudo nas tipologias de equipamentos desportivos, proteção social, ensino, culturais e de recreio e lazer. Este facto certamente foi um dos motores do desenvolvimento verificado ao nível do turismo e da qualidade de vida local. Também a resposta à população mais carenciada, ao nível da habitação, foi dada em diversas freguesias, de que são exemplo a reabilitação de antigas escolas primárias em habitação, no âmbito do projeto “Casa Amiga”, implementado em diversas freguesias do concelho.

A melhoria da rede viária, que colocou o concelho num eixo central no que diz respeito às acessibilidades regionais e nacionais, joga também um papel importante na afirmação do concelho e da vila de Ponte de Lima como centro urbano estruturante na Região Norte, com capacidade de atração de visitantes nacionais e estrangeiros, e de fixação de residentes e de empresas, com resultados positivos na economia local e na qualidade de vidas das populações.

Decorrente deste trabalho e da prática diária da gestão urbanística é notória a necessidade de revisão do PDM em vigor. Por um lado, verifica-se que a cartografia do PDM em vigor se encontra muito desatualizada e por outro, que o desenho das áreas urbanas se encontra desajustado à realidade, uma vez que a dinâmica urbanística verificada no período de análise, foi muito significativa e promoveu a aglomeração e a concentração de pequenos lugares, fortalecendo e reforçando o sistema urbano.

A premência da revisão do PDM, prende-se ainda com facto da alteração ocorrida na legislação e da publicação de novas regras e conceitos que será necessário transpor para o PDM quer ao nível do solo rústico quer relativamente ao solo urbano.

Verifica-se também, a necessidade de reajustar as áreas programadas à ocupação atual do território, sendo necessário proceder à reprogramação das diversas

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, visando quer a consolidação do solo urbano e disponibilizando áreas para procura de habitação quer promovendo Espaços de Atividades Económicas para fixar o investimento que procura o território concelhio.

Efetivamente, o REOT refere que na revisão do PDM “deverão ainda ser definidos novos objetivos estratégicos, adequados à nova realidade e que tenham, por sua vez, também como referência as orientações estratégicas definidas num vasto quadro de referência estratégica de diferentes escalas”.

“Deste modo, uma vez ultrapassada a fase de construção de infraestruturas básicas essenciais para a melhoria dos padrões de qualidade de vida e da dotação dos equipamentos de utilização coletiva que permitiram a coesão do território municipal, os limianos encontram-se num patamar em que o alcance dos objetivos e das estratégias a implementar para o próximo decénio de vigência do PDM de Ponte de Lima, deverá inclui com maior acuidade a utilização do território, potenciando os recursos locais relativamente à Paisagem, promovendo as vantagens competitivas deste território”.

5 - SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

A estratégia territorial municipal, estabelece os princípios e objetivos subjacentes no modelo de desenvolvimento territorial, encontrando-se definidas no regulamento e espacializada quer nas Plantas de Ordenamento quer nas Plantas de Condicionantes. Efetivamente, quer a classificação de solo quer a sua qualificação foi estabelecida tendo em consideração os princípios, as normas e as boas práticas de ordenamento de território preconizadas quer a nível nacional quer a nível regional, integrando os conceitos e as disposições legais vigentes, como se demonstra no presente relatório em sintonia com o disposto na diretriz 64 do PNOT.

O modelo territorial e a estratégia desenvolvida tem suporte em três sistemas que estruturam e organizam em rede todo o território municipal, a saber:

- **Sistema Urbano** | Suporte da estrutura da organização territorial;
- **Sistema Natural** | Suporte da biodiversidade e da paisagem;

- **Sistema de conectividade** | Suporte da vida em toda a sua globalidade no Concelho, inclui a rede viária.

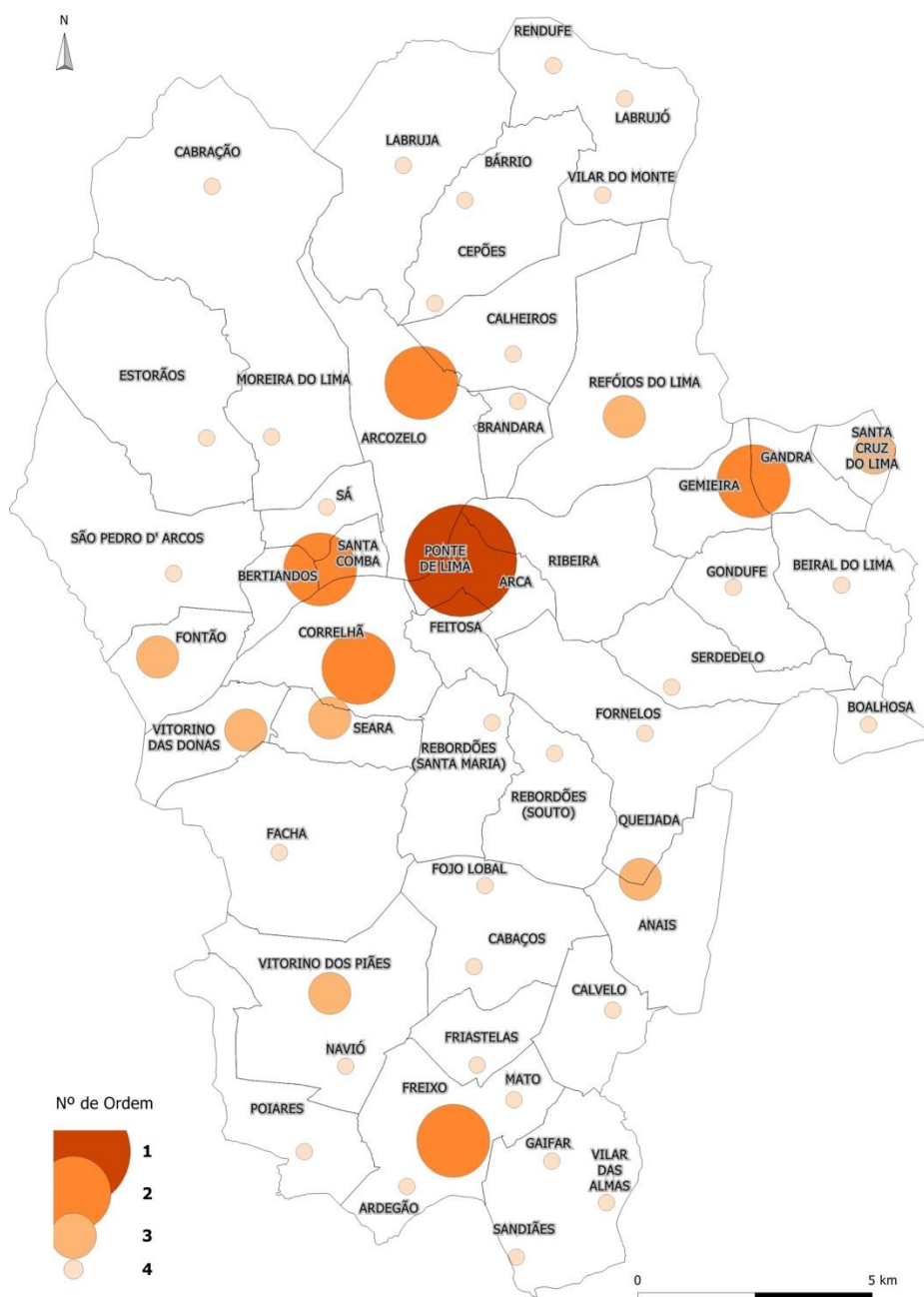
O **sistema urbano**, constitui a organização territorial do concelho de Ponte de Lima que se caracteriza pelo suporte de fixação das populações, do desenvolvimento económico e inclui fundamentalmente, os espaços habitacionais, os espaços de atividades económicas e os equipamentos de utilização coletiva que possibilitam o desenvolvimento das restantes funções.

Efetivamente, aí se localizam os principais equipamentos de utilização coletiva que organizam e estruturam o território social, localizam-se os grandes espaços comerciais que enriquecem a vida económica, se localizam as indústrias e os serviços que garantem a capacidade empreendedora e a dinâmica económica do território, se localizam as áreas habitacionais que criam laços de comunidade e garantem a qualidade de vida da população limiana.

De facto, considerando o PNPOT, foi assumida a diretriz 66 que preconiza a definição do “**sistema urbano e as áreas de localização empresarial** tendo em conta a inserção das centralidades nas redes municipais e supramunicipais e considerando os sistemas de mobilidade e as adequadas condições de acesso da população a serviços de interesse geral e das empresas a serviços de interesse económico”. Por seu lado, foi ponderada a do PNPOT 76 relativa à “definição de modelos de organização territorial e normativos de gestão que potenciem a descarbonização da economia e da sociedade, a mobilidade sustentável, a economia circular e de partilha e os consumos de proximidade”, sendo, no entanto, de difícil aplicação em territórios de baixa densidade com as características de povoamento disperso, com a dimensão de Ponte de Lima.

Contudo, pretende-se, no médio prazo, com a aglutinação e consolidação dos Espaços de Atividades Económicas, em áreas de proximidade das habitações, contribuir para atingir estes objetivos através da implementação medidas de gestão adequadas.

Figura 11 - Sistema urbano municipal



Fonte: Elaboração própria Vastus, Lda

Podemos referir que o sistema urbano, se caracteriza pela existência de rede hierárquica de assentamentos constituída por diferentes grupos, destacando-se um grupo central que integra as freguesias de Arca e Ponte de Lima, parte de Arcozelo e de Fornelos que, para além de uma localização geográfica central, apresenta uma especialização do emprego no setor secundário e terciário e para onde convergem os principais eixos viários, constituindo-se esta área como um polo central no contexto municipal e mesmo supramunicipal. Neste grupo, incluem-se, ainda a

freguesia de Ribeira e da Feitosa que apresentam uma variação populacional e de edifícios bastante positiva no contexto municipal, à qual não será alheia uma expansão urbana da vila de Ponte de Lima e que abrange estas freguesias.

Num segundo grupo, podemos incluir outras freguesias que apresentam núcleos urbanos que revelam uma dinâmica socioeconómica própria, como é o caso da Correlhã, Freixo, Navió e Vitorino dos Piães, beneficiando das boas acessibilidades ao principal centro urbano do concelho, mas também aos centros urbanos de concelhos vizinhos, como Braga, Barcelos ou do eixo Ponte da Barca e Arcos de Valdevez. Gemieira e Gandra assumem também aqui uma centralidade na metade oriental do concelho.

De facto, confirma-se a expectativa referida pela equipa técnica responsável pelo PDM em vigor, na qual, registava que para além do eixo nascente/poente ribeirinho com Ponte de Lima à cabeça, existia e existe uma emergente centralidade da freguesia de Gandra, um dinamismo na freguesia de Anais e uma centralidade complementar no Freixo, demonstrando assim que nestas freguesias se observa a estruturação e consolidação do seu sistema urbano e um reforço do seu dinamismo, acompanhada por uma dispersão populacional e do seu edificado justificando assim uma nova programação do solo.

Num terceiro grupo encontram-se as restantes freguesias, umas num processo de consolidação urbana, com dinâmicas positivas ou estáveis em termos populacionais, e com alguma dinâmica económica, outras com regressões populacionais, mas com alguma dinâmica no sector económico relacionado com o turismo.

Para além dos estudos e diagnósticos realizados no âmbito da presente revisão do PDM de Ponte de Lima, a autarquia desenvolveu na última década uma série de instrumentos legais com enquadramento legal definido de que se destacam o Plano de Ação de Reabilitação Urbana (PARU), a Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Ponte de Lima e a da Zona envolvente à Vila de Ponte de Lima, nas quais se definem ações concretas visando a implementação de uma política municipal de Reabilitação Urbana. Mais recentemente, tendo em consideração o sistema urbano municipal e a necessidade de implementar políticas complementares de reabilitação urbana e de dotação habitacional nas zonas de pressão urbanística do concelho. Com a definição destas zonas fica a autarquia dotada de informação para executar

mais medidas dirigidas à implementação de uma verdadeira política municipal de reabilitação urbana.

O Sistema Natural, sendo o Suporte da biodiversidade e da paisagem, tal como se conhece no território limiano atravessa todo o território municipal onde ocorrem diversos valores anteriormente caracterizados e analisados e que se integram na estrutura ecológica municipal definida na presente proposta, integram, as Zonas Especiais de Conservação da *Rede Natura 2000*, a área da Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos, os principais cursos de água, a Reserva Ecológica Nacional e concomitantemente áreas da Reserva Agrícola Nacional. Propõe-se ainda a integração de duas áreas referidas nos valores Naturais que foram identificadas anteriormente (bosque caducifólio a norte do concelho, nas freguesias de Vilar do Monte, Rendufe e Labruja e ainda o vale do Trovela) que devem integrar o sistema natural.

Esta proposta encontra-se espacializada na Planta de Ordenamento II - Salvaguardas, conjuntamente com as áreas que integram as Áreas Protegidas e definidas pela Estrutura Ecológica Municipal.

Esta proposta contribui para reforçar a valorização dos recursos endógenos e na valorização dos serviços dos ecossistemas, no que se refere à água, solo e biodiversidade e nas atividades de turismo, lazer, recreação e cultura, de acordo com o previsto no PNPOT, na diretriz definida no PNPOT e identificada na diretriz 69.

O sistema de conectividade, constitui o suporte da vida em toda a sua globalidade no Concelho, e fator determinante quer do sistema urbano atual quer no desenvolvimento socioeconómico verificado no território, assim como possibilitou uma crescente atração ao território quer por parte de investimentos industriais e empresariais quer do ponto de vista do turismo assente numa base cultural.

De facto, a centralidade do concelho e a sua localização no Noroeste peninsular com uma importante ligação quer ao Porto e à região Norte quer com a ligação à Galiza tem sido o suporte de uma contínua procura pelo território. Deste modo, o IP1/A3 que liga o concelho com Braga, a sul e à Galiza, a norte, sendo servido por 3 nós no concelho, bem como o IP9/A27 que liga com a sede de distrito no litoral, seguindo esta via transversal em direção ao interior da sub-região do Vale do Lima

pelo IC28. Refira-se ainda a existência de outras alternativas como a EN201 com ligação a Braga e Valença, a EN 306 que liga a Paredes de Coura, e ainda a EN 308 servindo de ligação com Vila Verde, estando o restante concelho servido por uma extensa rede de estradas e caminhos municipais que permitem uma ligação inter-freguesias. Atravessam ainda o concelho as ER 203, ER 204 e a ER 308 que ligam, respetivamente, à Vila da Ponte da Barca e a Barcelos.

Verifica-se, atualmente, que as estradas nacionais desclassificadas sob a jurisdição da IP: EN 202 (km 15,531 a km 32,198), com intermitência entre os km 22,500 e 23,938, a EN 203-2 (km 0,000 a km 1,740), a EN 306 (km 21,147 a km 40,008) e EN 307 (km 0,000 a km 13,994).

6 – PROPOSTA DE ORDENAMENTO

6.1 - Classificação do solo

A proposta de ordenamento, tal como referido na introdução, reflete naturalmente a análise territorial realizada e concretiza o modelo de organização territorial e de desenvolvimento urbano adotado no sistema urbano municipal.

Importa referir que os objetivos da gestão territorial, no território de Ponte de Lima, prossegue os objetivos estabelecidos na LBPPSOTU, no que se refere, entre outros (...) “à rentabilização de infraestruturas, evitando a extensão necessária das redes e dos perímetros urbanos e racionalizando o aproveitamento das áreas intersticiais”¹⁸

Deste modo, na sequência da análise territorial inicial efetuada e de acordo com a estratégia municipal de desenvolvimento do território, considerando todos os instrumentos em vigor de gestão territorial de escala nacional, regional e setorial, classificámos o solo rustico e o solo urbano, com os usos dominantes identificados em cada área.

Importa aqui destacar que os conceitos nacionais definidos na legislação de enquadramento e referida anteriormente e que constituem a base da reclassificação do solo na presente proposta de solo urbano e rústico, nomeadamente no que se

¹⁸ Alínea f) do Artigo 37º da Lei de Bases da Política Pública de Solos e Ordenamento do Território e Urbanismo.

refere ao conceito de “Aglomerado Rural” e de “Edificação dispersa” foram adequados ao conhecimento do território que emanou da fase inicial de diagnóstico e do conhecimento relativo às formas de povoamento que foi sendo produzido por diversos autores ao longo de quase um século.

Esta questão torna-se ainda mais premente se considerarmos que os aglomerados rurais assumem, do ponto de regional, diversas formas e ocupações distintas e que por esse motivo, consideramos na presente proposta os conceitos definidos pela equipa e que detalham e aprofundam os conceitos nacionais permitindo que a classificação do solo siga as opções de planeamento determinadas pela estratégia municipal que *assegura a harmonização dos vários interesses públicos com expressão territorial*, tal como determinado na LBGPPSOTU.

De facto, o conceito estabelecido a nível nacional, nada refere relativamente à estrutura e forma do assentamento, possibilitando uma leitura mais abrangente e a concretização do seu detalhe e complementaridade e possibilitando a inclusão dos diversos tipos de aglomerado rural existentes em todo o país, de acordo com os critérios definidos pelos municípios nos seus territórios.

Efetivamente, a leitura territorial da proposta de planeamento e de ordenamento dos solos decorre da autonomia municipal e do modelo e estratégia territorial definida em cada Município que tem que ter em consideração diversos aspetos, desde logo a continuidade das políticas de investimento em curso relativas à infraestruturação do território que teve por base a estratégia de planeamento dos solos vigente, assim como as expetativas geradas por essa infraestruturação.

Neste caso, estamos a referir-nos à problemática da classificação em solo urbano de algumas freguesias municipais. Quer isto dizer que existem diversas áreas do território de Ponte de Lima onde se programaram e continuam infraestruturas ter como base a atual proposta de classificação e qualificação do solo e que, por esse motivo, os solos infraestruturados apesar de se encontrarem sem edificação ou com pouca edificação, se devem manter na categoria definida na presente proposta uma vez que consolidam o sistema urbano.

Assim sendo, importa referir e destacar que a classificação do solo e a sua qualificação (das referidas áreas edificáveis) teve como ponto de partida, os critérios estabelecidos na legislação nacional em vigor, a metodologia da sua

aplicação para o efeito pela CCDRN aos quais se juntaram o conhecimento do território, a partir do diagnóstico efetuado e do conhecimento retirado do trabalho de campo realizado. A análise cartográfica realizada nas diversas fases de elaboração das diferentes propostas de qualificação do solo teve como suporte a estrutura urbana das centralidades existentes em cada freguesia e o cadastro das infraestruturas a que se juntaram ainda os compromissos existentes (operações urbanísticas licenciadas).

Realizada referência ao enquadramento legal e às disposições previstas aplicáveis a nível nacional importa agora destacar as características e as especificidades territoriais quer do povoamento minhoto quer dos tipos de assentamentos/lugares que o definem.

Efetivamente, no que diz respeito à território, verifica-se que o povoamento urbano de Ponte de Lima ocorre, do ponto de vista da sua localização, preferencialmente em três localizações: nos vales, de uma forma disseminada; na encosta, de uma forma dispersa; e em altitude, de forma concentrada, de acordo com a localização no território das diferentes freguesias. Podemos ainda referir que o povoamento em cada uma das freguesias se dispersa por diversos lugares ou núcleos, tendencialmente e nas últimas décadas ao longo da extensa rede viária que serve o Município, o que vem determinar a existência de dois tipos de áreas, por um lado aquelas que podemos incluir no conceito de aglomerado rural, por ter subjacente a vida em comunidade, a sua inclusão numa estrutura agrária de minifúndio onde a casa se implanta na propriedade e muitas vezes aglomera vários lugares dando origem a pequenos núcleos e, por outro lado, uma estrutura mais recente, híbrida, entre o urbano-rural que ocorre muitas vezes na continuidade das vias, com habitações mais recentes, sem uma organização social em comum e que não depende de um modo de vida ligada à propriedade agrícola, designada como área de edificação dispersa.

A este conceito, considerando ainda as diversas formas de povoamento municipal ou as diferentes morfologias de ocupação dos assentamentos, juntámos o fator “edificação dispersa”, ou seja, por contraponto aos assentamentos com formas orgânicas e estruturas tradicionais minhotas, muitas vezes com estruturas compactas de frente edificada ou de conjunto rural.

Por esse motivo, os assentamentos agora delimitados como AED compreendem os assentamentos mais recentes, resultantes de ocupação mais dispersa e onde se pretende também, para além da colmatação da sua estrutura, a sua consolidação. É por esse motivo que em muitos casos se fecham os assentamentos com um perímetro que consolida as frentes de arruamentos, caminhos ou estradas onde a ocupação atual apenas existe num dos lados. Desse modo, pretende-se, de facto, conter a sua dispersão. De referir que nestes assentamentos existe, na sua maioria, rede de abastecimento de água, rede de eletricidade, e rede de transporte público.

A metodologia definida para a abordagem à revisão da planta de ordenamento do PDM de Ponte de Lima, visando a reclassificação do solo teve três grandes etapas, a saber:

- Estrutura da proposta do **solo rústico** tendo por base as análises efetuadas no Diagnóstico Territorial e considerando a qualificação do solo prevista na legislação em vigor, nomeadamente, nos artigos 17º a 23º do Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto e as aptidões e vocações dominantes do solo, a adequação aos IGT de ordem superior de que se destacam o PNPOT e o PROF EDM;
- Definição das **áreas edificáveis** através da reclassificação do solo urbano e rústico, tendo por base o artigo 7º do Decreto regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto, assim como o demais enquadramento legal em vigor;
- Definição das categorias e subcategorias de **solo urbano**, tendo como base de trabalho as morfotipologias existentes e programadas, assim como o grau de urbanização de cada território, e a qualificação do solo prevista na legislação em vigor, nomeadamente, nos artigos 7º, 8º, 9º e nos artigos 24º e 25º do Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto, traduzindo, deste modo, as opções municipais de planeamento, tal como previsto no nº 3, do artigo 10º, da LBPPSOTU.

A proposta contou ainda, numa fase posterior, com a discussão e análise conjunta efetuada pelo Executivo, pelas Juntas de Freguesia e pela equipa, o que permitiu obter uma visão das expectativas para a definição do modelo e da estratégia territorial a definir na presente revisão do PDM, tendo sido, por esse motivo sido ponderados ainda os seguintes aspetos daí decorrentes:

- O crescente investimento na realização de infraestruturas para servir a população e cumprir as metas nacionais;
- A vontade verificada na população local em se manter e fixar nas freguesias de origem em propriedades de família;
- O aumento da procura por parte da população presente (a trabalhar em Ponte de Lima), em fixar-se, fundamentalmente, nas freguesias de localização das Atividades Económicas empregadoras;
- A estrutura da economia local presente em diversas freguesias e que mantém uma dinâmica agro-florestal muito presente no território e que determina uma alternância entre áreas edificadas e a ocupação florestal;
- A ausência, em diversas freguesias, de solos disponíveis na áreas centrais para edificação;
- Os condicionalismos previstos no Sistema nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, condicionando a edificação fora das áreas edificadas consolidadas.

Considerando todos os aspetos referidos, a metodologia seguida e as diversas versões apresentadas relativamente à classificação e à qualificação do solo urbano e rústico, destacamos que a proposta de ordenamento, no que se refere à classificação e qualificação do solo urbano, teve em consideração na sua espacialização os seguintes critérios:

- Integração de solo edificável, em diversas categorias de espaços onde o solo não se encontra ocupado com edificação nas áreas laterais contíguas, mas onde a edificação se implanta no lado oposto da via, visando a conformação dos lugares ou núcleos pré-existentes;
- Integração de solo edificável, em diversas categorias de espaços onde o solo se encontra totalmente ocupado, mas que não se encontra servido com rede de saneamento.
- Definição de solo edificável, a consolidar, nas categorias de solo urbano (Espaços Centrais e Espaços habitacionais), com a condição de reversão para solo rústico, sempre que o mesmo se localiza em áreas servidas na sua envolvente por redes de infraestruturas;

Nos sentido de satisfazer as necessidades verificadas na satisfação das carências habitacionais para a população mais carenciada, a autarquia promoverá uma áreas destinadas a Habitação a Custos controlados, nomeadamente a localizada em

Vitorino das Donas. Sendo a restante programação, destinada ao mercado de aquisição, concretizada através da programação de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) e efetuada pelo sistema de iniciativa dos interessados, de acordo com a espacialização na Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo e sistematizada no capítulo destinado à programação do solo no presente relatório.

Sendo as atividades económicas um dos pilares de desenvolvimento socioeconómico do concelho de Ponte de Lima, o município vem desde à longa data a apostar na criação de espaços de atividades económicas com as condições adequadas para a instalação das mesmas. No presente encontra-se em execução do Espaço de atividades económicas de Calvelo por parte da Autarquia estando ainda programadas a ampliação de diversos Espaços destinados ao acolhimento Empresarial, como são os casos da Gemieira, da Queijada e das Pedras Finas, encontrando-se as mesmas, devidamente, espacializadas na proposta e identificadas no capítulo da programação do presente relatório.

Deste modo, através da definição das freguesias e dos núcleos urbanos que estruturam o território através da proposta de sistema urbano foi possível aplicar a metodologia de determinação da qualificação do solo urbano e do solo rústico.

6.2 - Metodologia de delimitação das áreas edificáveis

A metodologia de trabalho desenvolvida pela equipa técnica multidisciplinar teve como pressuposto inicial a integração e participação efetiva dos diversos serviços técnicos do Município, para além de incluir também a participação direta dos eleitos locais. Esta participação foi iniciada, em 2017, com a realização de uma primeira apresentação, por parte da Senhora Diretora Regional do Ordenamento do Território (CCDRN) e teve por objetivo explicitar a todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia os critérios subjacentes à nova classificação do solo urbano e rústico imposta pela nova Lei de Bases (LBGPPSOTU) e pela legislação complementar, nomeadamente o novo regime jurídico (RJIGT) e o Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto.

Deste modo, a metodologia seguida de qualificação das áreas edificáveis¹⁹ que integram quer o solo urbano quer o solo rustico, como referido anteriormente tiveram por base quer a estratégia definida quer o enquadramento legal determinante para o efeito, seguindo os seguintes critérios:

- Identificação dos assentamentos determinantes no sistema urbano municipal;
- Espacialização das vias públicas e definição de buffer com 45 metros ao eixo da via para cada lado da via, mesmo sem construção, visando a rentabilização dos investimentos efetuados nas infraestruturas e a consolidação dos lugares ou núcleos existentes;
- Espacialização das redes de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento existentes, com execução prevista e programadas e definição de buffers de 50 metros;
- Inclusão de áreas intersticiais localizadas, entre os núcleos definidos anteriormente, desde que possuam redes de infraestruturas existentes, previstas ou programadas;
- Inclusão de áreas localizadas na contiguidade das áreas edificáveis, sempre que a morfologia do assentamento assim o justificar como forma de conformação e regularização do mesmo;
- Inclusão dos equipamentos de utilização coletiva inseridos na estrutura urbana sempre que integrem um assentamento;
- Espacialização de compromissos urbanísticos existentes.
- A espacialização das áreas com cinco ou mais edificações sobre a base cartográfica, com vias, edificações, visando a definição de todas as áreas edificadas existentes no território, a partir da edição de um buffer de 50 metros envolvente às edificações existentes num lugar e que constituem uma comunidade;
- Depois de identificadas as áreas edificadas onde existem pelo menos cinco edificações com área superior a 30 m, foram ainda integradas as Aldeias de Montanha, definidas na Estratégia Municipal de Desenvolvimento e Coesão Territorial, essenciais e centrais para a fixação de população no mundo rural, e que dizem respeito a aglomerados populacionais localizados nas freguesias de Bárrio e Cepões, Calheiros, Labrujó, Rendufe, Vilar do Monte e Cabração;

¹⁹ Inclui as categorias “edificáveis” quer do solo rústico quer do solo urbano.

- Foram igualmente tidas em conta as boas práticas de ordenamento do território, na qual se incluem a exclusão dessas áreas quando correspondem a declives acentuados, pequenos bosquetes ou maciços arbóreos, assim como algumas áreas agrícolas que conferem identidade e valor ao território.

Relativamente ao buffer utilizado na envolvente das edificações, este não foi igual em todas as situações devido, fundamentalmente, às características orográficas do território, tendo para o efeito sido realizado um trabalho manual de análise de todos os perímetros em que se verificavam essas características através de sobreposição da cartografia de base vetorial com os ortofotomapas, obtendo dessa forma uma melhor adequação do local.

Foram elaboradas diversas propostas que, por sua vez foram analisadas e discutidas com a CCDRN e com o Executivo, no sentido de se estabelecer um consenso relativamente à qualificação do solo apresentada.

Assim, no decurso das várias propostas apresentadas foram ainda tidos em consideração, numa fase posterior, os seguintes critérios aplicáveis a algumas condicionantes determinantes para um correto ordenamento do território que preserve os recursos existentes no território e que acautele as ocorrências de proteção civil com possíveis impactes na população e nos seus bens:

- Excluir áreas de perigosidade alta ou muito alta, sempre que coincidam com manchas de grande dimensão, ou coincidentes com áreas de declive acentuado incluindo as que estão integradas nos sistemas da REN, ou de continuidade com áreas florestais de grande dimensão;
- Por inerência excluir da proposta os sistemas da REN que integram os cursos de água, as áreas com risco de erosão, deslizamento de vertentes ou de proteção hídrica do solo;
- Excluir áreas que integram a RAN e não foram aceites pela (ex)DRAPN.

6.3- Qualificação do Solo Rústico

Definição do conceito de *Aglomerado Rural* e de *Áreas de Edificação Dispersa*

No solo rústico, a reclassificação de solo incidiu fundamentalmente na concretização da definição de *Aglomerados rurais*, visando a sua adequação às características de estrutura e morfologia, detalhando, desta forma, o conceito estabelecido no Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto e, sobretudo, considerando as formas de povoamento do território minhoto.

Efetivamente, no referido decreto os critérios de identificação, quer dos *Aglomerados Rurais* quer das *Áreas de Edificação Dispersa*, não têm em consideração nem a sua estrutura, nem a sua forma urbana, considerando, fundamentalmente as suas funções e características do assentamento no modelo territorial, como se descreve resumidamente:

Aglomerados Rurais: áreas edificadas, com **utilização predominantemente habitacional e de apoio a atividades localizadas em solo rústico**, dispondo de infraestruturas e de serviços de proximidade (...) devendo ser delimitados e regulamentados no PDM com um regime de uso do solo que garanta a **sua qualificação como espaços de articulação de funções habitacionais e de desenvolvimento rural....**

Áreas de Edificação Dispersa: espaços existentes, com **caraterísticas híbridas e uma ocupação de carácter urbano-rural**, devendo ser objeto de um **regime de uso do solo que garanta a sua contenção e o seu ordenamento** e infraestruturação numa ótica de sustentabilidade....

Assim, de acordo com a análise efetuada aos diversos tipos de assentamentos rurais existentes no território de Ponte de Lima e o enquadramento legal em vigor, para identificar os tipos de Aglomerados rurais presentes no território, definimos os seguintes critérios:

Critérios de identificação dos tipos de assentamentos - É essencial perceber que existem diversos tipos de "aglomerados rurais" porventura em cada região, nesse sentido, consideramos que no Alto Minho, os assentamentos vulgarmente conhecidos como *lugares* originam diversos tipos de núcleos rurais, de que são exemplo, os lugares dos vales, os lugares de meia-encosta e os lugares serranos e onde se verifica por parte da comunidade uma vivência comum de vizinhança e de comunidade.

Critérios de delimitação do conceito espacial de *Aglomerados Rurais* (AGR) - Tal como referido anteriormente, os AGR, neste território são de génese antiga, com relevância na identidade do lugar, assim como na vida da comunidade que agregam e foram delimitados, preferencialmente, considerando o conceito de *Lugar* onde existem pelo menos 7 habitações, com afastamentos entre si entre os 80 metros e nos quais existe uma estrutura de povoamento, ainda que dispersa, que determina a sua constituição como aglomerado do ponto de vista da sua forma, ou seja, morfológico e onde existe uma vivência comunitária e comum da população.

Aglomerados rurais

São Aglomerados rurais, os pequenos núcleos populacionais, constituídos por *Lugares* com funções habitacionais nos quais se identifica a vivência de comunidades locais, ligadas à exploração dos recursos naturais e nos quais se verifica uma implantação tradicional do núcleo com a envolvente física na qual se insere.

Áreas de Edificação Dispersa

Por seu lado, como referido e definido na legislação, as AED, constituem assentamentos, normalmente, de ocupação recente, muitas das vezes com origem em pequenos loteamentos ou edificações avulsas em espaço agrícola e/ou florestal contíguo a lugares mais antigos, contíguos às vias de comunicação entre os diversos lugares das freguesias. Na sua maioria correspondem a formas de povoamento que não estão associadas à utilização/exploração agrícola e, por esse motivo, podemos dizer que constituem áreas habitacionais periféricas dispersas

Foram consideradas áreas onde coexistem 5 ou mais habitações dispersas, com afastamentos entre si até aos 50 metros e onde existem, entre outras, redes de abastecimento de água, tendo como característica de tipologia habitacional recente, localizadas em áreas de ocupação de carácter urbano-rural.

Considerando a necessidade definida no PNPOT, definida na diretriz 74 de travar a artificialização do solo, considerámos importante que a definição das AED se conformem e compactem, dando origem a lugares mais estruturados e com maior nível de serviço, reduzindo a dispersão verificada no território.

Espaços Agrícolas

Integram os espaços agrícolas os solos que possuem atual ou potencial aptidão para a prática da atividade agrícola, compreendendo as áreas que integram a Reserva Agrícola Nacional e as áreas marginais ou complementares à RAN e que possuem características adequadas à atividade agrícola. Os espaços agrícolas destinam-se, fundamentalmente, a ocupações e utilizações agrícolas, pecuárias e de silvo-pastorícia, sem prejuízo do aproveitamento de recursos geológicos e energéticos.

Espaços Florestais

Os espaços florestais correspondem com aptidão para o desenvolvimento das atividades florestais, agroflorestais, pecuária e de silvicultura, caça e pesca nas águas interiores, recreio e valorização da paisagem, assim como a conservação de habitats de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos com base no aproveitamento do solo vivo e dos demais recursos e condições biofísicas que garantem a sua fertilidade. Considerando a especificidade das diversas subcategorias que integram os espaços florestais, optou-se por complementar a sua regulamentação às Normas e Orientações do PROF EDM, ao nível do articulado do Regulamento do plano através do Anexo 8, ao mesmo.

Os espaços florestais, integram-se nas sub-regiões homogéneas definidas no PROF EDM, de acordo com as suas características e aptidões integram as seguintes subcategorias:

- Floresta de Conservação – Os espaços florestais de conservação, correspondem às áreas de uso ou vocação florestal com funções relevantes de conservação, designadamente, manchas florestais constituídas, maioritariamente, por floresta de carvalho autóctone e outras folhosas integradas em áreas classificadas de conservação da natureza e da biodiversidade, assim como manchas de arvoredo com especial valor patrimonial ou paisagístico e integram, entre outras, as áreas da RN2000 cujo uso dominante seja florestal, nas quais devem ser privilegiadas, as normas e modelos de silvicultura por função de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos definidas no PROF EDM, sem prejuízo da perspetiva multifuncional para os espaços florestais deste programa.

De acordo com a informação do ICNF integram estes espaços os habitats da Rede Natura iniciados por "9";

- Floresta de Produção - Os espaços florestais de produção correspondem às áreas de uso e aptidão florestal, destinadas ao aproveitamento do potencial produtivo nos termos autorizados pelas entidades de tutela, onde prevalecem como subfunções gerais a produção de madeira, a produção de biomassa para energia, a produção de cortiça, a produção de frutos e sementes e a produção de outros materiais vegetais e orgânicos, onde se privilegiam as normas e modelos de silvicultura por função de produção, tal como definidos no PROF-EDM, sem prejuízo da perspetiva multifuncional para os espaços florestais deste programa.

- Floresta de proteção - Os espaços florestais de proteção correspondem a áreas de uso ou vocação florestal sensíveis devido, à ocorrência de fatores de risco de degradação ecológica, nomeadamente riscos de erosão, nas quais devem ser privilegiadas as normas e modelos de silvicultura por função de proteção e em normas de aplicação localizada, áreas florestais sensíveis, designadamente ao risco de erosão definidas no PROF-EDM (conforme, n.º 1 e 2 do art.º 14.º) sem prejuízo da perspetiva multifuncional para os espaços florestais deste programa.

- Espaços florestais de recreio e valorização da Paisagem- Os espaços florestais de recreio e valorização da paisagem correspondem às áreas de uso e aptidão florestal, que contribuem para o bem-estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos, que engloba como subfunções gerais o enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos, de empreendimentos turísticos no espaço rural e do turismo de natureza, de usos especiais, do recreio, das infraestruturas e a conservação de paisagens notáveis, onde se privilegiam as normas e modelos de silvicultura por função de recreio e valorização da paisagem, tal como definidos no PROF-EDM, sem prejuízo da perspetiva multifuncional para os espaços florestais deste programa.

Espaços Naturais e Paisagísticos

Integram esta categoria as áreas com maior valor natural destinadas à conservação da natureza e da biodiversidade, nas quais se incluem as áreas de interesse paisagístico constituídas por afloramentos rochosos, maciços arbóreos de dimensão e valor paisagístico relevante, as áreas com maior valor da *Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos*, e as áreas dos *habitats* identificados na

Zona Especial de Conservação (ZEC) Rio Lima - PTCON0020, Zona Especial de Conservação (ZEC) Serra de Arga – PTCON0039 e Zona Especial de Conservação (ZEC) Corno de Bico – PTCON0040, assim como as margens e os leitos dos cursos de água.

Propõe-se que, na continuidade da ZEC Corno de Bico/Paisagem Protegida do Corno de Bico (em Paredes de Coura), a encosta sul desta serra, já em Ponte de Lima, e referente a um bosque caducifólio numa área de valor natural em Vilar do Monte, Rendufe e Labruja, que corresponde ao alto vale do Labruja, seja agrupada àquela área classificada, uma vez que esta encosta apresenta características semelhantes, e tem sido alvo de divulgação e de valorização por parte do município de Ponte de Lima, existindo ainda um Plano de Gestão Florestal aprovado. Nesta área são comuns importantes manchas de carvalhal interconectado com a tradicional paisagem agropastoril em socalcos.

No concelho de Ponte de Lima (e partilhado com Vila Verde) há ainda um outro ecossistema de elevado valor natural. O vale do rio Trovela (afluente do rio Lima), também conhecido por carvalhal da Boalhosa (carvalhais dos *Habitats* 9160 e 9230pt1 da Rede Natura 2000), apresenta uma boa estrutura ecológica, com as várias espécies de interesse para conservação. Nesse vale, para além das espécies referidas, ainda ocorrem, entre outras a *Woodwardia radicans* (L.) Sm., do Anexo II e IV da Diretiva Habitats, que no noroeste continental só existe no Parque Nacional da Peneda-Gerês e que apesar de não ser uma área de grande dimensão tem características/valores ecológicos reconhecidos (capítulo “Biodiversidade e Recursos Biológicos”, in “As Condições Naturais e o Território de Ponte de Lima”, Honrado, 2008, página 161).

As duas áreas integram os Espaços Naturais e Paisagísticos e encontram-se, igualmente, espacializados na Planta de Ordenamento II A – Salvaguardas Gerais, integrando ainda a Estrutura Ecológica Municipal.

Espaços de Exploração de Recursos energéticos e Geológicos

Os espaços de recursos geológicos destinam-se ao aproveitamento económico dos recursos geológicos e energéticos e compreendem as áreas de exploração de depósitos e massas minerais, são espaços onde ocorre atividade produtiva significativa, e que correspondem às áreas concessionadas e licenciadas, em vias

de concessão ou de licenciamento, tendo em vista o aproveitamento de recurso geológico ou energéticos, assim como as áreas potenciais, que se caracterizam por constituírem espaços onde ocorre a probabilidade de existência de recursos geológicos ou energéticos.

Considerando que em Ponte de Lima existe uma área recente afeta à exploração de recursos naturais disciplinada através do PIER o Núcleo das Pedreiras das Pedras Finas, de acordo com o previsto no PNPOT, na diretriz 77, o PDM estabelece no Regulamento, a conciliação de usos e de exploração, sem prejuízo da manutenção do uso agrícola e florestal, desde que não degradem a aptidão do solo e sejam compatíveis com o uso dominante.

Espaços de Atividade Industriais

Os espaços de atividades industriais/económicas destinam-se à instalação de estabelecimentos industriais e integram a atividade de Pirotécnica, assim como outras atividades compatíveis com o solo rústico.

Espaço de equipamentos e infraestruturas territoriais

Os espaços destinados a equipamentos e infraestruturas, destinam-se à satisfação de necessidades coletivas dos cidadãos e aos sistemas técnicos gerais de suporte ao funcionamento do território, compreendendo áreas onde se localizam equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas territoriais.

6.4- Qualificação do Solo Urbano

A articulação do sistema urbano definido com a qualificação do solo e as características dos assentamentos urbanos organiza três níveis hierárquicos, considerando o respetivo grau de urbanização e o nível de serviço existente, previsto ou programado (de redes públicas, de equipamentos de utilização coletiva, de comércio e serviços) de cada um dos espaços, no que à edificação destinada à função habitacional diz respeito, a saber:

- Espaços centrais;
- Espaços habitacionais;

- Espaços Urbanos de Baixa Densidade.

A classificação nas diversas categorias de solo urbano obedeceu ao estabelecido na alínea a), b) e e) do nº 1, do artigo 25º.

Complementarmente, importa referir que os objetivos da gestão territorial, no território de Ponte de Lima, prossegue os objetivos estabelecidos na LBPPSOTU, no que se refere, entre outros (...) “à rentabilização de infraestruturas, evitando a extensão necessária das redes e dos perímetros urbanos e racionalizando o aproveitamento das áreas intersticiais²⁰”.

Espaços centrais

Os espaços centrais correspondem às áreas que desempenham funções de centralidade, onde coexistem a concentração de atividades terciárias, equipamentos de utilização coletiva e funções residenciais, sendo, ainda, admitidos, empreendimentos turísticos e os usos de armazenagem, industriais ou outros, desde que compatíveis com as funções principais do local.

Considerando as diferentes características funcionais e tipológicas, considerámos a existência das seguintes subcategorias, de acordo com a delimitação constante da planta de ordenamento: Centro Histórico de Ponte de Lima e Arcozelo e Áreas centrais complementares que correspondem a uma coroa envolvente do Centro Histórico. Por sua, considerando os diferentes graus de consolidação do tecido urbano dos espaços centrais complementares, consideram-se dois níveis operativos, para definição das áreas que não se encontram consolidadas, do ponto de vista urbano e, nas quais, é necessário promover a sua programação através de Unidade de Execução para que toda a área atinga um desenvolvimento urbano conjunto. Pretendendo-se, nas áreas centrais complementares identificadas na Planta de Ordenamento I, intensificar o preenchimento dos espaços vazios com disponibilidade próxima de infraestruturas através do desenvolvimento de Unidade de Execução que se não forem executadas em tempo útil reverterão para solo rústico.

Espaços Habitacionais

²⁰ Alínea f) do Artigo 37º da Lei de Bases da Política Pública de Solos e Ordenamento do Território e Urbanismo.

Nas categorias de Solo Urbano destinadas, preferencialmente à função habitacional, considerando o disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 7º, no que se refere ao (...) solo total ou parcialmente urbanizado ou edificado, assim como os diferentes graus de urbanização existentes nos diversos assentamentos foram definidas, ao nível do regulamento, quer nos Espaços Centrais quer nos Espaços Habitacionais I e II, nas áreas assinaladas na Planta de Ordenamento I, necessário a concretização de Unidades de Execução, devidamente espacializadas na Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo e devidamente regulamentadas. Estas áreas, a consolidar, caracterizam-se por serem áreas implantadas em solo urbano, servidas na sua envolvente por redes de infraestruturas, mas onde não existe desenho urbano definido que permita a sua racional ocupação. Prevê-se que estas áreas sejam realizadas através de unidades de execução, contudo se não existir essa vontade, por parte dos vários proprietários, reverterão as mesmas para solo rústico.

Os espaços habitacionais correspondem a aglomerados urbanos ou áreas urbanas, com importância no sistema urbano municipal, que se destinam, preferencialmente, a funções residenciais, admitindo-se outros usos, desde que compatíveis com a função residencial, as morfotipologias dos edifícios e os parâmetros admissíveis. A proposta desdobra os espaços habitacionais de tipo I e do tipo II, consoante as características morfotipológicas propostas. Assim, aos espaços habitacionais de tipo, correspondem a áreas fundamentalmente habitacionais de tipologia uni e multifamiliar, onde se desenvolvem ainda atividades comerciais e/ou serviços, empreendimentos turísticos e equipamentos de utilização coletiva.

Nos espaços habitacionais a consolidar, pretende-se desenvolver uma malha urbana adequada ao território em áreas servidas, na sua envolvente, por infraestruturas e que permita o desenvolvimento de áreas habitacionais integradas nos Espaços Urbanos e Espaços Verdes de Utilização Coletiva, através do desenvolvimento de Unidade de Execução.

No que se refere aos espaços habitacionais de tipo II, estes correspondem a áreas fundamentalmente habitacionais de tipologia predominantemente unifamiliar, assim como habitação coletiva, onde se desenvolvem ainda atividades comerciais e/ou serviços, empreendimentos turísticos e equipamentos de utilização coletiva.

Localizam-se, maioritariamente, na coroa envolvente à vila de Ponte de Lima.

Espaços Urbanos de Baixa Densidade

Os espaços urbanos de baixa densidade correspondem a assentamentos com baixa densidade e destinam-se fundamentalmente à construção de edifícios habitacionais unifamiliares e multifamiliar, onde se desenvolvem ainda atividades comerciais e/ou serviços, empreendimentos turísticos e equipamentos de utilização coletiva essenciais às populações locais. Morfologicamente, com alguma fragmentação e características de transição entre o solo rústico e o solo urbano. Nestes espaços com muita expressão no concelho de Ponte de Lima, ocorrem também, frequentemente, diversas atividades económicas e equipamentos de utilização coletiva.

Correspondem globalmente ao lugar central da maioria das sedes das freguesias do território Limiano.

Os espaços urbanos de baixa densidade propõem-se, ainda que apenas em duas freguesias, as áreas a consolidar e que, tal como referidos nas categorias anteriores, se caracterizam por estarem implantadas em solo urbano, servidas na sua envolvente por redes de infraestruturas, mas onde não existe desenho urbano definido que permita a sua racional ocupação. Prevê-se que estas áreas sejam realizadas através de unidades de execução, contudo se não existir essa vontade, por parte dos vários proprietários, reverterão as mesmas para solo rústico.

O método seguido para a espacialização das áreas que integram os espaços urbanos de baixa densidade consistiu, fundamentalmente, na sobreposição de informação relativas às redes de infraestruturas de abastecimento e de saneamento de água, equipamentos de utilização coletiva e atividades económicas, sobre a base cartográfica que foi atualizada com os compromissos existentes, ou seja, com a espacialização das operações Urbanísticas sujeitas a comunicação prévia válidas, as informações prévias favoráveis em vigor, os alvarás de licenciamento de obras, os alvarás de loteamento emitidos e ainda as operações de loteamentos municipais aprovadas.

Foram ainda consideradas algumas pequenas áreas sem rede de saneamento e que, por vez, não apresentam condições técnicas para receber essa mesma rede. Essas áreas integram e consolidam os aglomerados urbanos em causa e, como tal, devem ser integradas nos referidos aglomerados. Outras áreas nessas condições

foram alvo de programação de redes visando a sua cobertura, sempre que a programação da autarquia o defina.

Constituem a maioria dos espaços que integram o sistema urbano de Ponte de Lima e localizam-se, fundamentalmente, nas freguesias envolventes da coroa central da Vila, ou seja, formam uma segunda coroa de povoamento do território.

O solo urbano é ainda qualificado com as seguintes categorias:

- Espaços de Atividades Económicas
- Espaços de Uso Especial;
- Espaços Verdes.

Espaços de Atividades Económicas

Estes espaços correspondem às áreas que se destinam, preferencialmente, à ocupação e desenvolvimento de atividades económicas, nomeadamente indústria, armazenagem, comércio e serviços, podendo nelas estabelecer-se, ainda, outras atividades ou usos, designadamente infraestruturas, espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva.

As UOPG programadas para as atividades económicas visam a complementaridade e algumas ampliações dos espaços existentes.

Espaços de Uso Especial

Os espaços de uso especial correspondem a áreas destinadas a equipamentos de utilização coletiva e a infraestruturas estruturantes e integrando essas duas subcategorias.

Devido às suas características urbanas ocorrem fundamentalmente na Vila de Ponte de Lima e na Vila de Freixo.

Espaços Verdes

Os espaços verdes de utilização coletiva são áreas com funções de equilíbrio ecológico e de desenvolvimento de atividades ao ar livre e se destinam à utilização

pelos cidadãos em atividades de recreio e lazer, que integram a estrutura ecológica municipal.

Integram ainda o sistema urbano, os espaços verdes de utilização coletiva que correspondem às áreas de estar, recreio e lazer da população que qualificam o ambiente urbano.

Localizam-se, fundamentalmente, na Vila de Ponte de Lima, ao longo do rio Lima, nas tipologias de Jardins públicos e espaço de proteção e enquadramento.

Nesta área, a estratégia da Autarquia, prossegue a estratégia de desenvolvimento da abordagem desenvolvida pelos executivos anteriores que se apoia no estabelecimento de estratégias e diretrizes de sustentabilidade que garantam a salvaguarda e valorização de recursos e valores naturais, nomeadamente da água, solo e biodiversidade, a criação de estruturas ecológicas e infraestruturas verdes, a conservação da natureza, em particular em áreas classificadas e a valorização dos serviços de ecossistemas e a qualificação das unidades de paisagem, de acordo com o disposto no PNPOT, na diretriz 73.

Importa como conclusão sistematizar os valores globais da proposta relativamente a cada uma das categorias de solo propostas no Plano.

Quadro 7– Valores globais da Proposta de Plano – Classificação e Qualificação do Solo

	Categorias	ha
SOLO URBANO	Espaços Centrais	29,55
	Espaços Habitacionais	536,00
	Espaços Urbanos Baixa Densidade	2 735,43
	Espaços Uso Especial -Equipamentos e Infraestruturas	146,46
	Espaços Uso Especial -Turísticos	121,69
	Espaços de Atividades Económicas	266,60
	Espaços Verdes	69,12
Total		3 904,85
SOLO RÚSTICO	Espaços Agrícolas	9 470,61
	Espaços Florestais	15 269,12
	Espaços Exploração Recursos Energéticos e Geológicos	196,35

	Espaços de Atividades Industriais	20,55
	Espaços Naturais e Paisagísticos	2 083, 01
	Espaços de Equipamentos e Infraestruturas	66,03
	Aglomerados Rurais	758,26
	Áreas Edificação Dispersa	158,90
Total		28 024,68

6.5 – Articulação da proposta de ordenamento com políticas nacionais

O presente capítulo tem objetivo fundamentar a articulação da estratégia de ordenamento da revisão do PDM, com as medidas, normas e orientações que decorrem quer dos IGT em vigor quer de políticas nacionais e setoriais em vigor no território nacional e que se encontram muitas das vezes internalizadas na definição territorial das categorias do solo rústico e do solo urbano.

• Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPOT

A revisão do PDM de Ponte de Lima teve em consideração o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território²¹ (PNPOT), de que se destacam diretrizes **para os Instrumentos de gestão Territorial**.

As diretrizes para os IGT, consubstanciam-se nas Diretrizes de Coordenação e Articulação e nas Diretrizes de Conteúdo, definidas para os Planos Diretores Municipais. De referir que no desenvolvimento da proposta de plano, considerando quer a estratégia municipal quer os objetivos definidos pelo executivo, a equipa acautelou as diretrizes aplicáveis aos Planos Diretores Municipais, destacando-se as seguintes: 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77 e 78.

• Plano Sectorial da Rede Natura 2000

As normas regulamentares e as peças desenhadas foram integradas na revisão do PDM de Ponte de Lima, através da elaboração do anexo ao Regulamento, intitulado, "Anexo 6 – Valores Naturais, Orientações e Determinações para a Rede Natura

²¹ Revisto pela Lei nº 99/2019, de 5 de setembro.

2000. A delimitação da área da RN 2000, encontra-se espacializada na Planta de Condicionantes Gerais.

Tal como descrito no Relatório de Conformidade da Proposta de Ordenamento com a RN 2000, que integra, em anexo o presente relatório, a proposta de ordenamento encontra-se em conformidade com a RN 2000.

- **Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Minho e Lima**

Relativamente ao enquadramento na revisão do PDM de Ponte de Lima, dos princípios definidos no **Plano de Gestão dos Riscos de Inundações do Minho e Lima** ²² (PGRI), que visam a persecução de um território mais resiliente e sustentável, que sistematizamos:

- a) O risco na área inundada não aumenta, quer em termos de população, ambiente, as atividades económicas e o património afetados;
- b) No processo de planeamento de haver uma análise global, uma vez que mudanças locais no uso e ocupação do solo podem gerar um aumento do risco de inundação noutros locais da bacia hidrográfica;
- c) A vulnerabilidade e suscetibilidade às inundações não aumentam e não são criados novos perigos, quer na área inundada, quer a montante e jusante desta;
- d) São potenciados, sempre que possível, a rede contínua dos espaços verdes, os corredores ecológicos, com soluções de maior infiltração que evitam o escoamento superficial, permitem o encaixe ou encaminhamento das águas e/ou de dissipação da energia das águas e possível utilização.

Deste modo, identificamos a sua integração no PDM de Ponte de Lima, da seguinte forma:

- Fonte de informação de base para a delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias integradas na REN;
- Procedeu-se à delimitação das classes de perigosidades alta/muito alta, Média e Baixa/muito baixa, que correspondem às cheias de retorno dos 100 anos que foram disponibilizadas pela APA;

²² Publicado pela RCM nº 63/2024, em 24 de abril.

- O PDM adotou as disposições regulamentares definidas pela APA que constam na "Minuta de Transposição das Normas do PGRI para os Planos Territoriais e que se aplicam às classes de perigosidade para os potenciais usos do solo e rústico nas áreas das ASPSI;
- Ao nível da Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo, as áreas que integram o limite das Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação (ARPSI), e que integram o solo urbano foram excluídas (após análise da proposta de exclusões da REN apresentada pelo Município), tendo sido, igualmente, ponderadas as áreas de articulação a montante e a jusante da ARPSI com as zonas ameaçadas por cheias.
- Ao nível da Programação e Execução – Foram incluídas as medidas preconizadas no PGRI (RH1) – 2º Ciclo.

• **Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho**

O PROF de Entre Douro e Minho²³ concretiza, no seu âmbito e natureza o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, e compatibiliza-se com os demais programas setoriais e com os programas especiais, assegurando a contribuição do setor florestal para a elaboração e alteração dos restantes instrumentos de gestão territorial. O PROF de EDM está alinhado com a visão definida pela Estratégia Nacional para as Florestas, adotando como referências os anos de 2030 e 2050 para as suas metas e objetivos.

O PROF que definem para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

As normas regulamentares e as peças desenhadas foram integradas na revisão do PDM de Ponte de Lima, através da elaboração de um anexo ao Regulamento, intitulado "Anexo 8 – Orientações estratégicas do PROF EDM e do Cartograma Síntese do PROF EDM.

²³ Publicado através da Portaria nº 58/2019, de 11 de fevereiro, com alterações introduzidas pela Declaração de Retificação nº 14/2019, de 12 de abril.

- **Plano de gestão da Região Hidrográfica do Minho-Lima (RH1)²⁴,**

No que se refere ao enquadramento no **Plano de gestão da Região Hidrográfica do Minho-Lima (RH1)²⁵**, visando a articulação da implementação do 3º ciclo de forma articulada com a estratégia municipal, apresenta-se seguidamente uma sistematização de diversos aspetos relativos à implementação do 2º ciclo.

Assim, relativamente à questão dos recursos hídricos, e verificando-se que não tem havido uma melhoria no estado das massas de água superficiais entre os dois ciclos de planeamento do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho-Lima, ou seja, entre o 2º e o 3º ciclo (2022-2027), importa fazer uma avaliação da implementação das medidas preconizadas e a sua articulação com as medidas previstas para este 3º ciclo e a proposta de plano.

Deste modo, o ponto de situação das medidas previstas no 2º ciclo é o seguinte:

- a ampliação da ETAR Lanheses/Geraz do Lima, (no concelho de Viana do Castelo) – Executada;
- a intervenção no SAR de Freixo – DARU, foi executada, tendo sido construída a nova ETAR, concluída em 2023 e sido efetuada a ampliação da rede de saneamento;
- investigação da origem de determinados poluentes em massas de água – não foi executado;
- combate e controlo de seguimento de invasoras lenhosas nas margens e leito do rio Lima – Foi efetuado em 2020/2021, tendo sido implementado o Plano de Prevenção, controle e erradicação de espécies exóticas invasoras;
- realização de estudos e de intervenções de reabilitação fluvial do rio Lima – foi executada uma intervenção no rio Lima , com base no Projeto de Reconstrução do Açude, em 2016;
- elaboração do Programa Especial de Ordenamento do Estuário do rio Lima – não executado;
- elaboração do plano de ação nacional para a reposição da continuidade fluvial – não executado

²⁴ Publicado pela RCM nº 52/2016, de 20 de setembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de retificação nº 22-B/2016, de 18 de novembro.

²⁵ Publicado pela RCM nº 52/2016, de 20 de setembro, com as alterações introduzidas pela Declaração de retificação nº 22-B/2016, de 18 de novembro.

- implementação da Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2030) – não executado. Neste aspeto a autarquia efetuou a legalização de processos relativos ao RERAE.

Ainda, relativamente à questão das melhorias da qualidade das massas de água superficiais e à sua visibilidade atual, de referir que considerando as taxas de serviço existentes à data e o seu recente aumento significativo nos últimos anos, assim como a implementação recente de medidas complementares, como sejam o licenciamento de pedreiras, a implementação do loteamento do Polo do Granito, promoverá a desejada melhoria, necessariamente, durante o 3º ciclo.

As medidas propostas pelo Município que visam uma melhoria do estado dos recursos hídricos no território municipal, encontram-se definidas no presente relatório no ponto relativo ao Programa de Execução.

- **Plano Nacional para o Radão**

Relativamente a este plano, importa destacar o risco associado à exposição ao radão (Rn) que se verifica existir em todo o território de Ponte de Lima. Efetivamente, Plano Nacional para o Radão (PNRn), publicado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 150-A/2022, de 29 de dezembro, classifica o território de Ponte de Lima como *zona de suscetibilidade elevada*.

Desta forma, no âmbito da proteção contra os efeitos na saúde do Radão é importante a prevenção da sua transferência subterrânea para o interior do edifício e/ou a existência de sistemas de ventilação adequados, de forma a garantir que os níveis de concentração de mantêm reduzidos e inferiores ao nível de referência. Assim, devem ser consideradas medidas de proteção quer na construção de novos edifícios quer nos edifícios existentes, através, respetivamente, de medidas preventivas e de medidas de mitigação. Para o efeito, a APA, disponibiliza, no seu portal institucional, documentos técnicos elaborados pelo Laboratório de Engenharia Civil, I.P. (LNEC), que apoiam a operacionalização destas medidas.

No presente caso, as medidas de prevenção e mitigação devem ser conhecidas do público em geral, das empresas de construção, dos arquitetos e dos projetistas em particular para garantir a adoção de soluções construtivas que impeçam ou minimizem a admissão de RN no interior dos edifícios.

Assim, as medidas de mitigação que devem ser consideradas numa fase de projeto/construção para edifícios localizados no território de Ponte de Lima, ou seja, em zona de suscetibilidade elevada ao radão deverá incluir uma arreia protetora tipo membrana ou filme impermeabilizante ao radão entre o terreno e as zonas habitáveis do edifício, limitando a passagem de gases provenientes do terreno.

6.6 – Conformidade das propostas de ordenamento com as SRUP

Neste ponto abordamos a questão da conformidade das propostas do plano com as servidões administrativas Rede Natura 2000 e Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandós. Complementarmente, apresenta-se o Dossier REFLOA e o Dossier Perigosidade relativo à restrição de utilidade pública, classes alta e muito alta de perigosidade de incêndio rural e apresentamos as principais conclusões que se encontram refletidas e, devidamente, justificadas em cada um dos relatórios de conformidade elaborados e que se encontram em anexo a este relatório. Designámos este conjunto de plantas como Processo Florestas.

Assim, no que se refere:

- Paisagem protegida das Lagoas de Bertandós e de São Pedro de Arcos - Verifica-se que as áreas de sobreposição assinaladas entre as áreas de proteção existentes nas PP Lagoas de Bertandós e de São Pedro de Arcos e as categorias propostas na revisão do PDM não apresentam conflitos, uma vez que correspondem quer a compromissos existentes (com Atos de Controle prévio em vigor) ou a áreas efetivamente construídas, pelo que se verifica a conformidade da proposta de ordenamento com o regime de proteção integrado no regulamento do PDM;
- Rede Natura 2000 – Verifica-se a conformidade da RN 2000, com os usos propostos, aplicando-se em toda a RN 2000, o disposto no Anexo 6, ao Regulamento.

Foi elaborado um dossier complementar identificado com Relatório de Demonstração da Conformidade com a RN 2000.

- Regime Florestal – De referir que atualmente, no PDM em Vigor, se verifica a existência de sobreposições entre o Regime Florestal em vigor à data e as categorias de ordenamento de "Espaço Urbano e Urbanizável" delimitadas na

proposta de Ordenamento, relativa à Classificação e Qualificação do Solo. Efetivamente, constata-se que na elaboração do PDM em vigor não se efetuou a necessária compatibilização de regimes, pelo que importa resolver a situação. Deste modo, apresenta-se, em anexo, o Relatório relativo ao REFLOA onde se assinalam as áreas construídas e desafetar, nesta fase, do REFLOA.

- Classes Alta e Muito Alta de perigosidade de incêndio rural – De referir que para as áreas de sobreposição que integram o respetivo dossier foram identificadas em planta as Áreas de Sobreposição de propostas de áreas edificadas e edificáveis em solo urbano e solo rústico. O município, após ponderação, pretende manter as suas propostas, sabendo que a concretização das propostas nas condições verificadas é da sua responsabilidade. De referir, igualmente, que as futuras iniciativas de edificação terão de ter o respetivo enquadramento no SGIFR nos termos do artº 60º, considerando designadamente as exceções e condicionalismos previstos naquele artigo.

- Reserva Ecológica Nacional – No caso da REN verifica-se que, nas tipologias AEIPRA e ZAC, as áreas excluídas que se encontram representadas na Planta de Condicionantes foram transpostas para a Planta de Ordenamento II A – Salvaguardas Gerais, como Zonas de Infiltração Máxima (ZIM) e Zonas Inundáveis (ZI), respetivamente, sendo igualmente objeto de regulamentação específica no articulado, em conformidade com as propostas de exclusão elaboradas ao abrigo das Orientações Estratégicas Nacionais (OENR).

Adicionalmente, nas exclusões do tipo E nas tipologias AEIPRA e AEREHS – destinadas à satisfação de carências em matéria de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas – que estejam integradas em UOPG é estabelecido um enquadramento normativo específico, no Regulamento, a aplicar em fase de execução.

Constata-se, ainda, que, nos sistemas REN, subsistem áreas abrangidas pelos perímetros urbanos onde se mantém a sobreposição da condicionante REN.

Importa, por fim, sublinhar que o modelo de desenvolvimento territorial adotado procurou salvaguardar todas as áreas que contribuem para os objetivos da REN, através de uma avaliação técnica criteriosa, que considerou as funções ecológicas atuais e potenciais das áreas em causa, a sua sensibilidade e conectividade

ecológica, bem como a coerência territorial da estrutura, incluindo as áreas excluídas com afetação a outros regimes de proteção ou gestão.

7 – SALVAGUARDA E PROTEÇÃO DO AMBIENTE, DOS RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS

Estrutura Ecológica Municipal

A Estrutura Ecológica Municipal (EEM), sendo um dos elementos que integra os planos territoriais, segundo o previsto no RJIGT, nomeadamente no nº 1 e 3, do artigo 16º, "(...) identificando as áreas, os valores e os sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rústicos e urbanos e incluem as áreas de risco de desequilíbrio ambiental, estabelecendo os parâmetros e as condições de ocupação e de utilização do solo, assegurando a compatibilização das funções de proteção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e lazer, e o bem-estar das populações."

No território de Ponte de Lima, a EEM é constituída pelo conjunto de áreas, valores e sistemas fundamentais, os quais têm por função criar um contínuo natural dos ecossistemas fundamentais visando contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos solos rurais e urbanos.

É constituída por sistemas da Reserva Agrícola Municipal e da Reserva Ecológica Nacional, pelas áreas que integram as categorias de Espaços Naturais e paisagísticos, de Espaço Florestal de Conservação, de Espaços de Recreio e Valorização da Paisagem e pelos Espaços Verdes de Utilização Coletiva, pela área florestal e agrícola que integra o corredor ecológico do Rio Lima definido pelo PROF de Entre Douro e Minho. Integra, ainda, os valores naturais protegidos da PP das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos e da Rede Natura 2000, assim como os seus corredores de ligação entre áreas protegidas que integram a Rede Nacional de Áreas Protegidas, incluindo o vale do Trovela.

Inclui ainda, as áreas de REN englobadas em exclusões do tipo E.

Zonas ameaçadas pelas cheias (ZAC)

Estas áreas, enquadradas pelo Decreto -Lei 364/98, de 21 de novembro, dizem respeito a áreas sujeitas ao risco de inundação, pelo que a sua delimitação pretende identificar os riscos decorrentes da sua eventual ocupação urbana, permitindo, desse modo, quer uma gestão de prevenção do risco mais eficaz, quer dar a conhecer à população as situações de risco que podem ocorrer e afetá-las. As áreas delimitadas resultam das áreas da ZAC delimitadas na reserva ecológica nacional às quais se retiraram as áreas excluídas da REN.

Zonas Inundáveis

As áreas identificadas como zonas inundáveis correspondem às áreas excluídas da ZAC da REN. Estas áreas encontram-se reguladas no articulado do regulamento visando e acautelando a sua ocupação com usos ou atividades que por um lado concorrem para a sua ocorrência e, por outro, colocam as populações em risco.

Zonas de Infiltração máxima

As áreas identificadas como zonas de infiltração máxima correspondem às áreas excluídas da REN, integradas no sistema identificado como "áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos". Estas áreas encontram-se reguladas no articulado do regulamento visando e acautelando a sua ocupação com usos ou atividades que por um lado concorrem para a sua ocorrência e, por outro, colocam as populações em risco.

Áreas de Risco de Movimentos de massa

A área identificada com risco de movimentos de massa, corresponde à área excluída da Área de Instabilidade de Vertentes (AIV) da REN. Esta área encontra-se reguladas no articulado do regulamento visando e acautelando a sua ocupação com usos ou atividades que por um lado concorrem para a sua ocorrência e, por outro, colocam a população em risco.

Zonamento Acústico

Para efeitos de aplicação do Regulamento Geral do Ruído (RGR) consideraram-se zonas mistas as áreas abrangidas pelas categorias integradas em solo urbano, com

exceção dos Espaços de Atividades Económicas, aos quais não é atribuída classificação acústica, e ainda os aglomerados rurais e as Áreas de Edificação dispersa.

As zonas sensíveis referem-se a áreas de ensino e hospitalares ou similares, bem como a áreas relativas a lares e creches.

Valores Naturais

Os valores naturais protegidos identificados na Planta de Valores Naturais que integra os elementos complementares, no território de Ponte de Lima, integram na *Rede Natura 2000* - ZEC Rio Lima - PTCON0020, ZEC Serra de Arga – PTCON0039, ZEC Corno do Bico – PTCON0040, os valores definidos no PPLBSPA, assim como os valores naturais que ocorrem fora destas áreas, tais como o vale do Trovela e a continuidade da ZEP do Corno de Bico, assim como os Geosítios identificados no território.

As orientações de gestão relativas à Rede Natura 2000 encontram-se definidas no Anexo 6 do Regulamento.

Relativamente à Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos (PPLBSPA), criada pelo Decreto Regulamentar 19/2000, de 11 de dezembro, que integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas e abrange o território administrativo das freguesias de S. Pedro de Arcos, Bertandos, Estorãos, Cabração e Moreira de Lima, Sá e Fontão, as orientações de gestão encontram-se definidas no Anexo 8 do regulamento, sendo a sua espacialização efetuada na Planta de Ordenamento II A – Salvaguardas Gerais.

Na PPLBSPA, o nível de proteção de cada tipo de área é definido de acordo com a importância dos valores biofísicos presentes e a respetiva sensibilidade ecológica as áreas prioritárias para a conservação da natureza, classificadas em diferentes níveis de proteção, correspondem aos regimes específicos, abaixo identificados:

- a) Áreas de Proteção Parcial:
 - i) Áreas de Proteção Parcial do Tipo I e
 - ii) Áreas de Proteção Parcial do Tipo II.
- b) Áreas de Proteção Complementar:

- i) Áreas de Proteção Complementar do Tipo I;
- ii) Áreas de Proteção Complementar do Tipo II e
- iii) Áreas de Proteção Complementar do Tipo III.

Valores culturais

Os valores culturais identificados na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas B - Património Inventariado, correspondem ao Património inventariado sistematizado no âmbito do Relatório de Caracterização Territorial. Dizem respeito aos valores arqueológicos e aos valores arquitetónicos que constituem recursos com valor patrimonial, cultural, social e económico, que estabelecem as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial no território. O seu normativo encontra-se definido no regulamento do PDM e a sua espacialização na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas B - Património Inventariado, cumprindo o disposto no PNPOT na sua diretriz 78.

Considerámos nesta listagem a integração do Caminho de Santiago uma vez que existe um valor “material” e “imaterial” que deve ser salvaguardado e protegido de acordo com a legislação em vigor para e os valores que incorporam.

Quadro 8- Listagem dos Valores arqueológicos inventariados

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Pentieiros	18034	Monumento Megalítico	Conjunto de três mamoaas localizadas a leste da Quinta dos Pentieiros, do lado direito da estrada Costa/Estorãos	Estorãos	X1	X1, X2, X3 - Mámoas da necrópole megalítica de S.Pedro de Arcos	Três Mamoaas numa necrópole megalítica identificada em Pentieiros, nas proximidades da E.M. 525. A primeira e a terceira muito destruídas, a segunda em melhor estado de conservação.
Pentieiros	18034	Monumento Megalítico	Conjunto de três mamoaas localizadas a leste da Quinta dos Pentieiros, do lado direito da estrada Costa/Estorãos	Estorãos	X3	X1, X2, X3 - Mámoas da necrópole megalítica de S.Pedro de Arcos	Três Mamoaas numa necrópole megalítica identificada em Pentieiros, nas proximidades da E.M. 525. A primeira e a terceira muito destruídas, a segunda em melhor estado de conservação.
Pentieiros	18034	Monumento Megalítico	Conjunto de três mamoaas localizadas a leste da Quinta dos Pentieiros, do lado direito da estrada Costa/Estorãos	Estorãos	X2	X1, X2, X3 - Mámoas da necrópole megalítica de S.Pedro de Arcos	Três Mamoaas numa necrópole megalítica identificada em Pentieiros, nas proximidades da E.M. 525. A primeira e a terceira muito destruídas, a segunda em melhor estado de conservação.
Mamoa da Quinta da Inveja	15762	Mamoa	Mamoa destruída da qual resta, apenas, um pequeno montículo sobre o qual se ergue um marco de divisão de freguesia. Destruída pela abertura de caminho.	Calvelo e Concelho de Vila Verde	X4	Vestígios de mámoa na Quinta da Inveja	Vestígios de uma mamoa na Quinta da Inveja, nos limites do concelho entre Calvelo e Arcozelo (Vila Verde). Foi recentemente destruída. Mamoa destruída da qual resta, apenas, um pequeno montículo sobre o qual se ergue um marco de divisão de freguesia. Destruída pela abertura de caminho.
Mamoa Fojo Lobal I	14961	Mamoa	Mancha do que foi uma mamoa, percebendo-se apenas a sua amplitude. O monumento foi totalmente destruído, podendo apenas subsistir alguns negativos.	Rebordões (Souto)	X5	Mámoa 1 da Portela	Vestígios de uma mamoa, recentemente destruída, num planalto a nascente do Lugar da Portela.
Mamoa Fojo Lobal II	15763	Mamoa	Mamoa de médias proporções situada de denso arvoredado. Possui cratera de violação.	Cabaços e Fojo Lobal	X6	Mámoa 2 da Portela	Mamoa próxima de X5 (CNS 14961), presumivelmente muito melhor conservada que esta.
Mamoa de Santo Amaro	Inédito?		-	Fornelos	X7	Mámoa de Santo Amaro	Mamoa em Santo Amaro, junto à estrada do campo de golfe. Embora violada, conserva ainda a estrutura.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Mamoa 1, 2 e 3 de Navió	17933/ 17934/ 17935	Mamoa	(3)Elevação pouco pronunciada, coberta por mato e afectada pela proximidade de um corte longitudinal (mineiro). Dadas as condições, é difícil concluir com precisão da existência do monumento. (1) Apesar de muito coberto por fetos, torna-se razoavelmente perceptível na paisagem, pois trata-se de um monumento de proporções razoáveis. Ao centro apresenta uma cratera de violação e é possível detectar vestígios da couraça pétrea. (2) Mamoa de proporções mais modestas do que a "Mamoa 1 de Navio". Encontra-se também coberta por denso manto vegetal, sendo perceptíveis a cratera de violação e restos da couraça pétrea.	Friastelas	X8	Vestígios de 3 Mámoas em Sandim	Vestígios de três mamoas próximas entre si, no limite divisório das freguesias de Navió, Friastelas e Vitorino de Piães. A primeira e a segunda em estado razoável de conservação, a terceira muito danificada.
Mamoa de Gaião/Boral	285	Monumento Megalítico	Mamoa de média-grande dimensão, com depressão central pouco destacada. Apresenta sinais de existência de esteios da câmara funerária "in situ" e vestígios de couraça pétrea. Possui cratera de violação. Encontra-se em zona de expansão urbana, coberta de pinheiros e mato denso de média altitude. Segundo Maciel (2003) apresenta 25m de diâmetro (N-S) por 26m (E-O) e uma altura de 2.70m. Ainda segundo este autor, este monumento faria parte do núcleo de mamoas existentes no lugar do Borral.	Ardegão, Freixo e Mato	X9	Mámoa de Gaião	Mamoa remanescente de um conjunto de três identificadas há cem anos em Gaião. As outras duas, provavelmente com pinturas interiores, foram destruídas há poucos anos por obras de urbanização. Mamoa de média-grande dimensão, com depressão central pouco destacada. Apresenta sinais de existência de esteios da câmara funerária "in situ" e vestígios de couraça pétrea. Possui cratera de violação. Encontra-se em zona de expansão urbana, coberta de pinheiros e mato denso de média altitude. Segundo Maciel (2003) apresenta 25m de diâmetro (N-S) por 26m (E-O) e uma altura de 2.70m. Ainda segundo este autor, este monumento faria parte do núcleo de mamoas existentes no lugar do Borral.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Titulo	Descrição
Mamoa de Poiares	17937	Mamoa	Monumento de grandes proporções, muito coberto por mato e com cratera de violação recente.	Poiares	X10	Mámoa do Sabugueiro	Mamoa violada mas com a estrutura parcialmente conservada. Está ameaçada pela florestação existente.
Mamoa da Cruz Vermelha	Inédito?		-	Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte Concelho Paredes de Coura	X11	Mámoa da Cruz Vermelha	Cista parcialmente conservada sob o penedo da Cruz Vermelha, no limite com o concelho de Paredes de Coura, onde em grande parte se localiza. Já foi escavada e está em bom estado de conservação.
Mamoa do Campo Novo	Inédito?		-	Seara	X12	Mámoa do campo Novo	Mamoa violada mas conservando ainda o tumulus intacto.
São Lourenço	40344	Mamoa	Montículo artificial com couraça parcialmente visível. Eucaliptos plantados sobre o monumento. Vestígios de corte e manta morta. Não se identificou abatimento central no interior da estrutura.	Serdedelo	X13	Vestígios de Mámoa em Sanjoanes	Mamoa no planalto a sul de Sanjoanes, em provável mau estado de conservação. Montículo artificial com couraça parcialmente visível. Eucaliptos plantados sobre o monumento. Vestígios de corte e manta morta. Não se identificou abatimento central no interior da estrutura.
Cista megalítica de Sanjoanes	Inédito?		-	Serdedelo	X14	Cista megalítica de Sanjoanes	Vestígios de uma cista megalítica próxima da mamoa de São Lourenço (X13,CNS 40344), conservando ainda parte da câmara funerária.
Pratos da Senhora	33004	Arte Rupestre	Gravuras situadas numa laje de granito disposta na horizontal, ligeiramente inclinada para Este. Tratam-se de círculos concêntricos e serpentiformes. Nas proximidades há uma linha de água.	Stª Maria de Rebordões	X16	Afloramento rochoso com fossetes, designados Pratinhos de Nossa Srª.	Gravuras situadas numa laje de granito disposta na horizontal, ligeiramente inclinada para Este. Tratam-se de círculos concêntricos e serpentiformes. Nas proximidades há uma linha de água. Conjunto de insculpturas datáveis entre o Calcolítico e a Idade do Bronze, num rochedo junto ao caminho de acesso à Capela de Nossa Senhora da Boa Nova.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Monte de Santo Ovídio	10458	Povoado Fortificado	Provável povoado fortificado hoje completamente descaracterizado pelas sucessivas construções na área. A poucos metros da ermida implantada no local, foi encontrado um tesouro de moedas romanas, cerca de 4 a 5 Kg de moedas romanas, sendo a maior parte frustes. Foram encontradas duas de prata e dois médios bronzes com o busto iconográfico de Juliano. Foram identificadas as dos seguintes imperadores: Cláudio II, Helena, Teodora, Constantino I, Cidade de Roma, Povo Romano, Constantinopla, Constantino júnior, Constante, Constâncio II, Juliano, Constâncio Júnior, Valentiano I, Valentiano II, Graciano, Valente, Teodósio, Arcádio e Honório.	Arcozelo	X18	Castro de Santo Ovídio / Alto da Telha	Vasto povoado castrejo abrangendo três povoações (período Calcolítico - Séc. III-II a.c. Idade do Ferro e romanização pelo menos até ao séc. IV e época suevo-visigótica), parcialmente destruído, que ocupa dois morros. Provável povoado fortificado hoje completamente descaracterizado pelas sucessivas construções na área. A poucos metros da ermida implantada no local, foi encontrado um tesouro de moedas romanas, cerca de 4 a 5 Kg de moedas romanas, sendo a maior parte frustes. Foram encontradas duas de prata e dois médios bronzes com o busto iconográfico de Juliano. Foram identificadas as dos seguintes imperadores: Cláudio II, Helena, Teodora, Constantino I, Cidade de Roma, Povo Romano, Constantinopla, Constantino júnior, Constante, Constâncio II, Juliano, Constâncio Júnior, Valentiano I, Valentiano II, Graciano, Valente, Teodósio, Arcádio e Honório.
Castelo do Genço	4531	Povoado	Apesar de densamente ocupado por mato, todo o planalto que forma o esporão onde se desenvolve o povoado evidencia vestígios de cerâmica de construção romana e fragmentos de cerâmica castreja bem como vestígios de pedra de construção. É perfeitamente visível uma linha de defesa constituída por talude encimado por muralha assim como fragmentos de outros alinhamentos similares, mas dos quais não é possível definir o traçado. O local possui boas condições naturais de defesa.	Calheiros	X19	Castro de Genço / Castro Pequeno	Apesar de densamente ocupado por mato, todo o planalto que forma o esporão onde se desenvolve o povoado evidencia vestígios de cerâmica de construção romana e fragmentos de cerâmica castreja bem como vestígios de pedra de construção. É perfeitamente visível uma linha de defesa constituída por talude encimado por muralha assim como fragmentos de outros alinhamentos similares, mas dos quais não é possível definir o traçado. O local possui boas condições naturais de defesa.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Roda do Castro	17952	Povoado Fortificado	Monte que desemboca num planalto, onde se afirma existirem vestígios de um povoado.	Cabaços e Fojo Lobal	X20	Castro do Monte Crasto	Vestígios de um povoado castrejo da Idade do Ferro na paisagem do Vale do Neiva, perto do Monte de S. Veríssimo, em local vulgarmente conhecido por Rodinha do Crasto. Recentemente maltratado devido a reflorestação. Monte que desemboca num planalto, onde se afirma existirem vestígios de um povoado.
Castro de Nossa Senhora da Conceição	15752	Povoado Fortificado	Cume de vertentes densamente arborizadas, no topo do qual se fez uma terraplagem destinada à edificação de uma capela e outras construções, incluindo um parque de merendas. Recentemente edificou-se aí uma antena de telemóveis. Por todas estas construções é difícil verificar, no topo, qualquer vestígio, contudo, nas encostas existem ainda alguns restos de muros abundando fragmentos de cerâmica castreja. Note-se que a maior parte dos vestígios se encontram dentro de uma propriedade vedada ao público.	Correlhã	X21	Castro de Nossa Senhora da Conceição	Vestígios de um povoado castrejo da Idade do Ferro, numa colina sobranceira ao rio Trovela, onde se ergue a capela com esta evocação. Está muito destruído por urbanizações recentes. Cume de vertentes densamente arborizadas, no topo do qual se fez uma terraplanagem destinada à edificação de uma capela e outras construções, incluindo um parque de merendas. Recentemente edificou-se aí uma antena de telemóveis. Por todas estas construções é difícil verificar, no topo, qualquer vestígio, contudo, nas encostas existem ainda alguns restos de muros abundando fragmentos de cerâmica castreja. Note-se que a maior parte dos vestígios se encontram dentro de uma propriedade vedada ao público.
Castro de S. João	14052	Povoado Fortificado	Alto de médias proporções em esporão, no qual são visíveis vestígios de pedra de construção, alguns alinhamentos que devem pertencer à muralha, cerâmica comum castreja e cerâmica de construção romana. O local é bastante pedregoso e apresenta boas características naturais de defesa.	Correlhã	X22	Castro de S. João do Monte	Castro da Idade do Ferro, sobranceiro a S. João do Monte, onde há anos apareceu um tesouro monetário que lamentavelmente se extraviou. Está ainda bem conservado mas carece de protecção integral. Alto de médias proporções em esporão, no qual são visíveis vestígios de pedra de construção, alguns alinhamentos que devem pertencer à muralha, cerâmica comum castreja e cerâmica de construção romana. O local é bastante pedregoso e apresenta boas características naturais de defesa.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Castro de Vilar	14053	Povoado Fortificado	Pequeno cume de vertentes abruptas a NNE, conhecido por Monte Crasto, sobre o qual se desenvolveu uma terraplanagem e se abriu um caminho. Abundam fragmentos de cerâmica castreja e restos de pedra pertencentes a muros que também são visíveis no corte do referido caminho. Do lado sul são visíveis desníveis que fazem supor um talude.	Gondufe	X23	Castro de Vilar	Castro da Idade do Ferro com adaptações posteriores assentes em plataformas sustentadas por muralhas de pedra. Recentemente prejudicado pelo rompimento de um caminho novo. Pequeno cume de vertentes abruptas a NNE, conhecido por Monte Crasto, sobre o qual se desenvolveu uma terraplanagem e se abriu um caminho. Abundam fragmentos de cerâmica castreja e restos de pedra pertencentes a muros que também são visíveis no corte do referido caminho. Do lado sul são visíveis desníveis que fazem supor um talude.
São Lourenço	14056	Povoado Fortificado	Grande monte dominante sobre o qual se destaca uma plataforma onde são visíveis grandes quantidades de cerâmica de difícil contextualização e onde se ergue uma Capela. Do lado da vertente Norte notam-se duas linhas de talude e respectivo corte, onde se detectaram cerâmicas castrejas.	Gondufe	X24	Castro de S. Lourenço da Armada	Povoado castrejo da Idade do Ferro isolado, parcialmente destruído, onde acantonou uma guarnição portuguesa na guerra Peninsular. Grande monte dominante sobre o qual se destaca uma plataforma onde são visíveis grandes quantidades de cerâmica de difícil contextualização e onde se ergue uma Capela. Do lado da vertente Norte notam-se duas linhas de talude e respectivo corte, onde se detectaram cerâmicas castrejas.
Santo Estevão	1173	Povoado Fortificado	Castro situado num planalto de médias dimensões, com grande domínio sobre a paisagem envolvente. Guarda vestígios pétreos evidentes de construção de uma capela, escadório, parque de merendas e construções domésticas. Foram encontradas mós e cerâmica romana.	Facha	X26	Castro de Santo Estevão	Povoação castreja da Idade do Ferro bem conservada e já estudada onde mais tarde se ergueu o castelo medieval da Terra de Santo Estevão. Castro situado num planalto de médias dimensões, com grande domínio sobre a paisagem envolvente. Guarda vestígios pétreos evidentes de construção de uma capela, escadório, parque de merendas e construções domésticas. Foram encontradas mós e cerâmica romana.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Monte da Madalena	1661	Povoado Fortificado	Apresenta-se completamente descaracterizado, sendo de acreditar que boa parte dos vestígios já terão sido destruídos por via da construção de caminhos em torno de todo o perímetro do castro e pela feitura de jardins e áreas de lazer no topo do monte. Só com grande dificuldade se pode detectar algum vestígio (tegula).	Fornelos e Queijada	X27	Castro de Santa Maria Madalena	Vestígios de um povoado castrejo da Idade do Ferro, sobranceiro à vila de Ponte de Lima, no monte onde se ergue a capela desta invocação. A criação da estância e respectivo parque nos anos 1930 danificou-o gravemente. Apresenta-se completamente descaracterizado, sendo de acreditar que boa parte dos vestígios já terão sido destruídos por via da construção de caminhos em torno de todo o perímetro do castro e pela feitura de jardins e áreas de lazer no topo do monte. Só com grande dificuldade se pode detectar algum vestígio (tegula).
São Cristóvão	2637	Povoado Fortificado	Castro de grandes dimensões onde são visíveis: pano de muralha, vestígios de casas castrejas e fragmentos cerâmicos castrejos e romanos.	Ardegão, Freixo e Mato	X28	Castro de S. Cristóvão	Povoado castrejo da Idade do Ferro, parcialmente destruído, mas um dos mais importantes do Vale do Neiva. Aqui se ergue a capela quinhentista de S. Cristóvão. Castro de grandes dimensões onde são visíveis: pano de muralha, vestígios de casas castrejas e fragmentos cerâmicos castrejos e romanos.
Castelhão	Inédito?		-	Ardegão, Freixo e Mato	X29	Vestígios de um Castro, em Castelhão	Vestígios arqueológicos que indicam a existência de um povoado da Idade do Ferro fortemente atingido por diferentes intervenções.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Castro de Cima	13682	Povoado Fortificado	Alto que se desenvolve próximo da linha de água quase defronte do Castro do Bárrio. Os vestígios detectados não são abundantes, apesar do local ter uma configuração consuetânea com uma instalação castreja. Observaram-se alguns fragmentos cerâmicos romanos (comum e de construção). Parece haver um destaque da zona da acrópole materializada sob a forma de um talude.	Labruja	X30	Castro de Cima	Castro razoavelmente conservado conservando as muralhas surribo da vertente. Provavelmente relacionado com os vizinhos castros de Baixa (X46,CNS13686) e do Bárrio (X39, CNS13685) tem, com estes a mesma área de protecção. Alto que se desenvolve próximo da linha de água quase defronte do Castro do Bárrio. Os vestígios detectados não são abundantes, apesar do local ter uma configuração consentânea com uma instalação castreja. Observaram-se alguns fragmentos cerâmicos romanos (comum e de construção). Parece haver um destaque da zona da acrópole materializada sob a forma de um talude.
Castro de São Simão	13687	Povoado Fortificado	Devido ao espesso manto vegetal, existente a prospecção do local apenas revelou escassos fragmentos de cerâmica castreja e romana.	Refóios do Lima	X31	Castro de S. Simão	Povoado da Idade do Ferro próximo da portela de Refóios/Brandara, com o sistema defensivo ainda perceptível. Devido ao espesso manto vegetal, existente a prospecção do local apenas revelou escassos fragmentos de cerâmica castreja e romana.
Castro de Pousada	Inédito?		-	Refoios	X32	Castro de Pousada	Pequeno povoado do início da romanização, parcialmente destruído.
Castelo da Ermida	13509	Povoado Fortificado	Pequeno povoado de altitude fortificado. Conserva muralha com talude na vertente Norte, e também vestígios de muralha a nascente e a poente. É possível que o local tenha também albergado uma atalaia medieval.	Ribeira	X33	Castelo nogueiro da Ermida	Pequeno povoado da Idade do Ferro, posteriormente romanizado, que foi objecto de estudo nos anos 50. Parece estar bem conservado, não obstante a antena recentemente aí colocada. Pequeno povoado de altitude fortificado. Conserva muralha com talude na vertente Norte, e também vestígios de muralha a nascente e a poente. É possível que o local tenha também albergado uma atalaia medieval.
Castro do Outeiro Seco	Inédito?		-	Vale do Neiva e Concelho de Vila Verde	X38	Castro do Outeiro Seco	Povoado com vestígios de forte romanização, sobranceiro ao rio Neiva e mieiro com o concelho de Vila Verde. Bem conservado, mantém visível parte do seu sistema defensivo.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Titulo	Descrição
Castro do Bárrio	13685	Povoado Fortificado	Pequeno outeiro situado na confluência de duas linhas de água. São visíveis vestígios de talude, cerâmicas comuns e de construção romana, bem como cerâmica castreja.	Bárrio e Cepões	X39	Castro do Bárrio	Povoado agrícola situado em plena reija nas margens do rio Labruja, parece estar intimamente relacionado com os castros da Labruja de Cima (X30, CNS 13682) e de Baixo (X46,CNS 13686), pelo que se insere na mesma área de protecção. Pequeno outeiro situado na confluência de duas linhas de água. São visíveis vestígios de talude, cerâmicas comuns e de construção romana, bem como cerâmica castreja
Castro de Valadares	Inédito?		-	Calvelo	X40	Castro de Valadares	Castro agrícola de coroa aplanada e sistema defensivo formado por um talude e um conjunto de fossos actualmente atulhados. Localizado na vertente meridional do monte de S. Veríssimo, ameaçado pelas construções.
Castro de Cadem	17936	Povoado Fortificado	Povoado implantado em zona de xisto, sendo perceptíveis fragmentos de granito. Trata-se de um povoado com propensão agrícola ou mineira. Talude (muralha em terra) e uma plataforma central de médias proporções. São visíveis alguns fossos internos ao perímetro.	Calvelo	X41	Castro de Cadém	Castro agrícola, também conhecido por castro dos Picoutos, remonta à 2ª metade do séc. I a.c. Está amputado pelo traçado da A3 e por uma intervenção abusiva de um proprietário. Povoado implantado em zona de xisto, sendo perceptíveis fragmentos de granito. Trata-se de um povoado com propensão agrícola ou mineira. Talude (muralha em terra) e uma plataforma central de médias proporções. São visíveis alguns fossos internos ao perímetro.
Castro de Cepões	Inédito?		-	Bárrio e Cepões	X42	Castro de Cepões	Em local próximo da Igreja Paroquial de Cepões, trata-se de um castro agrícola, com a coroa actualmente agricultada e cujo fosso terá sido ocupado pela N306. Parece estar razoavelmente conservado.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Castro do Eirado	Inédito?		-	Correlhã	X43	Castro do Eirado	Castro agrícola que remonta ao início da romanização, instalado num terraço fluvial junto à Quinta da Anta. Actualmente ameaçado por construções próximas, carece de protecção integral.
Castro do Calvário	15753	Povoado Fortificado	Cabeço bem implantado, próximo de terras agrícolas, com boa visibilidade e condições naturais de defesa. Conserva ainda vestígios de taludes e fossos. A vegetação não permite a detecção de muitos vestígios materiais.	Fojo Lobal	X44	Castro do Calvário	Castro agrícola numa colina da obra nascente da serra do Nó, sobranceiro à Igreja Paroquial de Fojo Lobal. Conserva um imponente sistema defensivo, ainda muito bem conservado. Cabeço bem implantado, próximo de terras agrícolas, com boa visibilidade e condições naturais de defesa. Conserva ainda vestígios de taludes e fossos. A vegetação não permite a detecção de muitos vestígios materiais.
Castro da Quinta do Crasto	Inédito?		-	Fornelos e Queijada	X45	Castro da Quinta do Crasto	Castro agrícola sobranceiro ao rio Trovela, junto à Ponte Nova. Embora bastante maltratado justifica-se a protecção do que resta.
Castro de Baixo	13686	Povoado Fortificado	Pequeno outeiro situado na confluência de duas linhas de água. São visíveis vestígios de talude, cerâmicas comuns e de construção romana, bem como cerâmica castreja.	Labruja	X46	Castro de Baixo	Povoado agrícola instalado entre dois cursos de água parece estar intimamente ligado com o Castro de Cima (X30) e o Castro do Bárrio (X39), pelo que se insere na mesma área de protecção. Povoado situado num outeiro de baixa altitude sendo apenas detectáveis fragmentos cerâmicos castrejos e romanos(construção) em pequena quantidade. É igualmente visível alguma pedra miúda solta. A vegetação do local não permite uma prospecção mais eficaz.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Castelinho	15741	Vestígios diversos	Na base de um outeiro (onde se supõe ter existido um castro), nos campos agrícolas, são visíveis grandes quantidades de cerâmica, sobretudo de construção (tegula). No outeiro nada foi possível detectar, contudo a toponímia do local faz supor aí a existência de um assentamento de tipo castrejo.	Ribeira	X47	Castro de Castelinho	Pequeno povoado do início da romanização, localizado entre a Adega Cooperativa e a Quinta de Crasto e abrangendo a mata da Casa de Nossa Senhora da Aurora. Já muito danificado. Na base de um outeiro (onde se supõe ter existido um castro), nos campos agrícolas, são visíveis grandes quantidades de cerâmica, sobretudo de construção (tegula). No outeiro nada foi possível detectar, contudo a toponímia do local faz supor aí a existência de um assentamento de tipo castrejo.
Vitorino das Donas	2266	Povoado Fortificado	O caminho que ladeia o Castro (subidade) ocupa hoje parte do fosse de sistema defensivo deste povoado. Sabemo-lo por sondagens realizadas nos anos 80. Trata-se de um povoado implantado a baixa altitude. A elevação desenvolve-se em socacos e é encimada por uma plataforma, aproveitada actualmente para trabalhos agrícolas. A circundá-la são ainda visíveis restos estruturais de muralhas.	Vitorino das Donas	X48	Castro de Subidade	É um dos mais importantes castros agrícolas do concelho, que foi já objecto de sondagens arqueológicas posteriormente publicadas. Está quase integralmente conservado. O caminho que ladeia o Castro (subidade) ocupa hoje parte do fosse de sistema defensivo deste povoado. Sabemo-lo por sondagens realizadas nos anos 80. Trata-se de um povoado implantado a baixa altitude. A elevação desenvolve-se em socacos e é encimada por uma plataforma, aproveitada actualmente para trabalhos agrícolas. A circundá-la são ainda visíveis restos estruturais de muralhas.
Castro de Santa Comba	15749	Povoado Fortificado	Pequeno alto visível da estrada (E.N. 202), totalmente descaracterizado pela presença de casas e campos de cultivo. Visíveis fragmentos de cerâmica castreja.	Santa Comba	X49	Vestígios castrejos, no lugar de Crasto	Pequeno castro do início da romanização, junto ao rio Lima. Tem a coroa agricultada, tendo o fosso sido aproveitado para o traçado da N202. Conserva ainda parte do edificado. Pequeno alto visível da estrada (E.N. 202), totalmente descaracterizado pela presença de casas e campos de cultivo. Visíveis fragmentos de cerâmica castreja.
Capela de S. Cipriano	Inédito?		-	Facha	X50	Vestígios castrejos nas imediações da Capela de S. Cipriano	Vestígios de ocupação castreja do início da romanização, não constituindo propriamente um povoado castrejo. Na Idade Média edificou-se aí uma capela e um cemitério.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Massarães	Inédito?		-	Ardegão	X51	Vestígios Romanos em Massarães	Vestígios da ocupação agrária da época romana.
Beiral	10454	Necrópole	sd	Beiral do Lima	X52	Vestígios romanos e suevos no Paço	Vestígios de ocupação que se estendem do séc. I à Alta Idade Média , designadamente sepulturas e um valioso tesouro do período suevo hoje integrado no Museu D. Diogo de Sousa, em Braga.
Brandara	20883	Sepultura	Sepultura escavada num afloramento rochoso. De acordo com o P.D.M. foram registados o aparecimento de outros vestígios romanos.	Brandara	X53	Vestígios romanos e medievais no lugar da Igreja	Vestígios de ocupação romana e altimedieval nas imediações da Igreja Paroquial. Sepultura escavada num afloramento rochoso.
Paço do Cardido	20884	Vestígios de Superfície	De acordo com o P.D. M. existem vestígios romanos na zona próxima do Paço do Cardido	Brandara	X54	Vestígios romanos na Quinta do Cardido	Vestígios de ocupação romana na mata envolvente da casa senhorial da Quinta do Cardido .
Lugar da Igreja	Inédito?		-	Cabaços e Fojo Lobal	X55	Vestígios romanos no lugar da Igreja	Vestígios de ocupação romana espalhados a sul da Igreja e do cemitério paroquial.
Calheiros	10459	Forno	Trata-se de um forno cerâmico de época romana de estrutura semelhante aos demais para a sua época. Os únicos materiais, com segurança, que parecem ter sido produzido aqui são os ímbrices ou telhas de caleira.	Calheiros	X56	Vestígios romanos e forno medieval na Quinta do Paço	Forno cerâmico medieval e abundantes vestígios da época romana, restos prováveis de um edifício, no local tradicionalmente designado Paços Velhos, na Quinta do Paço de Calheiros. Trata-se de um forno cerâmico de época romana de estrutura semelhante aos demais para a sua época. Os únicos materiais, que parecem ter sido produzido aqui são os ímbrices ou telhas de caleira.
Calvelos/Martim	17950	Vestígios diversos	Sarcófagos medievais, enterramentos em sepulturas de caixa em telha, monólito cilíndrico que se supõe ser um marco miliário (com cerca de 1,2 m).	Calvelo	X57	Vestígios romanos, túmulos medievais e antigo convento no lugar da Igreja	Vestígios que poderão remontar à época romana, designadamente, cerâmica, nas imediações da Igreja Paroquial e túmulos medievais provavelmente provenientes de um antigo convento que é tradição ali ter existido. Sarcófagos medievais, enterramentos em sepulturas de caixa em telha, monólito cilíndrico que se supõe ser um marco miliário (com cerca de 1,2 m).

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Lugar da Igreja	Inédito?		-	Serdedelo	X58	Vestígio romanos e do Convento medieval benedito no lugar da Igreja	Vestígios cerâmicos, nomeadamente, telhas conotados com a época romana nas imediações da Igreja Paroquial, edificada no final do séc. XVII no local onde existiu um convento beneditino medieval.
Pedrosa 3	20564	Vestígios de Superfície	Num terreno lavrado foram encontrados alguns fragmentos de cerâmica	Correlhã	X59	Vestígios romanos no lugar do Paço	Abundantes vestígios da época romana, nas imediações da arruinada Capela de S. Tiago, no lugar do Paço e junto a uma antiga via romana que foi caminho de Santiago, provavelmente provenientes de uma importante villa.
Quinta do Paço Velho	7035	Villa	Villa tardo-romana (séc. V a VIII). Reocupação do sítio na Alta Idade Média.	Facha	X61	Vestígios de um "villa" tardo-romana na Quinta do Paço	Villa tardo-romana, que tem sido objecto de escavações arqueológicas já publicadas, próxima da casa senhorial da Quinta do Paço Velho. Inclui os restos de uma necrópole destruída na vizinha Bouça da Gateira. Villa tardo-romana (séc. V a VIII). Reocupação do sítio na Alta Idade Média.
Quinta do Paço Novo	1658	Necrópole	Durante os trabalhos de plantação de um pomar, uma máquina pôs a descoberto diversos fragmentos de cerâmica romana e castreja. No mesmo local foi ainda identificada uma necrópole de incineração em covachos.	Facha	X62	Vestígios castrejos, necrópole e forno cerâmico medieval na Quinta do Paço	Vestígios medievais de uma casa circular, de uma necrópole e de um forno cerâmico, já estudados, num terreno de vinha próximo à casa senhorial da Quinta do Paço. Durante os trabalhos de plantação de um pomar, uma máquina pôs a descoberto diversos fragmentos de cerâmica romana e castreja. No mesmo local foi ainda identificada uma necrópole de incineração em covachos.
Villa Romana em Prazil / Mende	Inédito?		-	Facha	X63	Vestígios de uma "villa" romana em Prazil / Mende	Vestígios de uma villa romana de origem castreja, parcialmente destruída em data recente, junto a uma antiga via secundária romano-medieval que foi depois o Caminho de Santiago.
Villa Romano-medieval em Maria Velha	Inédito?		-	Facha	X64	Vestígios de uma "villa" romano-medieval em Maria Velha	Vestígios de uma villa ou casa agrícola importante dos períodos romano e alti-medieval, junto a uma antiga via secundária romano-medieval.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Vestígios romanos em Cidades	Inédito?		-	Facha	X65	Vestígios romanos em Cidades	Vestígios cerâmicos de ocupação em local junto a uma antiga via secundária romano-medieval.
Gondim	20878	Vestígios de Superfície	Sítio localizado a poente do castro de S. Estêvão com vestígios de uma casa romana.	Facha	X66	Vestígios romanos em Agrads de Gondim	Bons vestígios cerâmicos que indiciam a existência de um casal da época romana a poente do castro de Santo Estêvão.
Feitosa	Inédito?		-	Feitosa	X67	Vestígios romanos nas imediações da Igreja Paroquial da Feitosa e Quinta da Cancela	Vestígios de ocupação romana nos terrenos da quinta que marginam o adro da Igreja Paroquial da Feitosa.
Monte dos Medos	Inédito?		-	Feitosa	X68	Vestígios romanos no Monte dos Medos	Vestígios da ocupação romana num terraço fluvial junto à N203, já bastante maltratado por obras de urbanização.
Lugar da Igreja	Inédito?		-	Ardegão, Freixo e Mato	X69	Vestígios romanos e túmulos alti-medievais no lugar da Igreja	Vestígios romanos e medievais, designadamente túmulos (um dos quais já recolhido no Museu dos Terceiros, em Ponte de Lima), provenientes de ocupação abrangendo toda a área envolvente da Igreja Paroquial do Freixo e Quinta da Cancela

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Rua da Senra-Freixo	32805	Vestígios diversos	A Rua da Senra situa-se nas imediações da Igreja Paroquial de São Julião do Freixo. Foi possível registar diversos vestígios arqueológicos que apontam para uma ocupação que, no mínimo, remonta ao período de transição entre o Mundo Romano e a Alta Idade Média. Apesar dos poucos vestígios, as sondagens colocaram a descoberto vestígios que podem ser enquadrados entre os séculos V e VI d.C. A estrutura existente, apesar de muito destruída, dá-nos algumas informações importantes. Por exemplo, só a parede mestra parece ter vala de fundação e provavelmente, certas partes dela deveriam estar assentes no geológico, sem nenhuma vala. O edifício parece ter sido servido por um alpendre, que seria sustentado por dois pilares inseridos nas fossas descobertas. Uma outra hipótese corresponde à possibilidade dessas fossas serem as valas de fundação de pilares internos de sustentação de um telhado ou de um segundo piso do edifício. Este seria bastante robusto, dada a largura que o alicerce parece ter em determinados locais. Contudo, uma análise mais detalhada da sua função e da sua planta torna-se muito difícil, dado o nível de destruição daquela estrutura. Para isso muito contribuiu, após o seu abandono e destruição, a intensa actividade agrícola levada a cabo naquele espaço. É ela que justifica o levantamento e remoção das pedras do antigo edifício que terão, em parte, sido utilizadas para se erguerem os actuais muros de divisão de propriedade.	Ardegão, Freixo e Mato	X70	Vestígio romanos no lugar da Senra	Vestígios cerâmicos provavelmente relacionados com uma estrutura agrária da época romana, a sul da Igreja Paroquial do Freixo. A Rua da Senra situa-se nas imediações da Igreja Paroquial de São Julião do Freixo. Foi possível registar diversos vestígios arqueológicos que apontam para uma ocupação que, no mínimo, remonta ao período de transição entre o Mundo Romano e a Alta Idade Média. Apesar dos poucos vestígios, as sondagens colocaram a descoberto vestígios que podem ser enquadrados entre os séculos V e VI d.C. A estrutura existente, apesar de muito destruída, dá-nos algumas informações importantes. Por exemplo, só a parede mestra parece ter vala de fundação e provavelmente, certas partes dela deveriam estar assentes no geológico, sem nenhuma vala. O edifício parece ter sido servido por um alpendre, que seria sustentado por dois pilares inseridos nas fossas descobertas. Uma outra hipótese corresponde à possibilidade dessas fossas serem as valas de fundação de pilares internos de sustentação de um telhado ou de um segundo piso do edifício. Este seria bastante robusto, dada a largura que o alicerce parece ter em determinados locais. Contudo, uma análise mais detalhada da sua função e da sua planta torna-se muito difícil, dado o nível de destruição daquela estrutura. Para isso muito contribuiu, após o seu abandono e destruição, a intensa actividade agrícola levada a cabo naquele espaço. É ela que justifica o levantamento e remoção das pedras do antigo edifício que terão, em parte, sido utilizadas para se erguerem os actuais muros de divisão de propriedade.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Quinta de Stª Vaia	Inédito?		-	Gaifar	X72	Vestígios romanos e de um convento medieval na Quinta de Stª Vaia	Vestígios cerâmicos da época romana abrangendo a área do assento da Quinta de Santa Vaia e, paredes meias, a Igreja Paroquial de Gaifar, local onde existiu um convento medieval, de que restam também alguns vestígios.
Monte das Bouças	11729	Povoado	Quando uma parte do terraço fluvial foi cavada para aí se plantar uma vinha e construir uma casa de habitação, descobriu-se sobretudo tegula. Apesar de parques os materiais indicavam a existência de uma ocupação, que na sua versão mais antiga poderia ser romana e numa mais recente, da Alta Idade Média.	Refóios do Lima	X73	Vestígios romanos e alti-medievais na Bouça do Cavalo	Vestígios de ocupação romano ou altimedieval, que indiciam ocupação ainda mal conhecida. Quando uma parte do terraço fluvial foi cavada para aí se plantar uma vinha e construir uma casa de habitação, descobriu-se sobretudo tegula. Apesar de parques os materiais indicavam a existência de uma ocupação, que na sua versão mais antiga poderia ser romana e numa mais recente, da Alta Idade Média.
Bodelhão	11321	Villa	Pequena elevação florestada onde se identificaram alicerces de casas circulares, pesos de tear, mós manuais, alguma cerâmica comum de época romana, bem como um capitel toscano. Posteriormente o sítio foi alterado com recurso a maquinaria pesada para a criação de um terraço artificial para cultivo de videiras. Na actualidade os materiais à superfície são pouco significativos	Cabração e Moreira do Lima	X74	Vestígios romanos no lugar de Bodilhão	Vestígios castrejos (restos de alicerces de uma casa circular) e romanos (capitel toscano), pesos de tear, mós manuais e cerâmica comum romana que indiciam ocupação ainda mal conhecida. Pequena elevação florestada onde se identificaram alicerces de casas circulares, pesos de tear, mós manuais, alguma cerâmica comum de época romana, bem como um capitel toscano. Posteriormente o sítio foi alterado com recurso a maquinaria pesada para a criação de um terraço artificial para cultivo de videiras. Na actualidade os materiais à superfície são pouco significativos.
Quinta de Penas	Inédito?		-	Refoios do Lima	X78	Vestígios de uma "villa" tardo-romana na Quinta de Penas	Vestígios cerâmicos que indiciam a existência de uma villa do período tardo-romano no local onde se ergue a casa conhecida por Paço de Penas ou Paço de Refoios e na sua envolvente.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Santa Eulália	1668	Necrópole	Durante trabalhos agrícolas foram postos a descoberto pedaços de cerâmicas romanas, tegulae, imbrices bem como uma base de coluna do século II e uma ara votiva, não restando dúvidas da presença de uma necrópole romana que terá resistido até aos primórdios da Idade Média.	Refoios do Lima	X79	Vestígios romanos nas imediações da Capela de Santa Eulália	Vestígios de ocupação romana, nomeadamente colunas (séc.II) e capitéis e uma ara votiva a um LAR CARIECO e cerâmica romana, imbrex e tegulae detectados na envoltória da Capela de Santa Eulália, que remonta ao séc. XIV. Durante trabalhos agrícolas foram postos a descoberto pedaços de cerâmicas romanas, tegulae, imbrices bem como uma base de coluna do século II e uma ara votiva, não restando dúvidas da presença de uma necrópole romana que terá resistido até aos primórdios da Idade Média.
Igreja São João da Ribeira	Inédito?		-	Ribeira	X81	Vestígios romanos no lugar da Igreja	Vestígios cerâmicos da época da romanização e uma ara (recolhida no Museu Pio XII de Braga) nas imediações da Igreja Paroquial de S. João da Ribeira, que é de origem românica.
Louredo	Inédito?		-	Sá	X82	Vestígios romanos e de um provável convento medieval, no lugar de Louredo	Vestígios romanos em local onde tradicionalmente existiu um convento medieval.
Quinta de Arcelos	Inédito?		-	Ardegão, Freixo e Mato	X83	Vestígios romanos na área da Quinta de Arcelos da Igreja Paroquial	Vestígios de vasta ocupação da época romana.
Rebordelo	11534	Vestígios Diversos	Estação arqueológica inédita, identificada durante os trabalhos de levantamento programado pela equipa do IPA, durante o acompanhamento das obras da Transgás. Foi identificado um muro associado principalmente a cerâmicas industriais romanas e cerâmicas baixo imperiais.	Ardegão, Freixo e Mato	X84	Vestígios de uma "villa" tardo-romana	Vestígios de uma villa tardo-romana, parcialmente reconhecida numa intervenção arqueológica. Estação arqueológica inédita, identificada durante os trabalhos de levantamento programado pela equipa do IPA, durante o acompanhamento das obras da Transgás. Foi identificado um muro associado principalmente a cerâmicas industriais romanas e cerâmicas baixo imperiais.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Donas	Inédito?		-	Vitorino das Donas	X85	Vestígios romanos nas imediações do antigo mosteiro beneditino das Donas	Vestígios romanos nas imediações do edifício reconstruído do mosteiro beneditino medieval e da respectiva Igreja, hoje Paroquial de Vitorino das Donas.
Vitorino dos Piães	4827	Necrópole	Sete sarcófagos em granito, um deles antropomórfico, três com tampa em estola. Caixas de alvenaria ligadas com argila. A parte superior do ajinez de granito tem duplo arco em ferradura.	Vitorino dos Piães	X86	Vestígios alti-medievais nas imediações da Igreja Paroquial	Vestígios alti-medievais, designadamente aras, cerâmica e túmulos pré-românicos e românicos, de excepcional importância arqueológica, nas imediações da Igreja Paroquial de Vitorino de Piães. Sete sarcófagos em granito, um deles antropomórfico, três com tampa em estola. Caixas de alvenaria ligadas com argila. A parte superior do ajinez de granito tem duplo arco em ferradura.
Minas romanas	Inédito?		-	Fojo Lobal / Vitorino dos Piães	X87	Vestígios de minas romanas	Minas atribuídas à época romana, provavelmente de ouro e estanho, atulhadas mas evidenciando ainda algumas entradas e óculos de ventilação, que se crê estendam por uma vasta área.
Paçô	Inédito?		-	Ardegão, Freixo e Mato	X89	Povoado tardo-romano de Paçô	Habitat de tipo concentrado, com características de povoado tardo-romano ou alti-medieval, numa colina que se demarca no vale que se estende a norte do Paço de Curutelo.
Vilarinho	Inédito?		-	Seara	X90	Povoado tardo-romano de Vilarinho	Povoado tardo-romano, com sistema defensivo e praticamente intacto com excepção de uma pequena parcela na coroa, onde recentemente escavaram uma vinha. Fica entre o Castro do Eirado e a Subidade de Vitorino das Donas.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Nossa Senhora do Barco	14054	Povoado Fortificado	Alto completamente alterado por terraplanagem e aterro, sobre o qual se ergeu uma Capela, um coreto, um campo de jogos com instalações de apoio e habitações. Além de se encontrar muito alterado do ponto de vista da sua orografia, o monte possui um denso manto vegetal que dificulta a prospecção. Detectaram-se algumas pedras soltas mas que nada permitem concluir. As actuais condições de terreno fazem supor que seria mais pronunciado do lado sul a oeste.	Vitorino das Donas	X91	Vestígios de um povoado tardo-romano em Nossa Srª do Barco	Povoado tardo-romano já muito deteriorado com a construção da capela de Nossa Senhora do Barco/Santo António e recentemente com a localização de um campo de futebol. Resta uma pequena parte voltada a norte. Alto completamente alterado por terraplanagem e aterro, sobre o qual se ergueu uma Capela, um coreto, um campo de jogos com instalações de apoio e habitações. Além de se encontrar muito alterado do ponto de vista da sua orografia, o monte possui um denso manto vegetal que dificulta a prospecção. Detectaram-se algumas pedras soltas mas que nada permitem concluir. As actuais condições de terreno fazem supor que seria mais pronunciado do lado sul a oeste.
Povoado do Sabugueiro	17942	Povoado	Povoado romanizado (Castro Agrícola), localizado num outeiro junto à estrada. São visíveis muitos vestígios cerâmicos de época romana, nos terrenos agrícolas contíguos.	Poiares	X92	Povoado tardo-romano do Sabugueiro	Povoado tardo-romano, de baixa altitude, com vestígios de muralha, parcialmente destruído. Povoado romanizado (Castro Agrícola), localizado num outeiro junto à estrada. São visíveis muitos vestígios cerâmicos de época romana, nos terrenos agrícolas contíguos.
Chã do Castelo	20877	Castelo	No topo de um cabeço ainda são visíveis os sistemas defensivos de uma fortaleza.	Facha e Concelho de Viana do Castelo	X93	Castelo de S. Miguel	Fortaleza medieval que foi a cabeça da Terra de Santo Estevão conservando ainda uma boa parte da muralha e, no interior, restos de construções. No topo de um cabeço ainda são visíveis os sistemas defensivos de uma fortaleza.
Castelo da Miranda	10457	Mamoa	sd	Refoios do Lima	X94	Castelo da Miranda	Fortaleza medieval conservando ainda a penedia que delimita a estrutura defensiva. Admite-se que na sua envolvente ocorram vestígios pré-medievos, nomeadamente mámuas.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Titulo	Descrição
Torre dos Mouros	17947	Atalaia	Fraguedo de grandes proporções, em posição de dominância da envolvente. Existem sinais óbvios de entalhes na rocha, destinados ao alicerçamento de estruturas. Cerâmica medieval. Na base existem vários "abrigos" sob rocha que poderão perfeitamente ter testemunhado ocupação em período(s) pré-histórico(s).	Anais	X95	Castelo de Anais	Castelo roqueiro medieval com alta penedia afeiçãoada na parte superior para suportar uma torre assente em travejamento de madeira. Conserva a muralha e abundam fragmentos cerâmicos. Fraguado de grandes proporções, em posição de dominância da envolvente. Existem sinais óbvios de entalhes na rocha, destinados ao alicerçamento de estruturas. Cerâmica medieval. Na base existem vários "abrigos" sob rocha que poderão perfeitamente ter testemunhado ocupação em período(s) pré-histórico(s).
São Cristóvão	15750	Povoado Fortificado	O local apresenta-se ocupado por uma capela, respectivo escadório e parque de merendas. Totalmente descaracterizado, não foi possível detectar qualquer tipo de indícios correlacionáveis com um povoado fortificado da idade do ferro.	Fontão	X96	Vestígios medievais nas imediações da Capela de S. Cristóvão	Vestígios de uma pequena atalaia medieval sobre a qual se construiu a actual Capela de S. Cristóvão. O local apresenta-se ocupado por uma capela, respectivo escadório e parque de merendas. Totalmente descaracterizado, não foi possível detectar qualquer tipo de indícios correlacionáveis com um povoado fortificado da idade do ferro.
Recinto de Santa Catarina	13513	Povoado Fortificado	Capela implantada num pequeno cume que pelos vestígios de cerâmica castreja parece ter albergado um castro. O local possui condições de relevo que corroboram tal ideia. A capela está a ser alvo de obras, no edifício e em seu redor (adro). Essas obras não parecem poder colocar em risco(no seu estado actual) o povoado que aí possa ter existido. Há áreas da zona de implantação da capela que estão cobertas por gravilha que aí foi depositada apenas ou que serviu à colmatação de aberturas realizadas no solo.	Ribeira	X97	Vestígios medievais nas imediações da Capela de Santa Catarina	Recinto medieval, provavelmente para recolha de gado onde mais tarde se ergueu a Capela de Santa Catarina. Apresenta um sistema defensivo, com fossos e muralha de Terra. Capela implantada num pequeno cume que pelos vestígios de cerâmica castreja parece ter albergado um castro. O local possui condições de relevo que corroboram tal ideia. A capela está a ser alvo de obras, no edifício e em seu redor (adro). Essas obras não parecem poder colocar em risco(no seu estado actual) o povoado que aí possa ter existido. Há áreas da zona de implantação da capela que estão cobertas por gravilha que aí foi depositada apenas ou que serviu à colmatação de aberturas realizadas no solo.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Penedo da Janelinha	Inédito ?		-	Seara	X98	Vestígios medievais no Penedo da Janelinha	Recinto com sistema defensivo idêntico a X97 (CNS13513), num dos ressaltos da serra de Nó, provável atalaia medieval.
Cabreira	20876	Atalaia	De acordo com o P.D.M. trata-se de um antigo recinto medieval que terá funcionado como atalaia e como recolha de gado.	Navió e Vitorino dos Piães	X99	Vestígios medievais em Cabreira	Recinto medieval, que terá funcionado como atalaia e recolha de gado, que se demarca na aba nascente da serra da Padela, frente ao castro de S. Simão, conservando parte do sistema defensivo e uma coroa aplanada. De acordo com o P.D.M. trata-se de um antigo recinto medieval que terá funcionado como atalaia e como recolha de gado.
Arcos	20879	Vestígios de Superfície	Capela em granito, reconstruída quase na totalidade; encimada por cruzeiros e pináculos, são visíveis 2 cruzeiros em granito no largo. Foi encontrada uma sepultura medieval junto às actuais casas de banho e outras foram reaproveitadas na pavimentação do largo.	São Pedro D' Arcos	X100	Vestígios medievais nas imediações da Igreja Paroquial	Vestígios de ocupação medieval, nomeadamente tampas de túmulos em estola (recentemente desaparecidos) não apenas na Igreja Paroquial de Arcos, mas também nas suas imediações. Capela em granito, reconstruída quase na totalidade; encimada por cruzeiros e pináculos, são visíveis 2 cruzeiros em granito no largo. Foi encontrada uma sepultura medieval junto às actuais casas de banho e outras foram reaproveitadas na pavimentação do largo.
S. Julião do Boco	Inédito ?			Facha	X101	Vestígios medievais em S. Julião do Boco	Local com abundância de vestígios cerâmicos medievais onde tradicionalmente se erguia a Igreja Matriz da extinta paróquia medieval de S. Julião do Boco.
Castro do Calvário	17932	Povoado Fortificado	Pequeno alto pouco destacado e muito descaracterizado, para onde se aponta a eventual existência de um povoado, talvez um "castro agrícola".	Friastelas	X103	Povoado medieval de Casais	Povoado medieval totalmente coberto de mato e pinhal, junto a uma linha de água, conservando ainda, a sul, restos do fosso defensivo. Pequeno alto pouco destacado e muito descaracterizado, para onde se aponta a eventual existência de um povoado, talvez um "castro agrícola".

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Mosteiro de Santana	Inédito?		-	Labruja	X106	Vestígios medievais do Mosteiro de Santana	Local onde terá existido um mosteiro medieval fartamente documentado, hoje identificado pela Capela de Santa Ana, com fragmentos cerâmicos e alguns túmulos medievais desenterrados.
Castro Alto do Castro	Inédito?		-	Rendufe e Concelho de Paredes de Coura	X108	Castro (e atalaia das invasões francesas) no Alto do Castro	Atalaia defensiva utilizada na guerra peninsular (1809) em local onde existiu um castro das Idades do Bronze e do Ferro.
Paredes	20885	Vestígios de Superfície	A área referida no P.D.M. como zona onde apareceram vestígios alti-medievais em zona de encosta, junto ao Rio de Labruja. A visita foi infrutífera, na medida em que a densa vegetação florestal não confirmou a existência destes vestígios.	Bárrio e Cepões	X109	Vestígios alti-medievais a sul da aldeia de Paredes	A área referida no P.D.M. como zona onde apareceram vestígios alti-medievais em zona de encosta, junto ao Rio de Labruja. A visita foi infrutífera, na medida em que a densa vegetação florestal não confirmou a existência destes vestígios.
Portela da Câmboa	Inédito?		-	Labruja	X71	Vestígios romanos na Portela da Câmboa	Vestígios cerâmicos que indiciam ocupação da época da romanização na Portela da Câmboa, em local atravessado pela antiga via militar romana (XIX dos Itinerários de Antonino).
Quinta da Boavista	Inédito?		-	Cabração e Moreira do Lima	X75	Vestígios romanos na Quinta da Boavista	Vestígios conotados com o período da romanização, que indiciam ocupação ainda mal conhecida.

Portal do Arqueólogo					PDM proposta		
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod	Título	Descrição
Quinta da Carcaveira	18036	Mancha de Ocupação	Situa-se a cerca de 2 Km para NO da vila de Ponte de Lima. A zona ocupa o sopé dos relevos que formam a serra de Antelas, que separa as bacias hidrográficas do Rio Labruja e a nascente da Ribeira da manga a poente que correm no sentido N/S e são ambos afluentes da margem direita do Rio Lima. Segundo a Câmara Municipal de Ponte de Lima, na área envolvente da Quinta ocorrem nos terrenos lavrados cerâmicas de construção de cronologia romana (tégulas).	Sá	X76	Vestígios romanos na Quinta da Carcaveira	Vestígios do período da romanização espalhados numa área vasta, no Alto da Telha, nas imediações da casa senhorial da Quinta da Carcaveira que indiciam ocupação ainda mal conhecida. Situa-se a cerca de 2 Km para NO da vila de Ponte de Lima. A zona ocupa o sopé dos relevos que formam a serra de Antelas, que separa as bacias hidrográficas do Rio Labruja e a nascente da Ribeira da manga a poente que correm no sentido N/S e são ambos afluentes da margem direita do Rio Lima. Segundo a Câmara Municipal de Ponte de Lima, na área envolvente da Quinta ocorrem nos terrenos lavrados cerâmicas de construção de cronologia romana (tégulas).
Quinta da Pousada	Inédito?		-	Vitorino das Donas	X17	Afloramento rochoso com fossetes na Quinta da Pousada	Insculturas em lajes dispersas na Quinta de Pousada.
Caminho de Santiago	40406	Via	Caminho de Santiago composto por vários troços em diferentes estados de conservação, desde troços asfaltados a troços delimitados por socacos e muros de propriedade e actualmente não utilizados com abundante vegetação e lama espessa impedem a observação das características básicas da via.	Navió e Vitorino dos Piães	X110	Caminho de Santiago	
Via Romana XIX	-	Via	Caminho de Santiago composto por vários troços em diferentes estados de conservação, desde troços asfaltados a troços delimitados por socacos e muros de propriedade e actualmente não utilizados com abundante vegetação e lama espessa impedem a observação das características básicas da via.	-	X196	Via militar romana Braga-Astorga (XIX do Itinerário de Antonino)	troços remanescentes da via militar romana Braga-Astorga (XIX Itinerário de Antonino), de onde foram retirados os marcos miliários que são monumentos nacionais

Quadro 9- Listagem dos Valores arqueológicos inventariados (Continuação)

Portal do Arqueólogo					PDM proposta
Designação	CNS	Tipo	Descrição	Freguesias	Cod
Quinta do Outeiro	17	Necrópole	Durante a realização de trabalhos agrícolas, num terreno da Quinta do Outeiro, foram identificados inúmeros fragmentos de tegulae, alguns dos quais com carvões aderentes.	Fornelos e Queijada	X164
Eirado	972	Povoado Fortificado	Castro agrícola de pequenas dimensões, coroa mais ou menos aplanada, muralha cortada em talude seguida de fosso.	Seara	X175
Poça Grande	983	Monumento Megalítico	Vestígios de mamoa com cerca de 12 metros de diâmetro, apresenta na parte central grande cratera (cerca de 4 metros de diâmetro) e profunda vala de violação no sector norte. Não são visíveis quaisquer vestígios de esteios de câmara megalítica.	Arcozelo	X159
São Simão	1181	Sepultura	Sepultura rectangular escavada na rocha com as seguintes dimensões: de 1,89 m de comprimento médio, 0,44 m largura média e 0,59 m de profundidade média. Esta sepultura possui um rebordo com cerca de 8-9 cm de largura, eventualmente destinado à colocação de uma tampa.	Calheiros	X177
Santa Eulália	1668	Necrópole	Durante trabalhos agrícolas foram postos a descoberto pedaços de cerâmicas romanas, tegulae, imbrices bem como uma base de coluna do século II e uma ara votiva, não restando dúvidas da presença de uma necrópole romana que terá resistido até aos primórdios da Idade Média.	Refóios do Lima	X111
Prédio do Passeio	2740	Indeterminado	Vestígios arqueológicos que pela sua forma e características não é possível determinar o período e tipo de sítio.	Arca e Ponte de Lima	X133
Ponte de Lima	2975	Povoado Fortificado	Possível Povoado da Idade do Ferro.	Arca e Ponte de Lima	X173
Jardim do Paço do Marquês	3070	Torre	Torre de período medieval.	Arca e Ponte de Lima	X182
Refoios do Lima	3091	Achado(s) Isolado(s)	Achado isolado que não está associado a outros vestígios/indícios arqueológicos.	Refóios do Lima	X113
Souto de Rebordões	3446	Necrópole	Quando se procedia à abertura dos canais e poço para a fossa séptica da escola primária de Rebordões, foi posto a descoberto uma sepultura de lajes de granito e com fundo de tijolo. Dentro da sepultura foram encontrados dois crânios e diversas ossadas humanas, que foram recolhidas e inventariadas pelo pároco (Padre M. José Baptista). A uma pequena distância da primeira existia uma segunda sepultura idêntica, apenas com raros e pequenos fragmentos de ossos, que levou à consideração de que tivesse sido violada. O fundo não era revestido a tijolo, mas de um câmara escura e compacta, com a aparência de xisto. As sepulturas após identificação e análise foram novamente preenchidas com terra e tijolos e tapadas com as suas lajes originais.	Rebordões (Souto)	X163

Lugar dos Ranhados	3491	Achado(s) Isolado(s)	Achado isolado que não está associado a outros vestígios/indícios arqueológicos.	Refóios do Lima	X114
Penedo das Verrugas	3758	Sepultura Escavada na Rocha	O Penedo das Verrugas é um monólito granítico de forma oval de grandes dimensões. A sua deslocação ao modificar a posição original das faces, pôs a descoberto uma sepultura escavada no granito, que se pode presumir ter tido originalmente uma posição horizontal, ficada voltada para sul. Esta presunção é de resto confirmada pelas próprias características superficiais da rocha, tendo a zona sub-aérea uma matiz e uma textura mais acentuadas, em relação à zona originalmente enterrada. A situação criada pelo penedo deriva do desaterro aquando da abertura de uma estrada. Foram localizados vestígios superficiais datáveis presumivelmente de época romana.	Refóios do Lima	X179
Ponte de Lima - Largo 5 de Outubro	3961	Achado(s) Isolado(s)	Foram encontradas no local algumas peças de embarcação.	Arca e Ponte de Lima	X116
Santa Justa	4257	Achado(s) Isolado(s)	Terá sido encontrado no local um machado de alvado	São Pedro D' Arcos	X117
São Gião	4347	Sepultura Escavada na Rocha	Sepultura escavada na rocha que apresenta as seguintes dimensões: 1,96 m de comprimento, largura dos topos - 0,66 m e 0,61 m, 0,49 m de profundidade e 0,66 m de altura.	Refóios do Lima	X180
Pinhal dos Carreiros	4500	Monumento Megalítico	Conjunto megalítico constituído por 5 mamoadas	Ribeira	X158
Capela de Santa Eulália	4535	Capela	Capela aparentemente românica, que deverá, contudo, ser obra da segunda metade do século XIV. No interior destaca-se o arcossólio tumular com a data de 1391. Na proximidade da igreja românica de Santa Eulália de Refóios, foi identificada uma grande quantidade de tegulae á superfície, bem como elementos de construção de cronologia romana reaproveitados em construções próximas, nomeadamente, silhares almofadados, silhares com marcas de forxex, fuste de coluna granítica presente à porta do templo românico, ara, capitel toscano. A presença destes elementos, bem como a posição geográfica do local, próxima do ribeiro do Sobrado, parecem indiciar a existência de um importante núcleo romano e quiçá um pequeno templo sobre o qual poderá ter sido erigida a capela românica.	Refóios do Lima	X125
Sanjemondes	4548	Sepultura	Sepultura escavada na rocha com rebordo em toda a volta e um bueiro nos pés do lado esquerdo.	São Pedro D' Arcos	X178
Correlhã	7291	Forno	Forno do séc. VIII a XIII preparado para cozer materiais de construção. Tem corredor, câmara de aquecimento, grelha e câmara de cozedura. Possui tecto em abóbada, de construção grosseira, e escavado no saibro de coloração amarelada que compõe o terreno.	Correlhã	X130

Naceiros	8427	Via	Pequeno troço de via, com cerca de 150 a 200 m de comprimento, eventualmente de período romano. Existe ainda um outro troço entre Ponte de Lima e Ponte da Barca. Na área conhecem-se ainda diversos marcos miliários, contudo Alarcão não especifica a localização destas vias.	Refóios do Lima	X195
Arcele	10443	Anta /Dólmen ?	Identificada na publicação "As antas de Portugal. Nomes populares, regionais e locais; Influência exercido na toponímia; aproveitamento utilitário; cristianização; tradições e lendas. In O Arqueólogo Português. Lisboa. Nova série: 1".	Ardegão, Freixo e Mato	X118
Arca 1	10620	Mamoa ?	sd	Fornelos e Queijada	X148
Mamoa 1 de Arca	10870	Mamoa	Mamoa com 23 m de eixo N-S e 22 m de eixo E-W, bastante vandalizada, que cobria originalmente uma câmara simples, sem corredor. A carapaça de superfície, bem como o eventual contraforte dolménico, eram constituídos por pedras xistosas, encontradas no terreno vizinho. Para os esteios da câmara, entretanto desaparecidos por violação do monumento, foi escolhido o granito também regional.	Ribeira	X138
Mamoa 2 de Arca	10871	Mamoa	Mamoa de reduzidas dimensões, tanto em altura como em diâmetro. Possui uma depressão central correspondente a uma cratera de violação. Sobre esta encontra-se implantado um marco em granito correspondente a uma divisória de freguesias, que possui numa das faces a inscrição "S. João".	Arca e Ponte de Lima	X139
Quinta da Boalhosa	11727	Habitat	As cerâmicas identificadas apontam para uma ocupação de tipo agrário, também corroborada pela implantação geográfica e pelos buracos circulares onde eram encaixados os vasos onde se guardavam os cereais. A área escavada corresponde ao armazém de uma casa de lavoura, possivelmente um casal	Refóios do Lima	X131
Monte da Forca	11731	Indeterminado	De acordo com as cerâmicas recolhidas neste local, sugerem existir um habitat da Idade do Bronze e ao que tudo indica de ampla cronologia.	Refóios do Lima	X134
Ponte de Lima - Rua 25 de Abril	12861	Muralha	Prédio urbano situado junto à cadeia das mulheres no passeio de 25 de Abril. A seu lado estão um conjunto de habitações, todas elas erguidas no lado de fora do muro da vila a partir da parte final do século XVIII. A casa é uma construção urbana de rés-do-chão e 1ª andar e está actualmente rusticada, mas no seu interior ainda se notam as arcadas que permitiram a circulação entre prédios vizinhos. A parte posterior do prédio encosta à muralha, servindo-se dela como apoio	Arca e Ponte de Lima	X160
Ponte de Lima - Largo de Camões	14616	Vestígios Diversos	Conjunto de estruturas compostas pelos arcos da ponte medieval, a Torre dos Grilos, o muro da vila, a Rua do Pé da Ponte de Fora, o paredão, as casas que encostavam à muralha e a Casa do Patim.	Arca e Ponte de Lima	X186

Arcozelo - Rua Lima Bezerra/Largo da Freiria	15580	Cidade ?; Via	A Rua Lima Bezerra e o Largo Freiria localizam-se na freguesia de Arcozelo, próximo da ponte romana. Supõe-se que passaria aqui a via que ligaria Braga a Tuy e que daria continuidade à ponte, embora dela não restem vestígios	Arcozelo	X127
Mamoa de Fontelo	15745	Mamoa	Monumento de muito grandes dimensões, aparentando ter uma cratera de violação.	Friastelas	X135
Mamoa das Regedoiras	15747	Mamoa	Monumento de médias dimensões com 19,5 m no eixo N/S, 19 m no eixo E/O - 19m e com 1 m a 1,5 m de altura .	Boalhosa	X142
Castro do Soutinho	15748	Povoado Fortificado	Pequeno outeiro muito alterado pela presença de socacos para aproveitamento agrícola. São visíveis restos de muros e pedra aparelhada de tipo castrejo. Notam-se dois níveis de talude, ou mesmo três. Podem-se recolher inúmeros fragmentos de cerâmica castreja e romano.	Calheiros	X171
Estorãos	15760	Vestígios diversos	Pequena elevação onde se detectam grandes quantidades de cerâmica: ímbrices, tégula, cerâmica comum.	Estorãos	X194
Bouça Chão	15761	Achado(s) Isolado(s)	Cume muito acentuado, pedregoso, onde se desenvolve a exploração de madeira. Existe muita pedra espalhada não permitindo confirmar a existência de um povoado. Surgiu um fragmento cerâmico castrejo na base do monte.	Navió e Vitorino dos Piães	X115
Ponte de Lima - Rua do Postigo	15782	Vestígios Diversos	A rua do Postigo era, na Idade Média e Moderna, uma das principais entradas da vila de Ponte de Lima. Dava directamente acesso à porta de São Paulo, anexa à Torre, com o mesmo nome e também designada por Torre da Expectação. A Rua do Postigo esteve outrora em ligação com a Rua da Ferraria desaparecida com a construção do quarteirão da misericórdia, artéria onde se localizavam uma série de ferreiros. As casas mais antigas datariam do séc. XV, mas aquelas que ali há são todas muito mais recentes. Neste grupo inclui-se a casa nº 10, cuja estrutura data do século XVIII	Arca e Ponte de Lima	X185
Mamoa 1 da Boalhosa	17860	Mamoa	Mamoa de pequenas dimensões, sem grande destaque na paisagem envolvente, sem vestígios pétreos visíveis. Apresenta depressão central (cratera de violação?). Próxima da Mamoa 2 da Boalhosa.	Boalhosa	X149
Mamoa 2 da Boalhosa	17861	Mamoa	Mamoa de grandes dimensões, bem destacada na paisagem; com couraça pétrea e uma profunda cratera de violação.	Boalhosa	X150
Mamoa 4 da Boalhosa	17863	Mamoa	Mamoa de grandes dimensões, com cratera de violação e couraça pétrea; foi parcialmente afectada na sua periferia pela abertura de caminho.	Boalhosa	X143

Mamoas de Refoios	17923	Mamoas	Monumento de grandes proporções com vestígios de couraça. Zona muito arborizada (pinheiros).	Refóios do Lima	X141
Castro de Santa Luzia	17930	Povoado Fortificado	Alto, cortado a meio pela construção do IC28. São visíveis vestígios cerâmicos incaracterísticos.	Refóios do Lima	X174
Castro do Calvário	17932	Povoado Fortificado	Pequeno alto pouco destacado e muito descaracterizado, para onde se aponta a eventual existência de um povoado, talvez um "castro agrícola".	Friastelas	X112
"Pomarinho"	17938	Povoado	Outeiro com destaque na sua envolvente, há alguns anos foi detectada cerâmica antiga. É também perceptível alguma pedra que aparenta afeiçãoamento. É provável que tenha acolhido um "habitat".	Calvelo	X168
São Pedro	17939	Arte Rupestre	Dois círculos concêntricos; actualmente não são visíveis por se encontrarem cobertos por terra e raízes.	Navió e Vitorino dos Piães	X123
Boucintas/Regueira	17940	Povoado	Foram identificadas fossas, contendo no seu interior vasos inteiros que poderiam estar relacionadas com depósitos de âmbito ritual. Foram recolhidas sementes, vários fragmentos de moinhos manuais. Eventual "povoado" aberto de curta/média duração, com estruturas eventualmente utilizáveis para silagem ou diversas actividades agrícolas a par de outras de âmbito ritual.	Navió e Vitorino dos Piães	X167
São Simão	17941	Povoado Fortificado	Muito descaracterizado. Possui uma posição de boa implantação natural, sendo-lhe visível muralha do lado da vertente Norte.	Navió e Vitorino dos Piães	X172
Igreja Paroquial de São Tiago de Poiares	17943	Sarcófago	Sarcófago em granito, invertido. Apenas visível um canal de dreno (?).	Poiares	X176
Boavista	17946	Marco Miliário	Marco miliário de secção sub-circular, que se encontra a servir de coluna de um alpendre numa casa. A secção visível terá cerca de 1, 70 m, era epígrafado, tendo sido picado.	Anais	X155
Igreja Paroquial de Anais	17948	Vestígios Diversos	Nos terrenos junto à Igreja Paroquial de Anais, foram detectados vestígios cerâmicos de época romana. O sítio possui características naturais propensas a uma ocupação dessa época.	Anais	X184
Sendim	17949	Vestígios Diversos	Em algumas leiras de exploração agrícola, são visíveis vestígios cerâmicos de época romana (?). Sobretudo tégula.	Anais	X188
Faldejães	18038	Mamoas	Os vestígios sugeridos reportam-se a uma mamoa que terá, no entanto, sido destruída.	Arcozelo	X140
Quinta da Torre	19300	Marco miliário	Marco miliário anepígrafo, identificado em 1964 na Quinta das Fontes, junto a um caminho e à igreja paroquial. Construído em granito de grão fino, encontrava-se implantado em posição invertida, com a data de 1772 gravada na parte que se encontrava virada para cima	Rebordões (Souto)	X157

Ponte de Lima - Capela das Pereiras	19984	Muralha	A capela das Pereiras data do século XVI e foi construída num espaço onde havia uma ermida. Foi remodelada em 1818 após a destruição da muralha medieval e da Torre das Pereiras que defendia esta parte alta da vila de Ponte de Lima.	Arca e Ponte de Lima	X162
Veiga da Correlhã 3	20557	Vestígios de Superfície	Num terreno agrícola foram descobertos alguns fragmentos de cerâmica.	Vitorino das Donas	X189
Veiga da Correlhã 4	20558	Marco de delimitação	Marco de propriedade fundiária apresentando um brasão com cinco escudos e as letras C B (Conde de Bertandos).	Vitorino das Donas	X156
Veiga da Correlhã 6	20559	Vestígios de Superfície	Terreno agrícola apresentando fragmentos de cerâmica à superfície.	Correlhã	X190
Veiga da Correlhã 8	20560	Calçada	Caminho apresentando calcetamento por lajes de granito.	Correlhã	X124
Veiga da Correlhã 9	20561	Vestígios de Superfície	Num terreno lavrado apareceram alguns vestígios de cerâmica.	Correlhã	X192
Pedrosa 1	20562	Vestígios de Superfície	Num terreno lavrado apareceram alguns vestígios de fragmentos de cerâmica.	Correlhã	X191
Pedrosa 2	20563	Tanque	Tanque realizado com blocos de granito.	Correlhã	X181
Mamoa do Monte das Lajes	22697	Mamoa	Pequena elevação com parte de esteio à vista. Possivelmente terá sido violada.	Refóios do Lima	X136
Mamoa de Sandiães	23293	Mamoa	Mamoa com cerca de 20 m de diâmetro e 1,5 m de altura, com presença de muitos elementos de couraça pétrea revolidos. É possível encontrar fragmentos cerâmicos contemporâneos do monumento nas terras revolvidas sobre a mesma. A mamoa foi muito afectada por trabalhos de florestação. Parece não possuir a habitual cratera de violação	Associação de Freguesias do Vale do Neiva	X137
Ponte de Lima - Rua da Porta Nova n.º 10 a 12	33329	Cidade	A intervenção em prédio sito na Rua da Porta da Vila, no limite do perímetro amuralhado medieval, permitiram mapear a evolução urbanística desta área de Ponte de Lima, assim como corroborar alguns conhecimentos avançados pelos documentos históricos, nomeadamente o processo de demolição da muralha medieval e reutilização da pedra para a construção de edifícios públicos e privados. A identificação de um espesso nível de areia de assoreamento do Rio Lima e a fraca presença de materiais medievais, sugerem a inexistência de edificações/ocupação estruturada no local. A área em questão é apontada como sendo a antiga judiaria, desmantelada após a abertura da Porta Nova e construção da Torre da Cadeia, já no período tardomedieval.	Arca e Ponte de Lima	X126

Cidade de Marecães	33596	Habitat	Nos terrenos de cultivo a pouca distância para nascente da Igreja Paroquial. Segundo C.A.B. Almeida (1996), os campos de Marecães serão o resquício toponímico de "Casal de Maretães" mencionado nas inquirições. Terá sido uma "villa" da romanização. Ainda segundo este autor, desde o campo de Adral, junto à igreja, até Marecães, numa distância de mais de 150m, abundam vestígios como tégulas, tijoleiras, construções enterradas e muita cerâmica romana. Em termos cronológicos C.A.B. Almeida não tem dúvidas em considerar esta villa como sendo do baixo-império, podendo mesmo estar em funcionamento após a conquista da Península por Suevos e Visigodos, baseando-se nas cerâmicas detetadas e recolhidas e que são, pela pasta e técnica, da família das paleocristãs documentadas na villa romana tardia da Facha e nos povoados de Vilarinho (Seara) e Sabugueiro (Poiães).	Ardegão, Freixo e Mato	X132
Sernados	33756	Estrutura	Numa pequena plataforma elevada com amplo domínio visual sobre Ponte do Lima e vale do Rio Lima foi identificada uma estrutura negativa escavada no afloramento rochoso. É constituída por um orifício central circular (com um pequeno rasgo para o exterior, talvez um pio) rodeado por outros orifícios também circulares mas de menor dimensão e proporcionalmente espaçados. A presença de vegetação dificultou a observação do solo. No entanto no entorno da estrutura foi possível reconhecer alguns materiais arqueológicos, nomeadamente cerâmica de construção e comum incaracterística	Feitosa	X128
Ponte de Lima - Avenida António Feijó	35189	Muralha	No decurso de trabalhos de substituição do separadouro central da avenida foi identificada a vala da antiga cerca medieval e algumas fiadas do que restou da abertura da actual via e do derrube provocado pelos arranjos urbanísticos neste local.	Poiães	X161
Ponte de Lima - Caminho do Calvário	35710	Vestígios Diversos	A encosta poente da pequena elevação da Lapa confrontou noutros tempos com o muro medieval que lhe passava a Norte. No século XVIII é erguida no topo, uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Lapa. Da mesma época ou muito próximo é o Calvário que fazia a ligação da igreja ao largo da Regeneração, actual Largo Dr. António Magalhães, onde existia uma capelinha. O dito Calvário estendia-se pela encosta poente ao lado do edifício do Arquivo Municipal, hoje quintal da antiga Casa da Roda. A área mais a Norte era um espaço em socalcos, ajardinado e pertenceu ao quintal do Marquês de Ponte de Lima. Nos trabalhos realizados em 2003 foram identificados: a vala do pano de muralha medieval, embora sem estrutura propriamente dita, isto é todo o aparelho tinha sido levantado; restos de estruturas dos finais do século XIX e restos dos vestígios do assentamento das escadas do calvário	Arca e Ponte de Lima	X187
Torre Velha	36275	Torre	Torre de planta retangular, com sentido Norte Sul, assentava na margem do rio, com um arco de volta perfeita na fachada Oeste. Este arco dava acesso a um vão (possivelmente em abóbada de canhão) no interior do qual se encontra um troço da ponte.	Arcozelo	X183

Chã da Mourisca	38517	Necrópole	Foram detetadas três estruturas arqueológicas distintas. A mais visível, representava um monumento megalítico funerário situado a cerca de 50 m de distância de um caminho de terra batida, cujos perfis evidenciavam o desenho de duas estruturas em negativo. No perfil norte foi possível observar os limites de uma estrutura que se assemelhava a uma "fossa" em forma de saco e no perfil sul, uma outra estrutura de contorno sub-retangular. Posteriormente, foi possível aferir a existência de uma outra estrutura de maiores dimensões, que tinha sido também parcialmente mutilada pela abertura do estradão de terra batida. Um montículo ligeiramente saliente parecia indicar a presença de um tumulus. O montículo, então identificado, foi intervencionado, bem como uma sepultura plana. Com a realização das duas intervenções foi possível detetar novas estruturas em negativo, de distintas tipologias e funcionalidades.	Refóios do Lima	X166
Mamoa de Chã da Mourisca	38539	Mamoa	Montículo com uma morfologia circular, composto por sedimentos e blocos graníticos que podem pertencer à couraça pétrea. É possível observar dois blocos graníticos no interior do montículo, e orientados a SE, que poderão pertencer a um corredor. O monumento possui as seguintes dimensões (aproximadas): N-S: 15,40 m; W-E: 15 m; Altura: 0.77 m; A cratera de violação apresenta um contorno circular e tem as seguintes dimensões (aproximadas): N-S: 4m; W-E: 4,60m; Profundidade: 0,42m.	Refóios do Lima	X145
Mamoa de Chã das Crivas	38540	Mamoa	Montículo com uma morfologia circular, composto por sedimentos e blocos graníticos que podem pertencer à couraça pétrea. O monumento possui as seguintes dimensões (aproximadas): N-S: 21 m; W-E: 21 m; Altura: 1.78 m; A cratera de violação apresenta um contorno circular e tem as seguintes dimensões (aproximadas): N-S: 4,40m; W-E: 5,20m; Profundidade: 1,75m. No interior da cratera de violação é visível um bloco granítico orientado a sudeste, com cerca de 0,71 m de largura por cerca de 0,64 m de altura e 0,21 m de espessura, que poderá pertencer a um esteio da câmara, não apresentando indício de gravuras.	Refóios do Lima	X144
Bouça da Portela	38759	Povoado	Pequeno povoado (ou habitat) implantado numa pequena plataforma, com pouco mais de 30m de comprimento por 15m de largura, localizada no topo da elevação, onde foi identificada uma rocha gravada com três pequenas covinhas (fossetes). esta evidência encontrava-se associada a uma mancha de dispersão de materiais que, de acordo com o Dr. João Perpétuo, se desenvolve para lá dos limites primitivos de ocupação do sítio. Beneficia claramente de uma posição geoestratégica privilegiada, dominando os cursos hidrográficos do Neiva e do Nevoinho, este último em recursos estaníferos, descurando, no entanto, a vertente defensiva, nomeadamente sobre o lado norte, por onde o acesso se processa sem grande dificuldade.	Ardegão, Freixo e Mato	X169

Frejão	39011	Mancha de Ocupação	Mancha de dispersão de material à qual se associa um afloramento rochoso com três fossetes. Os materiais caracterizam-se pela presença de fragmentos cerâmicos de fabrico manual e pasta arenosa, com desengordurantes médios e grosseiros e de superfícies alisadas. Estes vestígios enquadram-se cronologicamente na pré-história recente, podendo corresponder a ocupações da Idade do Bronze.	Ardegão, Freixo e Mato	X152
Monte Maior 1	39012	Vestígios de Superfície	Mancha de materiais localizada na zona mais alta de uma colina. À superfície foi identificado espólio artefactual de cronologia romana, nomeadamente cerâmica comum de pasta micácea e cerâmica de construção (imbrex e tegulae). Uma das peças apresenta um grafito gravado com um instrumento afiado na fase de pré-cozedura, representando o nexu ME.	Navió e Vitorino dos Piães	X193
Ponte de Lima - Rua da Abadia, nº 43-47	39890	Necrópole	Foi identificado o antigo adro da Igreja Matriz bem como um conjunto de dez sepulturas durante trabalhos realizados em 2009. O atual imóvel assenta sobre estruturas anteriores, mais concretamente sobre uma estrutura arquitetónica que poderá remontar ao período em que o burgo de Ponte de Lima se encontrava em expansão e afirmação enquanto núcleo urbano: século XVI	Arca e Ponte de Lima	X165
São Sebastião	40198	Mancha de Ocupação	No lugar de São Sebastião foi identificada, em 2021, uma mancha de dispersão de materiais cerâmicos e líticos, de dimensão considerável, de cronologia Pré-Histórica. Entre os artefactos observados encontrava-se cerâmica manual de pasta arenosa, com desengordurantes médios a grosseiros (micas e quartzos), bem como um fragmento de moinho dormente de grandes dimensões.	Ardegão, Freixo e Mato	X153
Monte Maior 2	40277	Mancha de Ocupação	Mancha de dispersão de materiais cerâmicos de cronologia Pré-Histórica. Entre os artefactos observados encontravam-se alguns fragmentos cerâmicos de fabrico manual, de pastas arenosas e cozeduras essencialmente redutoras.	Navió e Vitorino dos Piães	X154
Monte dos Males	40343	Povoado	No decurso dos trabalhos de prospeção realizados em 2013 foi identificada uma concentração de material cerâmico manual, alguns dos fragmentos apresentavam brunidos e "decoração" "cepillada". Identificou-se, ainda, parte de uma mó movente. Os terrenos encontravam-se muito surribados para plantio de eucaliptal. A observação do material restringiu-se à pequena área surribada, a restante zona apresenta denso coberto vegetal, sendo de colocar a forte possibilidade de a área do sítio se estender bastante para além da área de dispersão de material observada.	Navió e Vitorino dos Piães	X170

Terças	40399	Mamoa	Montículo artificial proeminente na paisagem com couraça pétreia constituída por blocos de granito e incrustações de quartzo. Apresenta cerca de 12 metros de diâmetro e 2,5 metros de altura conservada. Foi identificada uma depressão central profunda. Contorno tendencialmente circular. Encontra-se coberta por mato rasteiro.	Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte	X146
Vacariça	40400	Mamoa	Montículo artificial proeminente na paisagem. Couraça pétreia constituída por blocos de granito e incrustações de quartzo. Apresenta cerca de 12 metros de diâmetro e 2,5 metros de altura conservada. Depressão central profunda. Contorno tendencialmente circular. Encontra-se coberta por mato rasteiro.	Refóios do Lima	X147
Carvalho 1	40401	Arte Rupestre	Covinha marcada no afloramento, em elevação com vários penedos dispersos.	Rebordões (Souto)	X120
Carvalho 2	40402	Arte Rupestre	Cruz gravada em penedo granítico. O traço maior mede 10 cm e o traço menor mede 8 cm. Contam-se quatro, duas delas abertas em nervuras naturais da rocha. A Sudoeste e Sudeste, dois maciços com covinhas insculpidas	Seara	X121
Costeira	40404	Arte Rupestre	Face de penedo orientada a Sudeste com um círculo e covinha concêntrica gravados.	Anais	X119
Varziela	40405	Arte Rupestre	Conjunto de gravuras circulares com covinha concêntrica. As figuras encontram-se muito desgastadas. Actualmente, situam-se no estradão de circulação	Cabaços e Fojo Lobal	X122
Chã de Oural	40419	Estrutura	Trata-se de uma estrutura indeterminada, que parece assemelhar-se a um montículo artificial (?) no entanto parece que a estrutura terá sido cortada a meio por caminho, provavelmente de acesso ao v.g. de Chã de Oural e entretanto terá sido desactivado estando plantado pinhal no local. Coloca-se a possibilidade remota de se tratar de um montículo, que a ser teria grandes dimensões, poderá ser igualmente apenas restos da abertura do acesso que se acumularam em cada um dos lados do caminho. A densa cobertura vegetal impediu uma cuidada análise do local.	Bárrio e Cepões	X129

Quadro 10- Listagem dos Valores arqueológicos inventariados mas sem geolocalização atribuída

Portal do Arqueólogo					
Designação	CNS	Período	Tipo	Descrição	Freguesia
Monte da Mó	3740	Indeterminado	Gruta Natural	Gruta de formação natural.	Facha
São Julião de Freixo	4501	Indeterminado	Monumento Megalítico	Conjunto megalítico constituído por três mamoa.	Sem freguesia atribuída
Outeiro dos Casais	4502	Indeterminado	Monumento Megalítico	Monumento Megalítico sem caracterização.	Sem freguesia atribuída
Santa Cruz do Lima	4810	Idade do Ferro e Idade Média	Achado(s) Isolado(s)	Capitel em granito em depósito no Museu do Seminário de Braga.	Sem freguesia atribuída
Paço	4960	Romano	Forno	Sem descrição	Calheiros
Lima	4978	Indeterminado	Indeterminado	Restos de estruturas em ruínas que se estendem a Sul do rio Lima referenciadas na publicação "Limia e Brutobriga. In O Arqueólogo Português. Lisboa. 1ª série: 5, p. 24".	Calheiros
Limia	4981	Indeterminado	Inscrição	2 Inscrições no frontispício da Capela de S.Pedro.	Sem freguesia atribuída
Áurea	5033	Romano	Fortificação	Recinto amuralhado com estruturas.	Sem freguesia atribuída
São Pedro de Arcos	10452	Indeterminado	Sepultura	Sem descrição na publicação "Necrópole cristã de Tavarez (Arcos de Valdevez). In O Arqueólogo Português. Lisboa. 1ª série: 29, p. 8392".	Sem freguesia atribuída
Quinta de Matações	10456	Indeterminado	Sepultura	Descobriu-se na Quinta de Matações duas sepulturas e um moinho de mão de pedra.	Labruja
Arca 1	10620	Neocalcolítico	Mamoas?	Morfologia indeterminada.	Fornelos e Queijada
Quinta da Carcaveira 4	11319	Romano	Indeterminado	No topo de uma plataforma foram encontrados materiais de construção romanos (tégula).	Cabração e Moreira do Lima
Quinta dos Pentieiros	11322	Romano	Habitat	Assentamento romano alto imperial com um pequeno troço de muro de pedra solta.	Estorãos
Castro de Vinhó	11354	Romano	Povoado Fortificado	Trata-se de um castro com duas fases distintas de ocupação. Uma mais antiga de ocupação castreja, cortada por muros da fase mais recente, esta última ligada ao funcionamento de habitação. Cronologicamente e pela análise da cerâmica aí presente é um habitat que terá sido construído nos finais do século I ou mesmo já nos inícios do século II.	Beiral do Lima

Labruja/ Espinheiro	15694	Romano	Marco miliário	Segundo Capela, este marco miliário encontrava-se num cunhal de uma casa edificada na localidade de Espinheiro, tendo sido posteriormente trasladado para o jardim das Estradas de Portugal de Viana do Castelo. O miliário foi construído em granito de grão grosso, apresenta um corte transversal que mutilou a inscrição. Contudo, apesar de serem apenas legíveis cinco linhas, parece corresponder a um miliário de um dos filhos de Constantino Magno, Constante ou Constâncio II. Apesar de o número de milhas se achar incompleto, sendo apenas visível o número XVI, de acordo com a interpretação de Colmenero, este marco deverá corresponder à milha XXVI. Apresenta a seguinte inscrição:/ ...FLAV /TANT.../ FILIO / I.ET.VA//...../...../ ...XVI. (Atualizado FB_2019/09/06	Labrujô, Rendufe e Vilar do Monte
Casais	18035	Idade do Ferro	Povoado	Outeiro com excelentes condições naturais para a implantação de um castro. Presença dos alinhamentos de pedras que corresponderão a muros e registaram-se alguns fragmentos de cerâmica muito rolada.	Estorãos
Santo Ovídio	18037	Medieval Cristão	Capela	No topo do monte localiza-se a capela de Santo Ovídio, que é um monumento de planta retangular, com porta virada a poente. O exterior está pintado de branco e não possui elementos decorativos relevantes. A arca tumular, que na tradição popular foi o sepulcro de Santo Ovídio, está no interior de uma câmara descoberta, de planta retangular e abaixo do nível do solo. O acesso faz-se através de escadas. A arca tumular tem 190 cm de comprimento, 45 cm de altura e 60 e 85 cm de largura nos pés e na cabeceira, respetivamente. O túmulo, de configuração geométrica - antropomórfica, tem 165cm de comprimento., 30cm de altura e 37 e 55 cm de largura nos pés e na cabeceira. Num pequeno afloramento granítico e em face sub-vestical voltada a norte, à esquerda de quem sobe a escadaria que dá acesso à capela, está gravado um cervídeo e mais adiante, no mesmo afloramento, um cavaleiro com o respectivo cavalo	Sá
Labruja/ Freita	22940	Romano	Marco miliário	O miliário foi descoberto em 1974. O fragmento de miliário encontrava-se enterrado. Trata-se de uma parte superior de marco miliário, do qual apenas se conservam duas linhas de inscrição: DOM/ MAGN// Presentemente o marco encontra-se depositado no jardim das Estradas de Portugal de Viana do Castelo.	Labruja
<u>Piroga (Inf.Oral nº 2) – Fontão *</u>	24331	Indeterminado	Piroga	Piroga monóxila (P.Inf.Oral nº2) - ca. 3,8m de comprimento, 0,5 m de largura e 0,3/0,35 m de altura. Avistada e depois perdida.	Fontão
Barreiro	39014	Indeterminado	Vestígios de Superfície	Mancha de dispersão, com um raio de cerca de 20m, onde foram identificados fragmentos cerâmicos de fabrico manual. O conjunto é composto por oito fragmentos de reduzida dimensão. A pasta destas peças é arenosa, com desengordurantes grosseiros e cozedura oxidante	Ardegão, Freixo e Mato

* Meio aquático

Quadro 11- Listagem dos Valores arquitetónicos inventariados

Cod PDM	Título	Descrição	Antigas Freguesias
Y23	Pelourinho do Couto de Cabaços - fragmentos	Montagem levada a efeito em 1995, com dois fragmentos que se supõe terem pertencido ao monumento original. Ereto em frente da Casa do Povo, o local original parece ter sido o de um cruzeiro ainda existente no cimo da Rua Nova.	Cabaços
Y25	Cruzeiro do Arnado, local da antiga forca de Ponte de Lima	Cruzeiro do séc. XIX, que se presume ter substituído a forca de Ponte de Lima, no local onde esta se achava.	Arcozelo
Y27	Chafariz da Vila	Chafariz atribuído ao Mestre limiano João Lopes, originalmente concebido para colher as águas de Merim e colocado em 1603 no espaço correspondente ao atual Largo Dr. António de Magalhães, de onde transitou para o Largo de Camões em 1927.	Ponte de Lima
Y36	Igreja Paroquial (Santa Comba)		Santa Comba
Y44	Igreja Paroquial (Correlhã)		Correlhã
Y109	Teatro Diogo Bernardes	Criado por iniciativa de um reduzido grupo de entusiastas limianos que, para o efeito, lançaram uma subscrição pública de ações, este edifício foi construído em 1899 e recentemente restaurado e de novo aberto ao público.	Ponte de Lima
Y112	Quinta da Baldrufa, incluindo casa, portão nobre, fonte, área de cultivo, pinhal e cruzeiro	Casa solarenga do séc.XVIII de reduzida expressão arquitetónica e com evidentes alterações posteriores.	Ponte de Lima
Y119	Casa onde viveu o General Norton de Matos	Constituída por dois corpos de raiz setecentista, sofreu esta casa algumas modificações no séc. XIX. Pertenceu ao General Norton de Matos e aqui se conservam inúmeros testemunhos da sua vida.	Ponte de Lima
Y127	Casa de Luou	Casa solarenga setecentista com alterações posteriores, mais significativas na remodelação oitocentista da fachada sudoeste. A área de proteção abrange a propriedade, na sua quase totalidade reconvertida em vinha.	Santa Cruz
Y132	Casa da Cachadinha	Casa solarenga setecentista, constituída pela articulação de diferentes corpos já existentes, que lhe determinaram uma planta em U. Nele encaixa uma varanda alpendrada com escada de acesso em dois lances contíguos e um curioso pórtico.	Souto de Rebordões
Y134	Casa de Albergaria	Casa solarenga setecentista, armoreada de feição urbana e com dois pisos, faceando a antiga estrada real de Braga, no lugar que foi sede do extinto concelho de Albergaria de Penela.	Anais
Y136	Casa da Torre de Pousada	Casa solarenga com origem numa torre erguida em meados do séc. XVI, desastrosamente demolida há cerca de 40 anos. O edifício atual, incluindo a respetiva Capela, datam do séc. XVIII, desenvolvendo-se o conjunto edificado em torno de um pátio fechado.	Calvelo
Y139	Casa de Proence	Casa solarenga setecentista de planta em L.	Sandiães
Y140	Casa de Vermil	Casa solarenga setecentista de planta em L, recentemente restaurada com adulteração da sua estrutura original. Junto à estrada fica o portão nobre armoreado, do final do séc. XVIII e em frente, do lado contrário da estrada, uma outra casa e Capela.	Ardegão
Y148	Casa Grande de Além da Ponte	Edifício setecentista de dois pisos a que foi acrescentado, já no séc. XIX, um terceiro piso assotado e um remate da fachada ao gosto neoclássico, onde se salienta a pedra armas.	Arcozelo
Y149	Casa do Espírito Santo		Feitosa

Cod PDM	Título	Descrição	Antigas Freguesias
Y150	Casa Grande da Rua de Além da Ponte	Palacete urbano que se impõe pela sua traça e dimensão, na velha Rua de Além da Ponte, apresenta uma fachada percorrida por janelas de sacada com remates decorativos que denunciam a origem do edifício no 3º quartel do séc. XVIII.	Arcozelo
Y152	Igreja Paroquial (Vilar das Almas)		Vilar das Almas
Y153	Casa da Quinta da Torre	Casa solarenga setecentista, apresentando um corpo alongado corrido por uma varanda de madeira, em ângulo reto com a Capela. O portão nobre, armoreado, que encerra o terreiro da entrada, é da mesma época.	Poiares
Y17	Moinho de rodízio no Torrão	Moinho de rodízio com 3 mós, duas das quais ainda em funcionamento, no rio Trovela.	Santa Maria de Rebordões
Y31	Igreja de Santo António da Torre Velha incluindo as duas alminhas	Igreja dedicada a Santo António, construída entre 1803 e 1814, junto à Torre Velha que existia entre os dois troços da ponte. Substitui, no mesmo local, uma pequena ermida, mais antiga, dedicada a Nossa Senhora da Esperança.	Arcozelo
Y32	Capela de S. Bartolomeu da Casa da Freiria	É o que resta, com a sacristia e um portão lateral da opulenta casa da Freiria, onde nasceu o célebre Conde da Feira D. Jaime Pereira Forjaz. A excelente qualidade da talha dos seus retábulos, do final do séc. XVIII, presumem a autoria de André Soares.	Arcozelo
Y34	Igreja Paroquial (Moreira), incluindo o cruzeiro do Senhor do Roubão que está sob sua custódia	Igreja setecentista com interessante fachada com duas torres sineiras. O cruzeiro do Senhor do Roubão, que esteve até há poucos anos no caminho de acesso à Casa de Pentieiros, em S. Pedro de Arcos, é um raro exemplar do séc. XVI.	Moreira
Y35	Igreja Paroquial (Sá) e recinto do Senhor da Saúde	Igreja setecentista, integrada num recinto arborizado de belo efeito cénico onde tem lugar a afamada e concorrida romaria do Senhor da Saúde.	Sá
Y37	Igreja Paroquial (Cabração)	Igreja barroca onde se realça, numa Capela lateral, um magnífico retábulo em talha de granito.	Cabração
Y38	Igreja Paroquial (Estorãos)		Estorãos
Y39	Capela de Nossa Senhora das Neves	Pequena Capela de romaria, setecentista, com nártex e um curioso retábulo barroco em cantaria lavrada.	Arcos
Y40	Igreja Paroquial (Arcos)	Templo profundamente remodelado no séc. XVIII mas com evidentes vestígios da sua origem medieval e de outras reformas posteriores, nomeadamente restos de pintura a fresco desintegrados de contexto em pedras avulsas da alvenaria das paredes.	Arcos
Y45	Capela de Santa Maria Madalena	Capela barroca, da 2ª metade do séc. XVIII, trasladada cerca de 1930 para este local e proveniente da Casa da Boavista, em Moreira de Lima (Vid. Y81). No seu interior conserva-se parte do retábulo primitivo da Igreja da Santa Casa da Misericórdia.	Arca
Y48	Igreja de Nossa Senhora da Lapa	Templo consagrado em 1763, com um exuberante retábulo do 3º. quartel do séc. XVIII. Obra inacabada, ficou muito longe do ambicioso projeto inicialmente concebido. Interessante localização num largo densamente arborizado.	Ponte de Lima
Y53	Igreja Paroquial (Ribeira), incluindo as alminhas junto à EN 203	Templo de origem românica, provavelmente do séc. XIII, de que conserva ainda duas portas laterais e alguns modilhões esculpidos. A localização é privilegiada por uma magnífica panorâmica sobre um meandro do rio Lima.	Ribeira
Y56	Igreja Paroquial (S. M. Rebordões), incluindo o cruzeiro		Santa Maria de Rebordões
Y57	Igreja Paroquial		Vitorino de

Cod PDM	Titulo	Descrição	Antigas Freguesias
	(Vitorino de Piães)		Piães
Y58	Igreja Paroquial (Poiares)		Poiares
Y59	Igreja Paroquial (Freixo)		Freixo
Y72	Casa e portão nobre da Quinta de Sabadão, incluindo a Azenha da Rebimba	Casa solarenga de pequena dimensão, da primeira metade do séc. XVIII, com varanda alpendrada em madeira, na fachada norte, acrescentada em data recente. Contrastando com a singeleza do edifício, o portão nobre armoreado, datado de 1731.	Arcozelo
Y73	Casa de Pombeiro de Sabadão, incluindo o portão nobre	Casa solarenga da 2ª metade de setecentos, apresenta na frente uma varanda com dupla colunata toscana e, no seu enfiamento, adossada à fachada, uma escadaria simples que pressupõe uma solução de recurso não prevista no projeto original.	Arcozelo
Y78	Casa do Bárrio	Casa solarenga de dois pisos, elevada no ângulo setentrional por um torreão de 3 pisos. Na fachada meridional, uma varanda alpendrada com escadaria frontal. Portão nobre com cronograma 1726 na peanha da cruz central.	Moreira
Y80	Casa do Espírito Santo	Casa solarenga setecentista, de planta em L, bem dimensionada, mas já muito prejudicada por intervenções infelizes no seu interior, nomeadamente com a demolição de um teto artesoadado e policromado figurando a bandeira regimental de D. Miguel.	Moreira
Y98	Casa das Torres	Casa solarenga da segunda metade do séc. XVIII, constituída por um corpo central flanqueado por duas torres, numa solução corrente na época e nesta região, mas valorizada pelo aparato decorativo das molduras dos vãos.	Facha
Y2	Ponte da Geia ou Arco da Geia, sobre o rio Labruja	Ponte de um arco, de filiação romana e posteriormente reformulada, sobre o rio Labruja, onde passa o Caminho de Santiago.	Arcozelo
Y3	Ponte Nova, sobre o rio Labruja	Pequena ponte medieval de um arco redondo, com aduelas sigladas, sobre o rio Labruja (neste troço também designado rio Mestre)	Labruja
Y4	Ponte do Arquinho, sobre o ribeiro de S. João	Pequena ponte de um arco, de origem romana, sobre a ribeira de S. João, a montante da sua afluência no rio Labruja, posteriormente reformada em cavalete, aspeto que também já hoje não tem.	Labruja
Y7	Ponte do Arquinho, sobre o rio Labruja	Ponte sobre o rio Labruja, de dois arcos quebrados, com silharia siglada, provavelmente do séc. XV.	Arcozelo
Y8	Ponte da estrada velha, sobre um afluente do rio Estorãos, na Veiga	Ponte medieval de um arco redondo, sobre o ribeiro da Leira Longa, na veiga de Bertandos, hoje praticamente soterrada em lodos que assorearam o leito do curso de água.	Bertandos
Y9	Ponte de Barros, sobre o rio Trovela	Ponte de um arco de volta inteira ligeiramente apontado, sobre o rio Trovela, cronologicamente atribuída ao séc. XVI / XVII, mas em local onde passava uma via romano-medieval, depois Caminho de Santiago.	Correlhã
Y10	Ponte de Barreiros com 3 arcos, sobre o rio Trovela	Ponte sobre o rio Trovela, com 3 arcos de volta inteira, sendo maior o central, o que lhe cria um ligeiro cavalete. Data provavelmente da primeira fase da época moderna.	Correlhã
Y11	Ponte de Monterroso, sobre um afluente do ribeiro do Couto	Também conhecida por Ponte do Cruzeiro, com um arco de volta inteira, é fábrica provável da época moderna.	Gondufe
Y12	Ponte Velha, na via romana de Braga, sobre o rio Trovela	Ponte de um arco redondo sobre o rio Trovela, em desuso por ter sido substituída pela que atualmente serve a N201, pode datar-se da época moderna, sucedendo assim a outra mais antiga que servia a via militar romana XIX.	Fornelos

Cod PDM	Título	Descrição	Antigas Freguesias
Y13	Ponte do Arquinho, na estrada velha de Viana, sobre a ribeira da Silveira	Ponte de um arco redondo, da época moderna, que servia a velha estrada real Ponte de Lima - Viana, substituída, a jusante, pela que atualmente serve a N202.	Fontão
Y14	Ponte de 2 arcos sobre o Trovela	Ponte de dois arcos ligeiramente abatidos, sobre o rio Trovela, atribuível ao período reformador do séc. XIX.	Santa Maria de Rebordões
Y15	Ponte da Veiga, sobre o rio Pontido, incluindo o marco bragantino	Pequena ponte de um arco redondo, na veiga de Vitorino, presumivelmente da época moderna. Junto a ela existia um marco seiscentista de delimitação de freguesia, com as armas da Casa de Bragança., retirado pela Junta de Freguesia (e à sua guarda).	Vitorino das Donas
Y16	Moinho e Engenho de Abel, atualmente em ruínas	Antigo engenho de serrar madeira, sobreposto a um moinho de rodízio, atualmente transformado, junto à ponte de Outeiro e documentalmente datado de 1737.	Vitorino das Donas
Y5	Ponte do Arco, sobre o Rio Labruja	Ponte de um arco de volta redonda, a que geralmente se atribui filiação romana, parecendo mais certo ser do séc. XVI ou mesmo posterior. Por aqui passa o Caminho de Santiago.	Cepões / Labruja
Y81	Portão nobre da Casa da Boavista	Portão nobre setecentista de grande aparato, coroado de volutas, com duas pedras de armas e lápides epigrafadas referindo a data de 1704, anterior à sua construção.	Moreira
Y86	Capela da Quinta de Mato Bom	Capela seiscentista consagrada a S. João, que pertencia à casa solarenga dos Magalhães (hoje totalmente transfigurada) onde, segundo a tradição, terá nascido ou, pelo menos, tinha origem, o navegador Fernão de Magalhães.	Estorões
Y18	Azenha do Arquinho	Engenho no rio Labruja, de duas rodas, de que resta uma, inserido em curioso edifício com um torreão, reformulado no séc. XIX e que se conserva com algumas adaptações recentes.	Arcozelo
Y22	Pelourinho de Albergaria de Penela - fragmentos	Reconstituição com um fragmento original	Anais
Y145	Portão, chafariz, fragmentos lapidares e outros vestígios do antigo Convento de Vale de Pereiras	Conjunto lapidar interessante de elementos decorativos, cartelas e diversos fragmentos que pertenceram ao antigo Convento das freiras clarissas de Vale de Pereiras, inexoravelmente demolido em meados do séc. XIX.	Arcozelo
Y100	Casa da Quinta do Bom Gosto, incluindo o portão e o aqueduto	Singular edifício construído em 1891, numa profusão eclética de estilos que resume, afinal, a fantasia de um brasileiro de torna-viagem que pretendeu reunir no seu próprio espaço, todas as referências culturais que o fascinavam.	Seara
Y101	Casa de Nabais	Casa solarenga setecentista, com a fachada principal corrida de sacadas, voltada a noroeste, à antiga estrada real Ponte de Lima - Darque.	Seara
Y102	Casa do Morgado do Outeiro	Casa solarenga de origem setecentista, mas profundamente remodelada no séc. XIX, depois do incêndio que lhe foi posto na Guerra Civil, em 1836. Da origem pouco mais conserva que algumas paredes estruturais.	Correlhã
Y103	Portão nobre, incluindo a janela manuelina e Capela da Casa de Barreiros	Portão armoreado setecentista da antiga Casa de Barreiros, que tinha origem no séc. XV (demolida e substituída pela atual, um edifício de grande volume construído no início do séc. XX).	Correlhã
Y104	Casa onde nasceu o Beato Francisco Pacheco, incluindo o portão nobre, em Barrô	Casa seiscentista, mas com origem, pelo menos, no séc. XVI, onde nasceu o jesuíta Francisco Lopes Pacheco, martirizado no Japão em 1626 e mais tarde beatificado pela Igreja.	Correlhã
Y105	Casa da Torre Anta, incluindo a Capela e o portão nobre	Casa solarenga setecentista de planta em L, com varanda alpendrada e escadaria exterior de acesso. O edifício, com um corpo lateral de serviço, a Capela e o portão nobre fecham o	Correlhã

Cod PDM	Titulo	Descrição	Antigas Freguesias
		pátio-terreiro quadrangular.	
Y106	Casa da Pedrosa, incluindo a Capela de S. Francisco e o Cruzeiro de Braz Colaço Guerra	Casa nobre oitocentista que encabeçava uma vasta administração agrícola, bem expressiva da tipologia da residência do lavrador de grande abastança que caracterizou a sociedade rural do séc. XIX nesta região.	Correlhã
Y107	Casa da Torre de Bouçapaio, incluindo a Capela e portão nobre	Casa solarenga setecentista de modesta dimensão quando comparada com a solene expressão do portão nobre amoreado. À ilhargá do portão, uma Capela da mesma época. O conjunto edificado tem, contudo, uma harmonia que merecia melhor tratamento.	Correlhã
Y115	Vila Moraes, incluindo o jardim com as suas árvores, lago e construções ornamentais	Palacete construído em 1892 por João Rodrigues Moraes, um rico brasileiro de torna-viagem oriundo de Ponte de Lima. Localiza-se num excelente parque arborizado, onde se destaca um castelo revivalista, um pavilhão galante, um lago e uma gruta.	Ponte de Lima
Y116	Alcaldaria-mor, incluindo o cubelo medieval e panos de muralha anexos	A alcáçova dos Alcaldes, que foram Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima, foi iniciada em 1469, e sofreu depois diversos acrescentos e excertos, nomeadamente no corpo central.	Ponte de Lima
Y117	Vila Belmira	Curioso exemplar do revivalismo romântico do final do séc. XIX, nasceu do sonho do médico Inácio Pereira de Freitas, inspirado, como D. Fernando II com o Palácio da Pena, nos magníficos castelos da Baviera.	Ponte de Lima
Y121	Casa da Garrida Velha, incluindo a Capela	Casa solarenga setecentista que, apesar do estado geral de degradação em que se encontra, conserva ainda um curioso conjunto fortificado com sistemas de defesa contra ladrões.	Ribeira
Y122	Casa do Barreiro e construções envolventes, incluindo o portão nobre e a Capela	Casa solarenga setecentista profundamente remodelada com acréscimos nos anos 40 do séc. XX, concebidos segundo a cartilha da Renascença Portuguesa, que lhe conferiram um valor acrescentado muito significativo	Gemieira
Y123	Casa dos Casais	Casa solarenga setecentista com diversas alterações posteriores, constituída por um corpo em L rematado por pesado torreão. A Capela é da mesma época.	Gemieira
Y124	Casa de Abades, incluindo a quinta	Casa solarenga setecentista, de dimensão modesta, valorizada pelo portão e a pequena Capela, da mesma época, que lhe fica à ilhargá.	Gandra
Y125	Casa de Navais, incluindo o portão nobre	Casa solarenga da 2ª metade do séc. XVIII, singela, com uma varanda alpendrada volvida a nascente. Merece referência o portão nobre armoreado.	Gandra
Y128	Paço de Beiral, incluindo o portão nobre	Bom exemplar da casa-torre setecentista, apresenta um corpo simples com uma escadaria frontal em três lances articulados, de grande efeito decorativo.	Beiral
Y129	Casa do Anquião, incluindo o portão nobre	Casa solarenga seguinte, nomeadamente o portão nobre armoreado. Merece especial destaque a Capela, já do início do séc. XVIII, com um excelente retábulo barroco.	Fornelos
Y130	Casa do Soalheiro	Casa solarenga setecentista com intervenções posteriores, de planta em U, apresentando a Capela no topo de um dos corpos laterais. Na frente desenvolve-se um pátio-terreiro fechado pelo portão nobre.	Souto de Rebordões
Y131	Casa da Quinta das Fontes	Casa solarenga da 1ª metade do séc. XIX, resultante da reconstrução de outra já existente. De grande efeito cenográfico quando observada do quadrante poente-sul, apresenta uma planta com desenvolvimento em L.	Souto de Rebordões
Y133	Casa do Baganheiro	Casa solarenga de origem setecentista e posteriormente remodelada, de planta em L.	Queijada
Y135	Casas Novas, incluindo	Casa solarenga setecentista, que se julga ter resultado da	Anais

Cod PDM	Título	Descrição	Antigas Freguesias
	Capela e cruzeiro	reconstrução de um ou vários edifícios muito mais antigos, de que conserva ainda vestígios não estudados e que justificam a própria designação.	
Y137	Paço de Merece	Casa solarenga com existência documentada desde o séc. XIV e que é tida como o solar dos Regos, deve ter sofrido sucessivas modificações, sendo bem evidente a reforma setecentista e o restauro efetuado em meados do séc. XX.	Calvelo
Y138	Casa de Santa Vaia, incluindo o portão nobre	Casa solarenga construída provavelmente no final do séc. XVIII, no assento de um antigo convento medieval, com provável aproveitamento da sua estrutura remanescente.	Gaifar
Y141	Casa de Estreje, incluindo a Capela	Casa solarenga setecentista, com Capela anexa, da mesma época. De salientar, na definição da fachada, sob a pedra de armas, o arco que permite a ligação, ao nível do piso térreo, ao tardo do edifício.	Ardegão
Y145	Portão, chafariz, fragmentos lapidares e outros vestígios do antigo Convento de Vale de Pereiras	Conjunto lapidar interessante de elementos decorativos, cartelas e diversos fragmentos que pertenceram ao antigo Convento das freiras clarissas de Vale de Pereiras, inexoravelmente demolido em meados do séc. XIX.	Arcozelo
Y146	Casa das Regadas	Casa solarenga setecentista de planta em L, com a fachada nascente virada ao rio Lima, corrida no andar por uma esbelta varanda alpendrada e com a escadaria de acesso, em 2 lances, encaixada na articulação dos dois corpos.	Arcozelo
Y151	Casa de Crasto	Casa solarenga do início do séc. XVIII, com uma interessante varanda de dupla alpendrada na fachada norte, volvida ao rio Lima. Tinha uma magnífica Capela, demolida no início do séc. XX, de que se conservam ainda uma interessante lápide.	Ribeira
Y28	17 Edifícios no Bairro das Pereiras	Conjunto de 17 edifícios localizados na Rua Beato Francisco Pacheco, Largo de S. João, Calçada dos Artistas, Rua Formosa, Rua Capitão José de Abreu Coutinho e Rua das Neves, que conservam aparente a composição arquitetónica quinhentista.	Ponte de Lima
Y54	Igreja Paroquial (Gondufe)	Templo setecentista, conservando no interior retábulos em talha barroca de assinalável valor.	Gondufe
Y24	Cruzeiro e Capela da Senhora da Luz	Capela setecentista e torre revivalista do séc. XX. Retábulos barrocos e imaginária de valor assinalável. Cruzeiro exuberantemente talhado, do séc. XVIII, a que faltam a imagem de vulto e a tábua votiva que preenchiam as edículas.	Arcozelo
Y42	Capela de Nossa Senhora das Neves	Pequena Capela de romaria com nártex e púlpito exterior epigrafado, de origem seiscentista e com reformas posteriores. Fica adjacente à antiga estrada real, que foi Caminho de Santiago.	Correlhã
Y55	Igreja Paroquial (Fornelos), cruzeiro e capela funerária	Templo marcado pela reforma setecentista, mas que não esconde as suas origens muito mais antigas, designadamente numa epígrafe do tardo da Capela-mor, que identifica a obra mandada executar pelo Abade Afonso Anes em 1533.	Fornelos
Y55	Igreja Paroquial (Fornelos), cruzeiro e capela funerária	Templo marcado pela reforma setecentista, mas que não esconde as suas origens muito mais antigas, designadamente numa epígrafe do tardo da capela-mor, que identifica a obra mandada executar pelo Abade Afonso Anes em 1533.	Fornelos
Y69	Casa do Barrenho	Casa solarenga dos finais do séc. XVIII, constituída por um corpo corrido e elevado no topo norte por um pequeno torreão armoreado que terá, inicialmente, integrado uma capela.	Calheiros
Y70	Casa do Cardido, incluindo o chafariz, jardim e mata com os seus lagos	Casa solarenga com origem no séc. XVIII, sendo dessa época o corpo principal e o torreão sul. No final do séc. XIX foi-lhe acrescentando o torreão norte. É também do séc. XVIII o portão nobre e armoreado.	Brandara
Y74	Casa e Portão nobre da		Arcozelo

Cod PDM	Título	Descrição	Antigas Freguesias
	Quinta da Conceição		
Y75	Casa da Granja, incluindo a Capela e o portão nobre	Magnífico exemplar de casa solarenga dos inícios do séc. XVIII, constituído por um corpo com fachada percorrida por ampla varanda de dupla arcada. O portão, já sem ameias, é ainda seiscentista, conservando desta época duas pedras de armas.	Arcozelo
Y76	Casa da Ferreira, em Faldejães	Casa solarenga do primeiro quartel do séc. XVIII semelhante um palacete urbano com fachada de dois pisos percorrida por 5 janelas de sacada. A inexorável ruína em que se encontra comprometeu já todo o interior, nomeadamente o retábulo da Capela.	Arcozelo
Y79	Casa da Quinta das Cruzes	Casa setecentista realçada por um pequeno torreão no topo meridional, integrando um belo cenário. Aqui se estabeleceu, no último quartel do séc. XIX uma das primeiras escolas agrícolas do país, fundada pelo Agrónomo Manuel Rodrigues Morais.	Moreira
Y82	Casa da Carcaveira, incluindo a Capela, ferreiro, portão, alameda e tanque	Imponente casa solarenga setecentista, embora documentalmente se comprove a sua pré-existência em local próximo ainda em meados do séc. XVI. A alameda de entrada tem início num tanque de aparato que alimentava os jardins.	Sá
Y83	Casa da Laje ou Casa Grande, incluindo o portão	Casa solarenga do final do séc. XVIII, bem conhecida por ter pertencido ao célebre Conde da Barca.	Sá
Y84	Casa de Pentieiros, incluindo a Capela e a fonte	Casa solarenga seiscentista armoreada, mas com origem anterior. Entre a pequena Capela independente, a sul, e a casa, encaixa-se uma casa de fresco com fonte, que coleta as águas vertentes de um talvegue da vertente que lhe fica a cavaleiro.	Arcos
Y87	Portão, Capela e Cruzeiro da Quinta de S. Bento, incluindo o muro alto ao longo do CM 1237-1	Portão aparatoso, datado de 1734, envolvendo uma Capela ainda seiscentista, com um interessante retábulo lavrado em cantaria de granito. O terreno que o precede tem um interessante cruzeiro epigrafo. A casa de habitação não chegou a ser concluída.	Fontão
Y87	Portão, Capela e Cruzeiro da Quinta de S. Bento, incluindo o muro alto ao longo do CM 1237-1	Portão aparatoso, datado de 1734, envolvendo uma Capela ainda seiscentista, com um interessante retábulo lavrado em cantaria de granito. O terreno que o precede tem um interessante cruzeiro epigrafo. A casa de habitação não chegou a ser concluída.	Fontão
Y88	Casa do Retiro, incluindo espigueiro, eira e outros anexos agrícolas, portão e muro ao longo do CM 1237-1	Casa solarenga do início do séc. XIX, com portão armoreado e em cujo assento de lavoura se destaca, junto à eira, um dos maiores espigueiros em pedra da região. Com muro que acompanha o arruamento fronteiro.	Fontão
Y89	Casa Grande, incluindo o portão nobre	Casa solarenga setecentista, com origem, pelo menos, no séc. XVII. Constituída por um corpo com escadaria frontal de acesso ao piso nobre, insere no ângulo nordeste um imponente torreão de 3 pisos.	Fontão
Y90	Casa da Torre da Passagem	Casa solarenga de planta em L com um torreão na articulação, perfilhando uma solução tão em voga no séc. XVIII. Para além do portão original, armoreado e da mesma época. Este portão está classificado: Imóvel de Interesse Público	Vitorino das Donas
Y92	Casa do antigo Mosteiro das Donas e Igreja Paroquial	Casa solarenga constituída no séc. XVIII a partir da estrutura do antigo mosteiro beneditino das Donas de Vitorino, que vinha já da Idade Média e fora extinto em 1605.	Vitorino das Donas
Y93	Casa da Pousada, incluindo o portão nobre	Casa solarenga do início do séc. XVIII, apresentando uma varanda corrida na fachada sul que nunca chegou a ser coberta. Conserva ainda, sobre uma linha de água que percorre a propriedade, a estrutura de uma antiga fonte de recreio.	Vitorino das Donas
Y95	Casa do Paço, portão nobre e Capela	Trata-se, provavelmente, da casa senhorial mais antiga do concelho de Ponte de Lima, que se presume ser o solar	Facha

Cod PDM	Titulo	Descrição	Antigas Freguesias
		medieval dos Velhos. Conserva ainda parte de uma torre com duas portas ogivais, do séc. XIII-XIV.	
Y96	Casa do Casal, incluindo a Capela e o pombal	Casa solarenga setecentista adotando a solução arcaizante de planta em U pela conjugação de diferentes corpos já existentes e articulados com essa intenção. A escassos 100 metros, a nascente, as ruínas de um antigo pombal.	Facha
Y97	Casa de Santo António da Pedreira, Capela e Quinta anexa	Curioso exemplar de casa-torre setecentista, com Capela anexa, com evidentes alterações do séc. XIX. A área de classificação assinalada, que se considera exagerada, tem em conta os limites propostos ao IPPAR como objeto de classificação.	Facha
Y99	Casa Grande, incluindo o portão e o aqueduto	Casa solarenga setecentista, remodelada no séc. XIX, mas conservando uma ampla fachada original, corrida de sacadas e volvida a norte. A escadaria de acesso na fachada poente, em frente ao portão nobre, não parece ter sido concluída.	Seara

8 - RISCOS AO USO DO SOLO

Cumprindo o disposto no PNPOT, o PDM de Ponte de Lima delimita as áreas de suscetibilidade a perigos e de risco, definidos na diretriz 70. Estas áreas encontram-se espacializadas fundamentalmente na Planta de Condicionantes Gerais, mas também na Planta de Condicionantes – Anexo I – Planta de Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS) e na Planta de Riscos ao Uso do Solo que integra os Elementos Complementares do PDM.

Os riscos naturais e tecnológicos no território de Ponte de Lima, são identificados na planta de Riscos ao Uso do Solo que integra os elementos complementares e são os seguintes:

Quadro 12- Riscos naturais e tecnológicos no território de Ponte de Lima

<u>Riscos Naturais</u>	Zonas ameaçadas pelas cheias
	Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação
	Áreas de instabilidade de vertentes
	Vagas de Frio
	Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo
	Vagas de frio
	Invasão por Acácias
	Cheias
<u>Riscos Tecnológicos</u>	Acidentes rodoviários
	Postos de combustíveis
	Acidentes no transporte de mercadorias

	Colapso de pontes e passagens superiores
	Pirotecnia
Riscos Mistos	Perigosidade de Incêndios florestais Alta e Muito Alta

Fonte: PMEPC Ponte de Lima

Considerando que maioritariamente os riscos assinalados decorrem das alterações climáticas em curso, torna-se necessário o estabelecimento de medidas necessárias à adaptação dos territórios. Complementarmente, são os riscos inerentes às características do próprio território, como sejam as questões ligadas à orografia, ao relevo e à geologia pelo que foi importante considerar os riscos identificados e espacializar na elaboração da proposta de ordenamento as necessárias exclusões para que o resultado da classificação e qualificação do solo determine quais as áreas mais adequadas para localização das diversas funções e atividades humana, permitindo desse modo mitigar as eventuais ocorrências de impactes importantes sobre estruturas edificadas e a população em geral.

No que se refere à integração de medidas quer de adaptação quer de mitigação, aos riscos naturais, podemos referir desde logo, a espacialização destas áreas e o estabelecimento no articulado do regulamento de medidas que restringem a sua edificação ou utilização, prevenindo quer o aumento dos riscos quer a exposição da população a esses risco, como se verifica nas zonas ameaçadas pelas cheias, nas zonas inundáveis. No que se refere às áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo e às áreas de instabilidade de vertentes, estas áreas foram excluídas na espacialização das áreas edificáveis (categorias do solo urbano e as categorias de aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa) para que não se edifiquem habitações, equipamentos ou outras atividades humanas nessas áreas e, desse modo, não se coloquem em risco as populações.

No que se refere aos riscos mistos identificados e que dizem respeito às classes muito alta e alta de perigosidade de incêndio florestal, prevê-se que estes possam ser potenciados pelas alterações climáticas pelo que importa sistematizar no presente relatório, em linha com os documentos PNOPT e PIAAC do Alto Minho, os seguintes impactos causados pelas alterações climáticas:

– Degradação e perda de recursos ambientais

Nesta vertente verifica-se a possibilidade de ocorrência de alterações nas seguintes áreas:

- perda de produtividade (provocada pelo calor e as mudanças na floração das plantas),
- diminuição da disponibilidade hídrica (provocando períodos de seca);
- alterações na paisagem;
- na biodiversidade, da fauna e da flora.

– Riscos e vulnerabilidades:

Verifica-se a possibilidade de ocorrências de:

- cheias dos rios, no caso do rio Lima, implica o aumento da área potencial de intrusão salina (águas de transição);
- de intensificação de ondas de calor, com impactes na saúde humana e
- aumento dos incêndios florestais,
- propagação de espécies invasoras (fauna e flora).

- Alterações económicas e sociais

Consequente aumento do consumo de energia para climatização e/ou rega.

• Mitigação das alterações climáticas

Relativamente à implementação das medidas que visam mitigar e adaptar o território municipal de referir que se encontra em curso a elaboração do “Plano Municipal para a Ação Climática” (PMAC, 2023), pelo IPVC. Ainda em consonância com o resultado da análise e das medidas preconizadas no PIAAC, a autarquia está a desenvolver como medida o “Plano de Arborização e Gestão Sustentável do Concelho de Ponte de Lima”, 2023.

O PDM de Ponte de Lima, visando a mitigação de alguns dos efeitos relativos às alterações climáticas, define na sua proposta de ordenamento e no articulado do regulamento as seguintes medidas diretas:

- Artigo 13º - Sistema de Conetividade, delimitação na Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo de “Áreas de maior dinâmica urbanística”;
- Artigo 17º - Organizar o território para uma economia circular;
- Artigo 18º - Ambiente Urbano;

- Artigo 19º - Adaptação e resiliência aos fenómenos meteorológicos

Assim, importa ainda referir que para além das medidas/intervenções diretas, consideramos como medidas indiretas, a estrutura das categorias e subcategorias do solo, assim como as áreas definidas para a Salvaguarda e Proteção do ambiente urbano, dos recursos naturais e culturais e devidamente reguladas no articulado do Regulamento. Destacamos neste aspeto:

- Definição da EEM e seu regime;
- Identificação das Zonas Inundáveis e seu regime;
- Identificação de Zonas de Infiltração Máxima e seu regime.

Complementarmente, considerando-se com estratégico para a mitigação de riscos para o ambiente a inclusão de novas fontes de produção de eletricidade, considera-se essencial a simplificação do licenciamento municipal de projetos de produção de energia elétrica por energias 100% renováveis.

No que se refere às medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano-florestal e de prevenção do risco de incêndio, definidas no PNPOT, na sua diretriz 71, evidencia-se a necessidade de fomentar a gestão de combustível, na proximidade das áreas identificadas na Planta 4 – Sobreposição das Áreas das classes Alta e Muito Alta de Perigosidade com o solo urbano e com o solo rústico. Visando atingir esse objetivo a proposta de plano, sempre que possível, delimitou e qualificou na envolvente dos aglomerados o uso dominante agrícola.

9 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

As condicionantes consideradas no presente PDM são as que seguidamente se identificam. Uma vez que cada condicionante tem o seu regime próprio será através da aplicação do regime definido no diploma legal em vigor para cada das condicionantes que se fará a sua gestão.

As condicionantes que ocorrem em Ponte de Lima e que se encontram espacializadas na Planta de Condicionantes e Anexos, são as seguintes:

1 – Recursos Hídricos:

- a) Domínio Hídrico
 - i) Leito e Margem das Águas Fluviais.
- 2 – Recursos Ecológicos:
- a) Reserva Ecológica Nacional (REN);
 - b) Área Excluída da REN;
 - c) *Rede Natura 2000* – Zonas Especiais de Conservação: ZEC Rio Lima - PTCON0020; ZEC Serra de Arga - PTCON0039; ZEC Corno do Bico - PTCON0040, e
 - d) *Sítio Ramsar* - Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos;
 - e) Rede Nacional de Áreas Protegidas: Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro de Arcos.
- 3 – Recursos Agrícolas e florestais:
- a) Reserva Agrícola Nacional (RAN);
 - b) Área Excluída da RAN;
 - c) Espécies florestais protegidas (sobreiro e azinheira e azevinho espontâneo);
 - d) Regime Florestal:
 - i) Perímetro Florestal da Serra de Arga;
 - ii) Perímetro Florestal de Entre Vez e Coura;
 - iii) Perímetro Florestal de Entre Lima e Neiva.
 - e) Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS);
 - f) Árvores e arvoredos de interesse público:
 - i. *Platanus hybrida* Brot. – Alameda;
 - ii. *Carpinus betulus* L. – Exemplar isolado.
 - g) Redes de Defesa (no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais – SGIFR):
 - i. Rede Primária de FGC;
 - ii. Rede secundária de FGC;
 - iii. Rede de pontos de água;
 - iv. Rede Nacional de Postos de Vigia:
 - iv.1) Nora – 28-01.
- 4 – Recursos Geológicos:
- a) Exploração de Massas minerais;
 - b) Exploração de depósitos minerais (concessões mineiras ou minas);
 - c) Prospeção e pesquisa de depósitos minerais.
- 5 – Património Cultural:
- a) Bens imóveis classificados;
 - b) Bens imóveis em vias de classificação;
 - c) Zonas de proteção:

- i. Zonas gerais de proteção (ZGP);
- ii. Zonas especiais de proteção (ZEP).

6 – Rede Rodoviária:

- a) Rede Rodoviária Nacional:
 - i) Rede Nacional Fundamental;
 - ii) Rede Nacional Complementar;
- b) Estradas Regionais, sob jurisdição da I.P.;
- c) Estradas Nacionais desclassificadas sob jurisdição da I.P.;
- d) Rede Municipal.

7 – Infraestruturas

- a) Rede Elétrica:
 - i. Infraestruturas da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT) e
 - ii. Infraestruturas da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND).
- b) Rede de Gás Natural:
 - i. Rede Nacional de Transporte de Gás;
 - ii. Rede Nacional de Distribuição e
 - ii) Estação de Reforço.

8 – Rede Geodésica Nacional:

- a) Vértice geodésico.

9 – Pirotecnia

10 – Sistema de Aviso à população da Barragem do Alto Lindoso e Touvedo:

- a) Sirene – Ponto de aviso nº 12 – Proposta EDP.

De referir e destacar que no que se refere às Redes de Defesa, no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais – SGIFR, não se encontram identificadas as Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustíveis, na Planta de Condicionantes, uma vez que o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), não espacializa essas áreas.

Considerando o número de condicionantes que ocorrem no território municipal de Ponte de Lima, optou-se por apresentar as mesmas nas seguintes plantas:

- Planta de Condicionantes, desdobrada em:
 - Planta de Condicionantes Gerais, esc. 1/10.000;
 - Planta de Condicionantes - Anexo I – Planta de Áreas prioritárias de prevenção e segurança (APPS);

- Planta de Condicionantes – Anexo II – Planta de Redes de Defesa no âmbito do Sistema de Gestão integrado de Fogos Rurais - SGIFR.

Naturalmente que algumas condicionantes carecem de atualização ao longo dos anos, como é o caso das classes altas e muito alta de perigosidade de incêndio florestal devendo por esse motivo a Autarquia proceder à sua atualização sempre que necessário.

Complementarmente, refere-se que no sentido da obtenção de uma informação atualizada, no que se refere aos valores naturais identificados na *Rede Natura 2000*, deve ser consultado o sítio respetivo da entidade da tutela.

9.1 - Reserva Ecológica Nacional

A reserva ecológica nacional elaborada em processo autónomo integra os elementos de revisão do PDM tal como inscrito na composição do Plano. As exclusões à REN elaboradas no contexto do referido processo encontram-se espacializadas na Planta de Condicionantes Gerais.

9.2 - Reserva Agrícola Nacional

A elaboração da reserva agrícola nacional constitui, igualmente em processo autónomo sendo que a RAN se encontra espacializada na Planta de Condicionantes Gerais. As áreas de exclusão encontram-se espacializadas em Carta autónoma do processo RAN. De referir que, no caso, das áreas excluídas não serem edificadas, essas mesmas áreas reverterem para a RAN.

A nova RAN decorrente da revisão do PDM de Ponte de Lima, na aplicação da metodologia em vigor e implementada pela CCDRN – Agricultura, promove o reforço da dimensão do ordenamento agrícola, visando os recursos endógenos e gerar novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais, assentes na promoção das atividades agrícolas e florestais, na valorização dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente no que se refere à água, solo e biodiversidade e nas atividades de turismo, lazer, recreação e cultura, estando em sintonia com o PNPOT, na diretriz 70.

9.3 – Domínio Hídrico

A representação desta condicionante decorre da metodologia definida pela APA e corresponde ao *Leito e Margem das Águas Fluviais*, encontrando-se identificada na Planta de Condicionantes Gerais.

Deste modo, optámos por incluir, nesta fase, totalidade dos troços a montante da REN constantes da cartografia de base homologada, ficando eventuais correções cartográficas sujeitas a posterior análise e eventual reformulação, em sede de licenciamento e consequentes correções materiais à Planta de Condicionantes. De referir que nesta fase se verifica a existência de traçados alterados, pelo que será necessário a sua validação pela APA.

A margem do rio Lima tem uma largura representada de 30m a jusante de Carregadouro/Carrapata e a restante rede hidrográfica definiu-se uma margem de 10 m.

Assim, de acordo com a última versão das orientações da APA, tivemos em consideração, na delimitação do Domínio Hídrico, os seguintes aspetos:

- A base da sua representação foi a cartografia homologada;
- Foram realizados alguns trabalhos de campo de verificação da evidência de leito;
- Na análise efetuada foram consultadas as Carta Militares, para confirmação da hidrografia representada, na identificação dos cursos de água em presença;
- Incluíram-se os troços integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN), nomeadamente os leitos dos cursos de água (CALM), quer aqueles representados por linhas quer os representados por polígonos (exemplo do Rio Lima), e ainda o troço do rio Lima que integra as Águas de Transição da REN, bem como os leitos das Lagoas da REN, eliminando assim eventuais discrepâncias na representação cartográfica entre ambas as SRUP;
- Tendo em conta o processo de delimitação da REN, importaram-se também as margens desses cursos de água e lagoas, que inclui uma margem de 30 metros aplicada ao Rio Lima, a jusante de Carregadouro/Carrapata;
- No caso das margens do troço do rio Lima, referente às águas de transição aplicou-se uma margem de 50 metros de largura, nomeadamente a jusante da

vila de Ponte de Lima, descartando a margem definida no processo REN para este mesmo troço (que aí era de 30m).

Tendo em consideração a solicitação da APA, em diferentes pareceres, criou-se uma coluna na *shapefile* que permite distinguir qual o tipo: leito ou margem das águas fluviais. Nessa mesma *shapefile* distinguiram-se os troços de linhas de água acrescentados à informação da cartografia base (coluna APA), e que passaram também a integrar o Domínio Hídrico.

Deste modo, apresenta-se a metodologia seguida, no processo de delimitação do leito e margem das águas fluviais (LMAF), na sua versão 2, tendo em consideração o último parecer da APA:

*"... poderá a CM optar por incluir, nesta fase, a totalidade dos troços a montante da REN constantes da cartografia de base homologada, ficando eventuais correções cartográficas sujeitas a posterior análise e eventual reformulação, em sede de licenciamento e consequentes correções materiais à Planta de Condicionantes."*²⁶

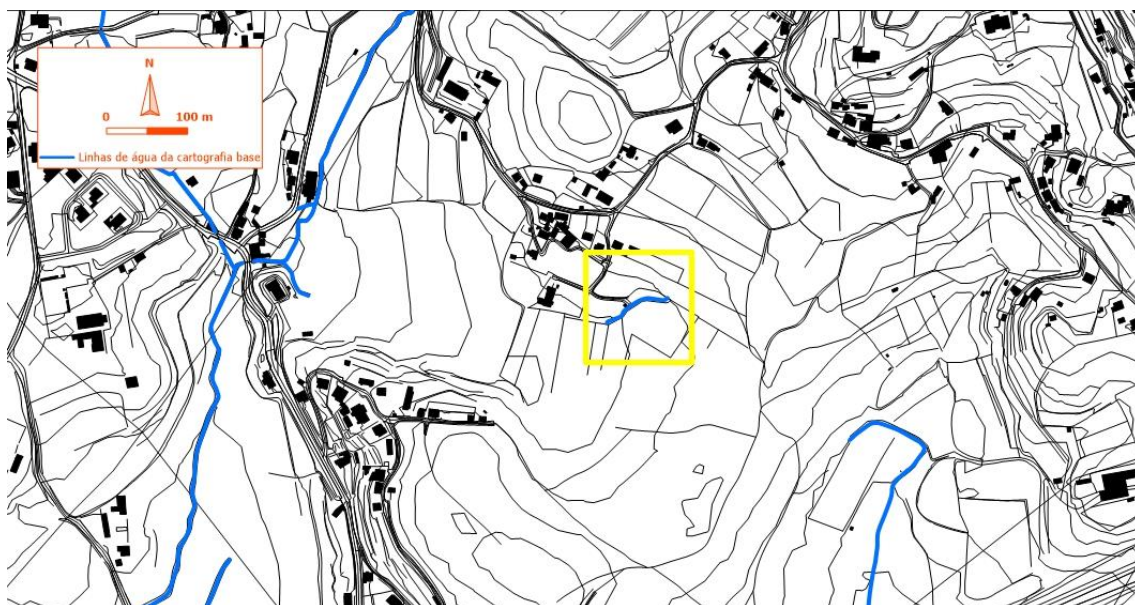
- Selecionaram-se as linhas de água da cartografia base, incluindo os trechos das linhas de água artificializados, nomeadamente os encanados/entubados/aquedutados etc.;
- Importaram-se os troços incluídos na proposta de Reserva Ecológica Nacional (REN) nomeadamente os leitos dos cursos de água (CALM), quer aqueles representados por linhas quer os representados por polígonos (exemplo do Rio Lima), e ainda o troço do rio Lima que integra as Águas de Transição da REN, bem como os leitos das Lagoas da REN, eliminando assim eventuais discrepâncias na representação cartográfica entre ambas as SRUP;
- Tendo em conta o processo de delimitação da REN, importaram-se também as margens desses cursos de água e lagoas, que inclui uma margem de 30 metros aplicada ao Rio Lima, a jusante de Carregadouro/Carrapata;
- Para o caso das margens do troço do rio Lima referente às águas de transição aplicou-se uma margem de 50 metros de largura, nomeadamente a jusante da vila de Ponte de Lima, descartando a margem definida no processo REN para este mesmo troço (que aí era de 30m).

²⁶ Página 11 do parecer da APA com ref S024525-202504-ARHN.DPI ARHN.DPI.00030.2021, datado de 23/4/2025.

De referir que os troços que sejam simultaneamente REN foram representados tendo em consideração as observações efetuadas no âmbito desse processo, evitando-se discrepâncias na representação.

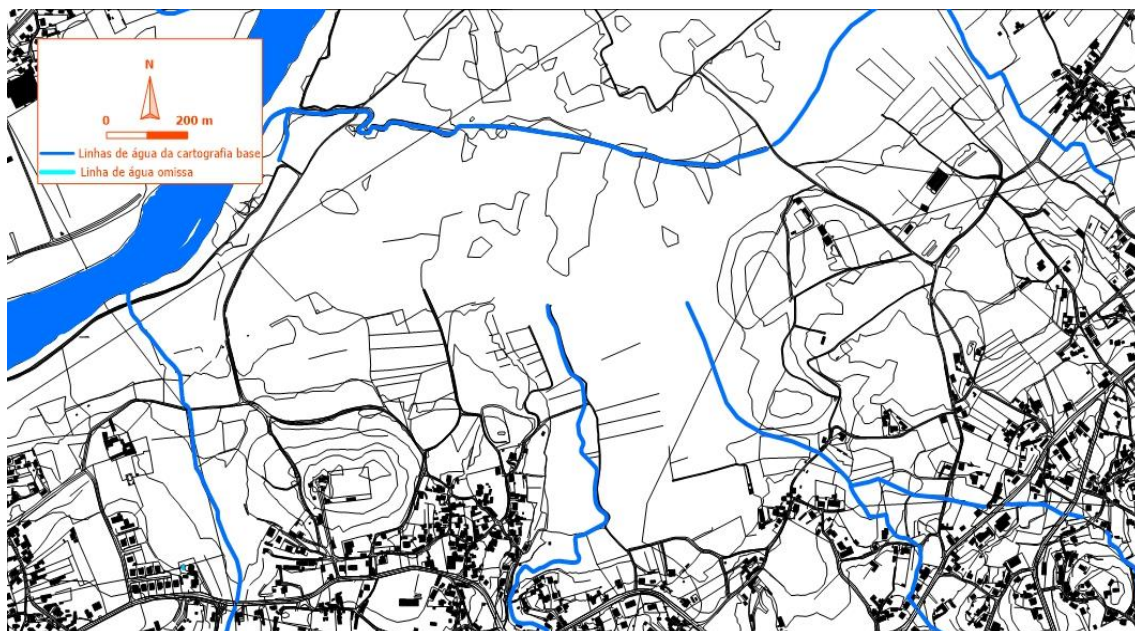
- Distinguiram-se os troços de linhas de água a montante da REN constantes da cartografia base homologada;
- Tendo em conta esses trechos da rede fluvial a montante da REN, procurou-se restaurar a conectividade de toda a rede com a inclusão dos já referidos troços artificializados nomeadamente os troços encanados/entubados/aquedutados, e ainda as charcas alinhadas com a rede fluvial, tendo por base a informação da cartografia base;
- Integraram-se as linhas de água para além dos limites do concelho, na sua proximidade imediata;
- Excluiu-se um único troço de linha de água (não REN), com uma extensão de 86m por ser um erro cartográfico. Esse troço não tem qualquer ligação com a restante rede hidrográfica da cartografia base, não tem evidência física de leito, não se encontra representado nas cartas militares e inclusive não se encontra representado na cartografia do PDM em vigor, não figurando com qualquer SRUP no Plano referido.

Figura 12 - Troço de linha de água da cartografia base excluído do domínio hídrico



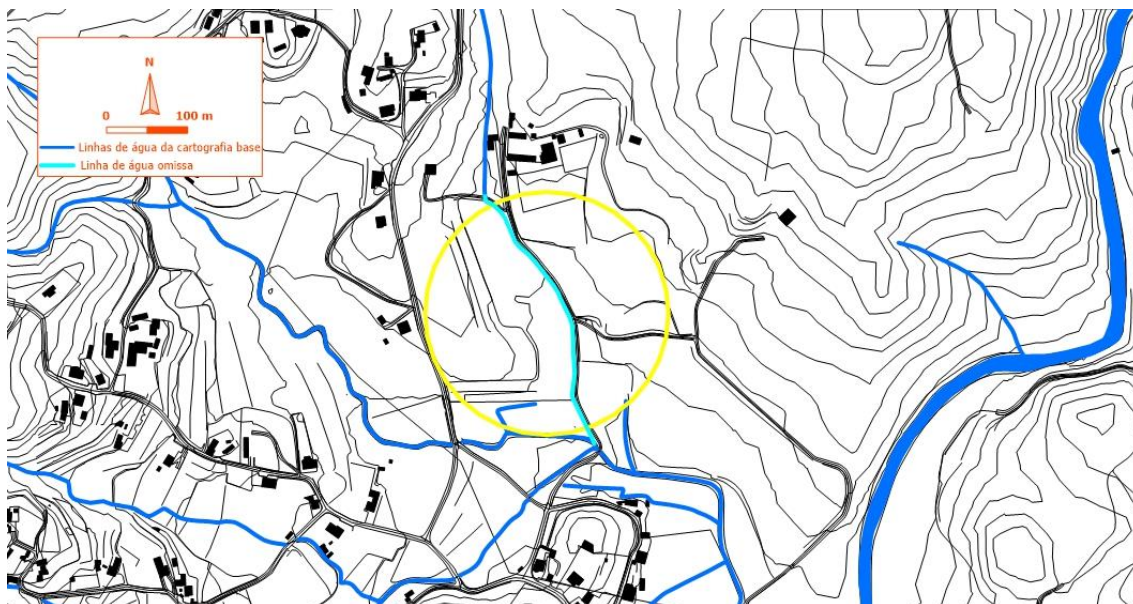
- Tendo em conta os troços a montante da REN, sem conectividade com a restante rede hidrográfica para os quais não foi possível reestabelecer a conectividade com a mesma, pela descontinuidade ser muito extensa em termos de comprimento, manteve-se a sua representação integrando assim o domínio hídrico, ainda que sem ligação estabelecida com a restante rede.

Figura 13 - Troços de linhas de águas (DH) sem ligação à restante rede hidrográfica, tendo em conta a cartografia base



- Apenas num dos casos onde a desconetividade era extensa (representação omissa na cartografia base) foi possível restabelecer a ligação com a restante rede, tendo em conta o conhecimento do local, os ortos e carta militar, tendo sido a mesma complementada na representação do domínio hídrico, restaurando assim, a conectividade com a restante rede hidrográfica.

Figura 14 - Restabelecimento da conectividade através da representação de um troço de linha de água extenso, mas omissa na cartografia base.



Em duas outras situações, onde a descontinuidade era extensa (representação omissa na cartografia base), procurou-se restabelecer a conectividade, mas só foi possível estender a representação do domínio hídrico em parte, uma vez que o restante traçado (jusante) de ambas as linhas de águas omissas na cartografia base deverão seguir entubadas, não tendo sido possível apurar o seu trajeto.

Figura 15 - Representação de 2 troços de linha de água extensos, omissos na cartografia base.

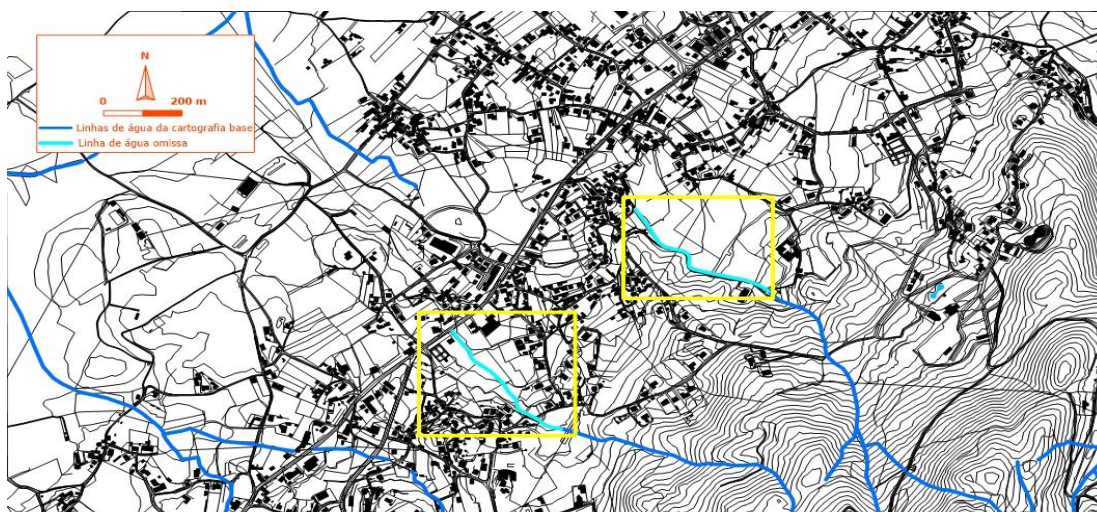
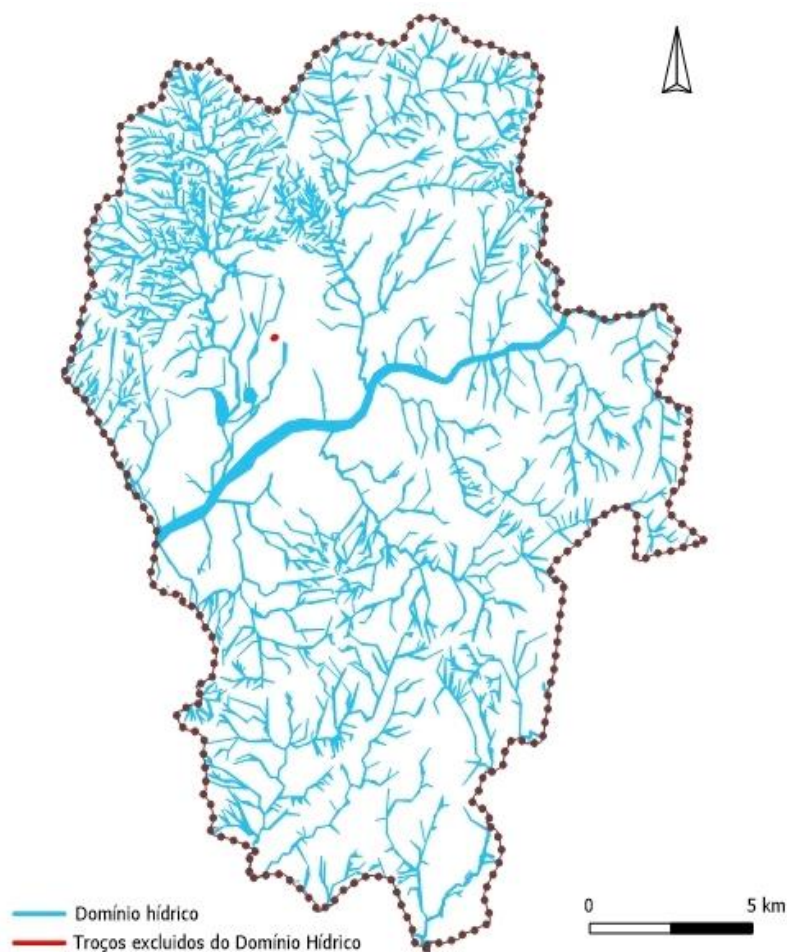


Figura 16 - Cartograma com os troços das linhas de água que integram o domínio hídrico e os que foram excluídos



10 - AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO

De acordo com o previsto no RJIGT, deverá o Plano Diretor Municipal ser sujeito a monitorização e avaliação. Para o efeito, consideramos que neste particular desempenham um papel decisivo a obrigatória elaboração do Relatório do Estado sobre o ordenamento do território, assim como o seguimento a realizar tendo por base o Relatório Ambiental, relativo à avaliação ambiental estratégica.

Contudo, considerando o intervalo de elaboração do REOT, propomos um conjunto de indicadores que possibilitem a elaboração sistemática de relatórios de monitorização que constituíram a informação de base para a elaboração do REOT, uma vez que a sua periodicidade é de 4 anos, de acordo com o estipulado no RJIGT.

O conjunto de indicadores definidos tem por base a estratégia do plano, os seus objetivos e a sua execução pelo que a sua estrutura assentará nos aspetos referidos.

10.1 - Indicadores de base

Os indicadores abaixo assinalados integram a base de monitorização da situação global e têm como objetivo a realização permanente da situação do território de Ponte de Lima.

Quadro 13– Indicadores de base

OBJETIVO	INDICADORES
População	• Variação da População residente
	• População residente por grupo etário
	• Evolução do índice de Envelhecimento
	• Evolução do saldo natural e do saldo migratório
Atividades Económicas	• Evolução da população empregada, por setor de atividade
	• Evolução do nº de empresas sediadas no concelho
	• Evolução da capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos (nº de camas/utentes)
	• Evolução no nº de empresas por setor de atividade
Parque Habitacional	• Nº de Alojamentos familiares
	• Nº de Fogos de Construção de custos controlados
	• Evolução do nº de edifícios, por freguesia
	• Evolução do nº de licenças emitidas, por tipo de obra e utilização
	• Nº de edifícios reabilitados localizados em ARU
Uso e transformação do solo	• Nº de aglomerados rural e de Edificação dispersa servida por rede de saneamento
	• Nº de Unidades de Execução implementadas
	• Nº de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão executadas
Conservação da Natureza e Ambiente	• Área de valor natural incluída em regimes de proteção • Área implementada de Equipamentos de recreio e lazer • Despesas públicas per capita na área ambiental

	• Proporção de área florestada ocupada com folhosas • Variação da área servida por rede de saneamento • Evolução da taxa de reciclagem
--	--

10.2 - Indicadores de Estratégia

Os indicadores seguidamente definidos pretendem possibilitar a monitorização e avaliação dos objetivos definidos na revisão do PDM.

Quadro 14– Indicadores de estratégia

OBJETIVOS DO PDM	INDICADORES
Qualificação do solo tendo em consideração as funções e os usos adequados às aptidões naturais e às necessidades reais da população	• Nº de edifícios sujeitos a reabilitação; • Nº de fogos construídos a custos controlados • Nº de licenças emitidas em solo rústico, por tipo de obra
Valorização dos recursos naturais, paisagísticos e culturais, através de um correto ordenamento territorial	• Nº de Rotas e percurso pedestres homologados; • Evolução do nº de edifícios licenciados para atividade turística • Evolução do investimento em equipamentos de recreio e lazer em áreas naturais • Volume, em Euros do investimento em recuperação de valores etnográficos, paisagísticos e culturais
Consolidação do sistema urbano	• Nº de licenças emitidas nas áreas centrais, no Espaço Habitacional e nos Espaços Urbanos de baixa densidade • Nº de Unidades de Execução implementadas
Colmatação das áreas de edificação definidas no solo rústico	• Nº de licenças emitidas em Aglomerados Rurais e em Áreas de Edificação dispersa, por tipo de obra
Atração de investimentos e fixação e atração de nova população	• Variação da área infraestruturada em Espaços de Atividades Económicas • Nº de empresas instaladas em espaços de atividades económicas • Nº de Fogos construídos em habitação a custos controlados

10.3 - Indicadores de execução

O presente grupo de indicadores tem como objetivo a realização da avaliação da concretização das ações e das intervenções previstas no Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM de Ponte de Lima. A sua apreciação incidirá nas seguintes áreas de execução:

- Financeira, segundo o volume do investimento realizado;
- Física, expressa de acordo com o tipo da ação segundo a programação prevista no Programa de Execução e Plano de Financiamento;
- Temporal, avaliará o cumprimento do horizonte temporal das ações e intervenções previstas.

11 – PROGRAMAÇÃO DO SOLO

No que se refere à Programação e Execução do PDM, de acordo com as crescentes necessidades habitacionais e com as perspetivas de crescimento do investimento na economia local, o PDM prevê ações relativas à programação do Solo, designadas como Áreas de Execução Programada, consubstanciadas em Áreas a consolidar e em Áreas a estruturar, executadas, respetivamente através de unidades de execução e através de UOPG. Prevê-se ainda a programação de infraestruturas de redes de saneamento, de abastecimento de água e de rede viária. Apresentam-se também medidas relativas aos recursos hídricos e aos resíduos urbanos.

• Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Na programação do solo prevêem-se Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) destinadas aos usos habitacionais, atividades económicas (com usos diversificados, comerciais/serviços/industriais) e equipamentos de Utilização Coletiva, localizadas em locais privilegiados do território com boa acessibilidade às vias de comunicação principais que servem o território.

A programação do solo proposta na revisão do PDM de Ponte de Lima, é constituída por um conjunto de UOPG e por um conjunto de áreas a consolidar executadas através de unidades de execução, de acordo com o estabelecido no regulamento. Esta distinção baseia-se na classificação atual do solo, à estratégia e objetivos definidos para a Revisão do PDM. Assim, as 38 UOPG definidas que a ser se

apresentam, dizem respeito a diversos usos, enquadrados no solo rústico e que visam a sua reclassificação para as seguintes categorias de solo urbano:

- Rústico/EHtipo II – Solo Rústico/ Espaço Habitacional tipo II;
- Rústico/ECentral NII - Solo Rústico/ Espaço Central nível II;
- Rústico/EUBD - Solo Rústico/ Espaços Urbanos de Baixa Densidade;
- Rústico/EAE - Solo Rústico/ Espaços de Atividades Económicas;
- Rústico/EUC - Solo Rústico/ Equipamentos de Utilização Coletiva.

No que se refere à sua execução, tal como previsto na legislação atual, a transformação do solo rústico só é possível através da execução de Planos de Pormenor com efeitos registais. Deste modo, o regulamento define para a sua execução, o sistema de iniciativa dos interessados, tal como se indica na seguinte tabela:

Quadro 15- UOPG de tipo A - Equipamentos de utilização coletiva

UOPG	Classe/Categoria solo	Sistema Execução
UOPG 3 – Equipamentos de Utilização Coletiva Moreira	Rústico/EUC	UOPG/PP/SII

Quadro 16- UOPG de tipo B - Espaços de Atividades Económicas

UOPG complementares	Classe/Categoria solo	Sistema Execução
UOPG 13 – EAE Atividades Económica S. Pedro Arcos	Rústico/EAE	UOPG/PP/SII
UOPG 14 – EAE Atividades Económica Arcozelo	Rústico/EAE	UOPG/PP/SII
UOPG 29– EAE Ardegão, Freixo e Mato	Rústico/EAE	UOPG/PP/SII

Quadro 17- UOPG de tipo C - Áreas habitacionais

UOPG	Classe/Categoria solo	Sistema Execução
UOPG 1 – Área Habitacional Venda Nova	Rústico/EUBD	UOPG PP/SII
UOPG 2 – Área Habitacional da Feitosa	Rústico/EUBD	UOPG PP/SII
UOPG 4 – Área Habitacional Poços dos Cabaços	Rústico/EHtipo II	UOPG/PP/SII

UOPG 5 – Área Habitacional Ponte de Lima e Feitosa	Rústico/EHtipo II	UOPG/PP/SII
UOPG 6 – Área Habitacional Facha	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 7 – Área Habitacional Santa Luzia	Rústico/EHtipo II	UOPG/PP/SII
UOPG 8 – Área Habitacional S. Lourenço	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 9 – Área Habitacional Correlhã	Rústico/EHtipo II	UOPG/PP/SII
UOPG 10 – Área Habitacional Armada	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 11 – Área de Consolidação Habitacional Feitosa	Rústico/EHtipo II	UOPG/PP/SII
UOPG 12 – Área Habitacional Feitosa	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 15 – Área Habitacional Espírito Santo	Rústico/EHtipo II	UOPG/PP/SII
UOPG 16 - Área Habitacional Anais/Calvelo	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 17 – Área Habitacional Ardegão/Freixo e Mato	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 18 – Área Habitacional Gaifar	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 19 – Área Habitacional Brandara	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 20 – Área Habitacional Facha	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 21 – Área Habitacional Santa Comba	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 22 – Área Habitacional Estorãos	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 23 – Área Habitacional Estorãos	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 24 – Área Habitacional Rebordões	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 25 – Área Habitacional Fornelos	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 26 – Área Mista Habitacional e de Atividades Económicas da Feitosa	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 27– Área Habitacional Sª da Saúde	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 28 – Área Habitacional Bárrio e Cepões	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 30 – Área Habitacional Ardegão, Freixo e Mato	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII

UOPG 31 – Área Habitacional Ardegão, Freixo e Mato	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 32 – Área Habitacional Ribeira	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 33 – Área Habitacional Arcozelo	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 34 – Área Habitacional Bárrio e Cepões	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 35 – Área Habitacional Souto	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 36 – Área Habitacional Anta, Correlhã	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 37 – Área Habitacional Cabaneiro, Fornelos	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII
UOPG 38 – Área Habitacional S. Gonçalo, Arcozelo	Rústico/EUBD	UOPG/PP/SII

Apresenta-se, em anexo, um esclarecimento efetuado pela Câmara Municipal, relativamente à necessidade de definir as UOPG especializadas no Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo.

Implementação das UOPG e das Unidades de Execução

- 1 – Visando os objetivos formulados e respeitando as orientações do PDM, mas atenta ao processo de transformação do território e às necessidades da população, a Câmara Municipal irá programar com os particulares as ações que for considerando estratégicas ou prioritárias.
- 2 – O desenvolvimento das ações estratégicas pode assentar em investimento público ou privado, devendo em qualquer caso ser dinamizado e acompanhado pela Câmara Municipal, que para elas deve canalizar o essencial do esforço municipal, de investimento e de dinamização e associação de agentes.
- 3 – Quando concretizáveis através de operações urbanísticas (desenvolvimento de Unidades de Execução) e quando aplicável, estas ações devem ser enquadradas por estudo urbanístico no qual seja dada atenção e exigência à qualidade do espaço público e dos edifícios mais marcantes.
- 4 – Sempre que adequado, de acordo com o disposto no regulamento e especializado na Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do

Solo, estas operações são enquadradas em unidade de execução, adotando sistemas de cooperação e/ou de imposição administrativa.

- 5 – As UOPG 22 e 23 correspondem a duas áreas contíguas, apenas separadas por um curso de água que tem como objetivo consolidar os lugares pré-existentes, considerando a sua localização e boa acessibilidade numa freguesia muito condicionada e de pequena dimensão. De facto, tem como objetivo principal a consolidação e compactação do lugar existente.

- **RECURSOS HÍDRICOS**

Neste ponto programam-se as medidas propostas pelo Município para inclusão no Plano de gestão de Região Hidrográfica Minho e Lima (RH1) - 3º Ciclo | 2022-2027:

- **MEDIDA 1 - Regularização e Intervenção Fluvial no Areal do Passeio 25 de Abril em Ponte de Lima**

A medida proposta, para a qual já foi realizado o respetivo estudo em 2020, contratualizado pelo Município de Ponte de Lima, passa pela concretização de uma intervenção que pretende minimizar os efeitos da erosão e consequente desgaste a que tem sido sujeita a plataforma do Areal do Passeio 25 de Abril, ao longo dos tempos, bem como diminuir a recorrência da inundação da mesma e ainda contribuir para a reposição do equilíbrio morfológico e sedimentar do leito do rio no troço respetivo, mantendo aquela que é a geometria e aquelas que são as características da plataforma.

A área de intervenção, que se estende para montante da ponte Romana numa extensão próxima dos 450 metros, coincide com uma parte significativa da zona onde se desenvolve a Feira Quinzenal de Ponte de Lima (também usada com fim similar nas Feiras Novas), que se pretende manter e ordenar.

Em simultâneo, a intervenção prevê ainda a possibilidade da realização de ações de desassoreamento que visam obter ganhos ao nível da melhoria das condições de escoamento dos caudais do rio Lima. Considera-se não só viável como, também, desejável a anulação de zonas de forte sedimentação (ilhas) que se localizam lateralmente à zona de intervenção, embora este fenómeno seja verificado na área do espelho de água que acompanha a frente urbana do centro histórico. Estas ilhas

têm conduzido a um acelerado alargamento transversal da plataforma do areal e, entre outros efeitos, provocam a diminuição da seção de escoamento levando a pressões na margem oposta, criando ainda condições ótimas para a instalação e desenvolvimento de espécies exóticas aquáticas e terrestres.

O estudo realizado envolveu a análise de caudais e das condições de escoamento em situação de cheia, com o intuito da identificação e mapeamento das modificações introduzidas no escoamento em função da pretendida regularização da zona a intervir por comparação com a situação existente.

- **MEDIDA 2 - Melhoria das condições de escoamento dos caudais do rio Lima e do respetivo trânsito de Sedimentos**

A medida proposta, carecendo de estudo e consequente avaliação ambiental para o efeito, passa pela (re)construção/adaptação do açude existente, com o objetivo de ser possível a integração de estrutura ou estruturas que permitam realizar descargas de fundo nos momentos em que tal se mostre indicado, permitindo, por esta via, a transposição natural de sedimentos de montante para jusante do açude.

Em simultâneo, passará pela determinação da viabilidade da eliminação das ilhas existentes no troço do rio Lima, compreendido entre o açude de Ponte de Lima e o viaduto da A3.

A criação das estruturas anteriormente referidas é determinante para: 1) contrariar os níveis de sedimentação que se verificam a montante do açude, na totalidade do espelho de água que se localiza na frente da zona urbana do centro histórico, permitindo assim que os sedimentos continuem o seu percurso natural até à zona costeira; 2) minimizar os graves problemas provocados pelo estabelecimento e proliferação de espécies aquáticas e terrestres exóticas invasoras, com ganhos na qualidade do habitat e da água; 3) para melhorar substancialmente as condições de escoamento do rio Lima, sobretudo em episódios de cheia; e 4) para melhorar substancialmente as condições de utilização do rio Lima, sobretudo ao nível das atividades náuticas.

- **MEDIDA 3 - Valorização das margens do rio Lima – Área de Lazer Fluvial de Vitorino das Donas**

A presente medida, tal como outras que o Município de Ponte de Lima prevê executar, designadamente aquelas com previsão para o curto prazo, reunidas todas as condições exigíveis

para o efeito, como sejam:

- 1) regularização e intervenção fluvial no areal do Passeio 25 de Abril em Ponte de Lima;
- 2) melhoria das condições de escoamento dos caudais do rio Lima e do respetivo trânsito de sedimentos;
- 3) renaturalização e reforço da expressão da galeria ripícola do rio Lima, inserem-se no âmbito de um plano de ação abrangente e que é denominado por Projeto Integrado de Valorização das Margens do Rio Lima (Vitorino das Donas – Santa Cruz do Lima).

A valorização das margens do rio Lima - Área de Lazer Fluvial de Vitorino das Donas, prevê a instalação de um centro de atividades náuticas e de um ponto de apoio aos utilizadores da ecovia

Ponte de Lima - Viana do Castelo, que compreenderá ainda, obtendo a anuência das entidades

competentes, um conjunto de intervenções relacionadas com a estabilização e valorização das margens e das correspondentes galerias ripícolas, assim como a melhoria das condições ao nível do escoamento dos caudais do rio Lima na área de intervenção.

- **MEDIDA 4 - Renaturalização e reforço da expressão da Galeria Ripícola do Rio Lima**

A presente medida, que será enquadrada no Projeto Integrado de Valorização das Margens do Rio Lima (Vitorino das Donas – Santa Cruz do Lima), articula-se, nos seus objetivos, com algumas medidas inseridas no Plano de Gestão de Região Hidrográfica (RH1) 3º Ciclo (PTE3P02 e PTE3P02M02R_SUP).

A medida prevê, reunidas que sejam as condições imprescindíveis para o efeito, designadamente o cofinanciamento ou o estabelecimento de parceiras que viabilizem a concretização das ações, seja nas áreas em que o Município de Ponte de Lima já intervém ou naquelas em que prevê vir a intervir.

Em termos gerais, privilegiando a área correspondente ao Domínio Público Hídrico inserida no espaço classificado ZEC Rio Lima, podendo a medida funcionar como

piloto para ampliar a área de intervenção aos concelhos vizinhos com área integrada na ZEC, a medida prevê a realização de ações de:

- i) controlo inicial, seguimento e de continuidade de espécies exóticas invasoras lenhosas,
- ii) aproveitamento, proteção e condução de exemplares arbustivos e arbóreos de espécies ripícolas ou outras espécies autóctones resultantes da regeneração natural e;
- iii) a arborização de espécies ripícolas e ou autóctones em áreas nas quais o estabelecimento destes povoamentos possam contribuir para o aumento da expressão da galeria ripícola existente.

Apresentam-se complementarmente, as medidas ambientais preconizadas pela autarquia que terão impacto direto no estado das massas de água superficiais, destacando-se a candidatura para elaboração do “Plano Integrado do Rio Lima”, assim como as seguintes ações que se apresentam:

- Projeto LIFE FLUVIAL “Melhoria e Gestão Sustentável de Corredores Fluviais Atlânticos”. Apoiar o Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa e o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, no desenvolvimento das ações de monitorização das intervenções realizadas no âmbito das espécies exóticas terrestres;
- Projeto LIFE – Intervenção prevista na escada de peixes, candidatura;
- Identificação/Classificação da Praia Fluvial do Arnado, como água balnear que tem subjacente a realização de empreitada para a valorização da envolvente ao plano de água;
- Valorização do Açude do Lourinhã , tendo em vista a criação de um plano de água multifunções, combate a incêndios, promoção da biodiversidade, do recreio e lazer e abastecimento de água para usos consumptivos e não consumptivos;
- Promover ações de preservação e valorização do rio Lima, designadamente ao nível do controlo de espécies exóticas invasoras, estabilização de margens e de reforço da expressão das galerias e bosques ripícolas;
- Promover o desenvolvimento de ações de (in)formação e de sensibilização ambiental, associadas aos recursos hídricos;
- Elaboração da estratégia global e integrada para o Rio Lima numa perspetiva supramunicipal;

- Desenvolvimento de Ações previstas no Projeto Integrado de Valorização das Margens do Rio Lima (Vitorino das Donas – Santa Cruz do Lima), como sejam:
 - i) a instalação de um centro de atividades náuticas em Vitorino das Donas;
 - ii) a regularização e intervenção fluvial no Areal do Passeio 25 de Abri;
 - iii) a reconstrução do açude de Ponte de Lima, com a integração de comportas que permitam garantir a continuidade do transporte de sedimentos conforme candidatura apresentada ao programa LIFE com a designação de Live Revive, liderado pela Universidade de Évora;
 - iv) a realização de um conjunto de intervenções relacionadas com a estabilização e valorização das margens e das correspondentes galerias ripícolas, assim como com a melhoria das condições ao nível do escoamento dos caudais do rio Lima no local;
 - v) a criação de zonas de lazer fluvial e de apoio à utilização das ecovias.
- Implementação dos programas de autocontrolo da qualidade da água das utilizações sujeitas a Título de Utilização de Recursos Hídricos, nos termos definidos nas respetivas autorizações, bem como monitorização da qualidade das águas das zonas de recreio e lazer;
- Implementação do programa de monitorização da qualidade da água da praia fluvial do Arnado, caso a mesma venha a ser identificada como nova água balnear na sequência do processo que o Município de Ponte de Lima tem em curso para o efeito.

Efetivamente, pretende-se com as medidas identificadas mitigar as principais pressões identificadas no PGRH RH1, contribuindo para persecução dos objetivos definidos no plano setorial da água.

• **Infraestruturas básicas**

Nesta área as propostas de programação das redes de abastecimento de água e de saneamento correspondem à estratégia em curso definida pela Câmara Municipal. Verifica-se assim que, de acordo com as baixas taxas de serviço ainda verificadas em Ponte de Lima, a autarquia continua a investir no alargamento da rede de

saneamento em diversas freguesias, de acordo com o especializado na Planta de Ordenamento III – Programação e Execução e a seguir descritas.

No que diz respeito ao investimento em infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais domésticas, nos últimos anos com o financiamento comunitário, ao nível do POSEUR foram executados os seguintes investimentos:

- Sistema de Saneamento de S. Martinho da Gandra;
- Sistema de Saneamento do Freixo (SAR 1);
- Alargamento da Rede de Saneamento do Sistema Freixo e ETAR do Freixo (Mato, Freixo, Sandiães, cabaços e Friastelas);
- Sistema da Correlhã (Cepões, Calheiros e Moreira do Lima).

Foram ainda concluídos importantes investimentos ao nível do alargamento da rede de drenagem e tratamento de águas residuais no concelho, que entraram em funcionamento, a ETAR (Fornelos) e Rede do Polo Industrial da Queijada incluindo parte das Freguesias de Fornelos/Queijada, Anais e Rebordões Souto e a ETAR de Freixo.

Encontram-se, igualmente, em fase de execução da empreitada financiada pelo REACT-EU:

- SAR 4 – Sistema de Saneamento de Lanheses (Freguesias de Estorões e São Pedro de Arcos).

Relativamente à Rede de Abastecimento, foram realizados, com apoio do POSEUR, os sistemas autónomos de Moreira do Lima e de Refóios do Lima (Vacariça).

Relativamente à programação prevista na revisão do PDM de Ponte de Lima, considerámos dois tipos de intervenções. Por um lado, a programação a curto prazo de pequenos troços complementares e de ligação à rede de saneamento/abastecimento existente em diversas freguesias e as redes com projetos de Execução concluídos pelo Município e entregues à ADAM e que aguardam a abertura de candidaturas no âmbito do Portugal 2030. Ambas as situações se encontram especializadas na Planta de Programação, respetivamente identificadas como “a curto prazo” e a “médio longo prazo”.

Deste modo as redes programadas, a executar com recurso a futuras candidaturas a submeter ao Portugal 2030 e que designámos como Rede Programada:

- Sistema de Refóios do Lima (construção de nova ETAR, pela APortugal);
- Sistema de Saneamento de Ponte de Lima, Fornelos/Queijada - Fornelos/Queijada (Calvelo, Queijada, Fornelos e Rebordões Souto);
- Sistema de Saneamento da Gemieira;
- Alargamento da Rede de saneamento que engloba 4 Sistemas (ETAR de R. Souto, Sistema ETAR da Correlhã, Sistema ETAR de Poiares, a criar; e Sistema ETAR de Freixo) – Freguesias de Anais, Fornelos e Queijada, Rebordões Souto, Rebordões Sta. Maria, Navió e V. de Piães, Poiares, Calvelo e Mato;
- Sistema de Poiares, Alargamento da Rede de Saneamento e construção da ETAR em Poiares;
- Sistema de saneamento de pequenos aglomerados de montanha, construção de soluções alternativas para a implementação de sistemas de recolha/tratamento de águas residuais em pequenos aglomerados de montanha.

Complementarmente, a autarquia visando a consolidação de alguns lugares, qualificados como “Espaço Urbano de Baixa Densidade”, entendeu programar a realização de alguns troços quer das redes de saneamento quer das redes de abastecimento de água, pelo que se representam essas áreas na Planta de Ordenamento III – Programação e Execução. Estas áreas encontram-se, igualmente, definidas, em termos de programação temporal e em termos financeiros, no Programa de Execução e Plano de Financiamento.

No que se refere às redes de drenagem de águas pluviais, importa referir que não existe cadastro da rede existente, pelo que não nos é possível apresentar dados para a mesma.

Contudo, para suprir esta insuficiência prevê-se, no curto prazo:

- a realização de estudo relativo à quantificação/encaminhamento de águas pluviais na área urbana das freguesias de Arca, Ponte de Lima e Feitosa.

• **Resíduos Urbanos**

No que se refere aos Resíduos Urbanos, de referir que o Município, consciente da sua importância e da necessidade de cumprir as metas constantes do PNGR ,

PERSU e o PERNU, prevê para o setor da Higiene e Limpeza Urbana, as seguintes ações:

- Implementação das ações do Projeto-piloto de Recolha Seletiva de BioResíduos, no Centro Urbano de Ponte de Lima, previstas para 2024, no âmbito da candidatura aprovada ao Fundo Ambiental para a recolha, porta-a-porta, de resíduos alimentares não-domésticos, decorrente do Estudo Municipal para o Desenvolvimento de um Sistema de recolha de BioResíduos, 2021;
- Entrada em funcionamento do sistema de gestão inteligente do serviço de resíduos urbanos, que irá contribuir de forma significativa para a otimização e redução de custos com a operação de recolha e transporte de resíduos urbanos até ao destino final, bem como para elevar os níveis de desempenho ambiental da operação;
- No âmbito das medidas definidas no PAPERSU - Plano Municipal de Ação para os Resíduos Urbanos, bem como da gestão de RSU/Higiene e Limpeza Urbana, continuar-se-á a proceder à avaliação das necessidades em termos de reforço do número de infraestruturas de deposição seletiva e da redistribuição dos equipamentos de recolha de RSU e dos respetivos circuitos e frequência de recolha. Será ainda a avaliada a possibilidade da aquisição de novas viaturas de recolha de RSU e de lavagem de contentores;
- Aquisição de uma viatura de recolha de RSU nas freguesias de montanha;
- Construção do Armazém Municipal;
- Implementação do tarifário Resíduos Sólidos Urbanos;
- Atualização do Regulamento do Serviço de Recolha de Resíduos Urbanos;
- Desenvolvimento, incluindo em parceria com outras entidades com responsabilidades na matéria, de campanhas de sensibilização associadas à água, resíduos, ruído e ar;
- Elaboração/edição de material de sensibilização tendo em conta os objetivos da Sustentabilidade e ODS.

12 – REGIME ECONÓMICO-FINANCEIRO

De acordo com o estabelecido na LBPPSOTU, deve o PDM estabelecer o princípio da equidade, assegurando a justa repartição dos benefícios e dos encargos

decorrentes da aplicação dos programas e planos territoriais e dos instrumentos de política de solos.

Desta forma, tal como sugerido pelas boas práticas neste domínio internalizadas em diversos PDM em vigor, revistos no âmbito do enquadramento legal referido, considerando a aparente desarticulação entre o regime económico e financeiro elaborado pela Lei de Bases e o seu posterior desenvolvimento no RJIGT, optámos, na justificação das opções consideradas no presente Plano, por recorrer ao disposto na LBPPSOTU, por apresentar maior coerência relativamente ao regime económico e financeiro.

Consideramos, assim que a atual revisão do PDM promove uma maior equidade na promoção da coesão territorial e assegura a justa compensação de acordo com a capacidade de ocupação do solo. Para o efeito, assumem-se como figuras de execução do plano as unidades operativas de planeamento e gestão, bem como unidades de execução, tendo sido nesta base desenvolvido o regime económico e financeiro do plano, estabelecendo os seguintes instrumentos de redistribuição equitativa:

- Constituição do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU);
- Redistribuição de benefícios e encargos entre os intervenientes na transformação do uso do solo e do seu aproveitamento urbanístico;
- Valor de referência do solo para efeitos de execução do PDM;
- Criação de incentivos.

Deste modo, reservamos para o presente capítulo os aspetos que se referem à criação do FMSAU, os aspetos inerentes à redistribuição de benefícios e encargos e aos mecanismos de execução.

• **Fundo Municipal de Sustentabilidade**

A constituição do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística, de acordo com a LBPPSOTU ao qual são afetas as receitas resultantes da redistribuição de mais-valias decorrentes do plano, com vista a promover a reabilitação urbana, a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação de serviços ambientais, com vista

a promover a criação, manutenção e reforço de infraestruturas, equipamentos e outras áreas públicas de utilização coletiva, tais como espaços verdes e urbanos.

O presente plano, define no artigo 95º o FMSAU, enquadrando a sua constituição e indicando os objetivos, as receitas e os encargos que devem ser ponderados na elaboração do respetivo regulamento.

- **Redistribuição de benefícios e encargos**

A redistribuição dos benefícios e encargos no presente plano, assume na sua abrangência, de acordo com o previsto na LBPPSOTU, a sua aplicação nas UOPG, bem como unidades de execução considerando a globalidade de território por eles abrangida.

Assim, o plano considera as áreas de execução programada (de caráter perequativo) coincidentes com as diferentes categorias de espaços em solo urbano previstas pelo plano, onde se considera que há criação de mais-valias, o que eliminou os espaços urbanos de baixa densidade (fora das UOPG e das áreas a consolidar) e o solo rústico.

Verifica-se, assim, que nos espaços urbanos de baixa densidade (fora das UOPG e áreas a consolidar) com função de dotação de habitação na tipologia de moradia e com uma área de construção que permite o seu uso habitacional, é semelhante se der lugar a um ou dois fogos, sendo o valor da transação constituído em função da área do terreno e não da capacidade construtiva do prédio.

A edificabilidade média que é referência para aplicação dos mecanismos perequativos, consta do artigo 98º do regulamento do presente plano.

Deste modo, nas áreas onde a dinâmica imobiliária tem uma maior pressão urbanística e naquelas que procuram suprir necessidades coletivas, entre as quais as ambientais e sociais, este mecanismo perequativo será útil para dar resposta às necessidades territoriais. Por esse motivo, as futuras áreas a reclassificar como solo urbano, sejam os espaços centrais e os espaços habitacionais a estruturar e a consolidar constituem as áreas com maior apetência para a aplicação dos processos de redistribuição de benefícios e encargos e à variabilidade de edificabilidades referidas no regulamento.

Contudo, no que se refere aos encargos de urbanização, incluindo a cedência média, estes abrangem toda e qualquer operação urbanística a realizar em solo urbano, seja sistemática ou não sistemática. Os encargos de urbanização incluem, não apenas os encargos de urbanização local, mas também os de urbanização geral, compreendendo as vias distribuidoras principais, as redes gerais de abastecimento de água e de saneamento (redes em alta), os equipamentos e os espaços verdes de utilização coletiva supralocais.

- **Mecanismo de execução**

Os mecanismos de execução do plano correspondem à avaliação do solo e aos incentivos, ambos estabelecidos no regulamento.

No que diz respeito à avaliação do solo, o plano estabelece, de acordo com o previsto na LBPPSOTU, que qualquer operação urbanística deve ter por base uma avaliação do solo que permita estabelecer parâmetros relativos aos encargos e benefícios das ações a desenvolver, sendo utilizada como referência a edificabilidade média, os encargos urbanísticos e a mais-valia gerada pela operação urbanística.

Assim, na execução do plano, o valor de um prédio em solo urbano deve ser em função da edificabilidade média da categoria de espaço em que o prédio se sita, tal como disposto no artigo 99º do regulamento.

Relativamente aos incentivos, estes encontram-se identificados no artigo 21º e consistem, fundamentalmente, em benefícios fiscais e económicos, sem prejuízo de poderem assumir-se como acréscimo da área de construção, desde que devidamente integrados na envolvente da intervenção. Visando a sua correta articulação com os demais instrumentos em vigor, deverá ser revisto o RMUE, assim como o regulamento de taxas municipal.

13 – ARTICULAÇÃO DA AAE COM A PROPOSTA DE PLANO

A Avaliação Ambiental estratégica do PDM de Ponte de Lima foi assumida como um exercício de integração das abordagens que concorrem para a sustentabilidade do

território, bem como para a articulação dos programas regionais e setoriais com o PDM em matéria de definição de âmbito e de sistema de indicadores de monitorização e avaliação, tal como preconizado no PNPOT.

Neste ponto procede-se, de uma forma sucinta, a uma identificação das medidas, recomendações, e contribuições que o procedimento de AAE deu para a proposta de revisão do PDM e como estas foram incluídas, de forma a demonstrar a adoção de soluções eficazes e sustentáveis que permitiram e permitem a minimização dos efeitos negativos no ambiente.

Quadro 18– Articulação da AAE com a proposta de Plano

FATOR CRÍTICO DECISÃO	RECOMENDAÇÃO DA AAE	
	Medidas/ações da AAE	Articulação com o Plano
FCD1 – Recursos Naturais e Culturais	Fomentar as boas práticas no âmbito da gestão florestal, valorizando essa fileira e outras associadas, procurando ao mesmo tempo evitar o risco de erosão afeto à atividade;	Medidas previstas no Programa de Execução; Normativo Regulamentar e Anexo 8; Planta de Condicionantes; Plano Estratégico para a Promoção da Arborização, Gestão Sustentável e Bioeconomia do Espaço Florestal (em execução);
	Promover ações de reflorestação em área afetadas por incêndios florestais, dando preferência a espécies adaptadas às condições edafo-climáticas locais;	Normativo regulamentar, Anexo 8 do Regulamento; Plano Municipal de Ação Climática, Plano Estratégico para a Promoção da Arborização, Gestão Sustentável e Bioeconomia do Espaço Florestal (em execução);
	Promover a proteção do coberto vegetal, reforçando a função de sequestro de carbono;	Normativo regulamentar, Anexo 8 do Regulamento; Planta de Ordenamento; Plano Municipal de Ação Climática, Plano Estratégico para a Promoção da Arborização, Gestão Sustentável e Bioeconomia do Espaço Florestal (em execução)
	Promover a constituição de novas ZIF's como forma de melhorar o ordenamento florestal;	Normativo regulamentar, Anexo 8 do Regulamento; Plano Estratégico para a Promoção da Arborização, Gestão Sustentável e Bioeconomia do Espaço Florestal (em execução);
	Criar as condições para a implementação das medidas previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aferindo a sua efetiva execução;	Medidas preconizadas no Programa de Execução; Normativo regulamentar Anexo 8 do Regulamento; Planta de Condicionantes – Anexo II - Planta de Redes de Defesa no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Fogos Rurais;
	Salvaguardar as áreas de elevada e muito elevada aptidão agrícola	Normativo regulamentar; Classificação do solo em Espaços Agrícolas na Planta de Ordenamento I; Elaboração de nova Carta da RAN; Planta de Condicionantes (RAN e REN); EEM;
	Adaptar os usos e ocupação do solo às vulnerabilidades territoriais, como o uso agrícola em áreas de elevada suscetibilidade à ocorrência de seca	Normativo regulamentar; Classificação e Qualificação do solo na Planta de Ordenamento I; Planta de Condicionantes (RAN e REN); EEM;
	Promover ações de sensibilização e formações direcionadas para os produtores agrícolas (como as referentes ao consumo eficiente e racional do recurso água, à poluição com origem em unidades industriais diversas, agroindústrias, unidades de produção animal e à utilização	Plano de Atividades do município; Medidas do Programa de Execução; Regulamento; Plano Municipal de Ação Climática, Plano de Arborização e Gestão Sustentável, Gestão Sustentável do concelho e Bioeconomia do Espaço Florestal (em execução);

	de pesticidas e fertilizantes)	
	Desenvolver parcerias entre o Município e as associações de agricultores e produtores locais, no intuito de estabelecer uma estratégia de promoção dos produtos de qualidade desenvolvidos no concelho	Plano de Atividades do município; Medidas do Programa de Execução;
	Manutenção das galerias ripícolas (corredores ribeirinhos), sobretudo nas áreas que sofrem maior pressão humana;	Medidas do Programa de Execução; Normativo regulamentar e Anexo 6 e 7 do Regulamento; Classificação e Qualificação do solo na Planta de Ordenamento I; Planta de Condicionantes Gerais;
	Promover a despoluição das linhas de água e assegurar uma correta manutenção e gestão dos recursos hídricos, visando uma correta gestão da EEM;	Medidas do Programa de Execução; Normativo regulamentar e Anexo 4; Planta de Condicionantes Gerais;
	Compatibilizar o solo urbano com os riscos naturais e tecnológicos no concelho	Planta de Condicionantes Gerais, Classificação e Qualificação do solo na Planta de Ordenamento I; Planta de Riscos ao Uso do Solo; Normativo Regulamentar;
	Implementar ações que conduzam à divulgação e valorização do património cultural (sensibilização, animação turística, etc.);	Identificação na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas B -Património Inventariado, onde constam os valores culturais edificados e arqueológicos em presença no território;
	Realização da Carta Arqueológica do Concelho	Identificação no Regulamento
	Articulação do ordenamento com a Carta Arqueológica;	Identificação na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas B - Património Inventariado; Planta de Condicionantes Gerais; Normativo regulamentar e Anexos 1, 2 e 3 do Regulamento;
	Adaptação dos novos ecossistemas da Rede Ecológica Nacional	Elaboração da Carta da REN; Integração na Planta de Condicionantes Gerais, Classificação e Qualificação do solo na Planta de Ordenamento I; Normativo Regulamentar
FCD2 – Sistema Urbano	Promover a adaptação do território às consequências das alterações climáticas e sensibilização da população, sobre os riscos potenciados pelas alterações climáticas	Planta de Condicionantes Gerais, Delimitação da Qualificação do Solo na Planta de Ordenamento I; Planta de Ordenamento II – Salvaguardas A - Geral; Planta de Riscos aos Usos do Solo; Normativo Regulamentar;
	Promoção do modelo de Economia Circular/Bio Economia Circular	Normativo regulamentar (artigo 15)
	Desenvolvimento de ações visando a proteção de espécies e habitats classificadas na área municipal que integra a Rede Natura 2000	Medidas do Programa de Execução; Normativo regulamentar e Anexo 6;
	Simplificar o licenciamento de projetos de produção de energia elétrica por energias 100% renováveis	Normativo regulamentar (artigo 18);
	Fazer depender o licenciamento dos dados resultantes da recente elaboração dos Planos de Gestão de Habitats Naturais, da Fauna e da Flora Selvagens em presença no concelho;	Normativo regulamentar; Planta de Condicionantes Gerais e Planta de Ordenamento II – Salvaguardas A - Geral;
	Compatibilizar a localização de novas infraestruturas com as áreas naturais de maior valor ecológico;	Medidas do Programa de Execução; Planta de Ordenamento II – Salvaguardas A - Geral; Planta de Condicionantes Gerais; Normativo regulamentar e Anexo 4, 6, 7 e 8;
	Fomentar as atividades de recreio e lazer ligadas aos valores naturais, demonstrando a sua importância para o concelho e região;	Medidas do Programa de Execução; Normativo regulamentar e Anexo 4, 6 e do Regulamento;
	Promover ações de sensibilização da população local para as questões ambientais e de sustentabilidade;	Normativo regulamentar; Plano Municipal de Ação Climática, Plano de Arborização e Gestão Sustentável, Gestão Sustentável do concelho e Bioeconomia do Espaço Florestal (em execução);
	Assegurar a integridade paisagística e biofísicas dos empreendimentos turísticos a implementar no concelho, promovendo	Medidas do Programa de Execução; Planta de Ordenamento II - Salvaguardas A - Geral; Normativo regulamentar e Anexo 2, 3 e 6;

estratégias de turismo sustentáveis;	Plano Municipal de Ação Climática (em execução)
Fazer depender o licenciamento de novas pedreiras do ordenamento proposto e da aplicação do Regulamento	Normativo regulamentar; Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo;
Promover a requalificação das eventuais áreas de passivo ambiental;	Medidas do Programa de Execução; Normativo regulamentar;
Promover incentivos à recuperação do património edificado, reaproveitando as estruturas existentes, evitando novos consumos de solo;	Planta de Ordenamento II – Salvaguardas A - Geral; Normativo regulamentar e Anexo 1, 2, 3 e 5 do Regulamento;
Incentivar e promover a construção sustentável no concelho	Normativo regulamentar (art 16, 18 e 19)
Promover ações e medidas de requalificação urbana e paisagística;	Medidas do Programa de Execução; Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo; Regulamento; Normativo regulamentar e Anexos 1, 4 e 6A e 6B do Regulamento;
Promover medidas de minimização da impermeabilização do solo, fomentando a adoção de técnicas e materiais que o evitem;	Normativo regulamento e Anexo 6 do Regulamento
Promoção da reabilitação do edificado e implementação de Áreas de Reabilitação Urbana pelo território	Normativo regulamentar
Assegurar o cumprimento dos objetivos nacionais, no que diz respeito às metas a atingir no saneamento e abastecimento público de água;	Medidas do Programa de Execução; Espacialização das áreas programadas na Planta de Ordenamento III – Programação e Qualificação do Solo;
Articulação entre a nova rede de saneamento e abastecimento com a proposta de solo urbano;	Espacialização na Planta de Ordenamento III – Programação e Execução; Medidas/Ações do Programa de Execução;
Continuar e reforçar a colaboração intermunicipal na gestão de água, energia e resíduos;	Medidas do Programa de Execução;
Fazer depender o licenciamento urbanístico da adoção de um sistema eficiente de drenagem e tratamento de resíduos urbanos;	Planta de Ordenamento III – Programação e Qualificação do Solo; Medidas do Programa de Execução; Normativo regulamentar;
Aumento do investimento municipal no ambiente e na requalificação dos Espaços Verdes Urbanos;	Medidas do Programa de Execução; Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo; Normativo regulamentar e Anexos 1, 4 e 5;
Desenvolver e pôr em prática programas de sensibilização e campanhas de recolha de resíduos tipo “monstros”;	Medidas do Programa de Execução;
Promover ações de formação e sensibilização relativa à reciclagem de resíduos sólidos, junto da população escolar, nos setores de atividades económicas e ao nível doméstico;	Medidas do Programa de Execução;
Promover a prevenção da produção de Resíduos Sólidos Urbanos, e incremento da separação na origem;	Medidas do Programa de Execução; Normativo regulamentar (artigo 15)
Concretizar os projetos de equipamentos coletivos e de infraestruturas, considerados estruturantes para o reforço do sistema urbano definido no modelo de desenvolvimento territorial local;	Medidas do Programa de Execução; Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo; Planta de Ordenamento III – Programação e Execução; Normativo regulamentar e Anexo 5;
Garantir o acesso da população aos equipamentos e serviços públicos disponíveis;	Medidas do Programa de Execução; Normativo regulamentar e Planta de Ordenamento III – Programação e Execução;
Execução dos projetos de reconversão de espaços públicos previstos no Plano de Atividades da autarquia e no Programa de Execução do PDM;	Medidas do Programa de Execução; Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo;
Apoiar a promoção do aumento da oferta de	Normativo regulamentar e Anexo 1, 2 e 3;

alojamento em TER e de outras iniciativas privadas de alojamento e de atividades turísticas;	
Potenciar a criação de novas vocações para o solo rural, de forma a estancar o despovoamento e a atrair população, quer permanente, quer temporária ou sazonal;	Medidas do Programa de Execução; Normativo regulamentar; Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo;
Impulsionar a diversidade económica no concelho, atraindo empresas com base na inovação e nos recursos locais;	Normativo regulamentar e Anexo 9; Espacialização de UOPG na Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo;
Concretizar os projetos/ações de valorização dos Espaços de Atividades Económicas;	Normativo regulamentar e Anexo 9; Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo;
Promover a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental para as indústrias aí localizadas;	Normativo regulamentar;
Adotar medidas de redução/minimização de ruído nas áreas de conflito identificadas a partir da elaboração do Mapa de Ruído, executando, deste modo, o Plano Municipal de Redução do Ruído;	Normativo regulamentar; Planta de Ordenamento II – Salvaguardas A - Geral; Medidas do Programa de Execução;
Promover a ecoeficiência municipal, nomeadamente ao nível da eficiência energética dos equipamentos públicos e dos sistemas de iluminação pública;	Normativo regulamentar; Plano Municipal de Ação Climática, (em execução)
Desenvolver ações para o aproveitamento das fontes de energia limpas fomentando a implementação da micro-geração;	Normativo regulamentar;
Articular as ações previstas para o território limiano com os concelhos vizinhos.	Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo; Planta de Condicionantes Gerais ; Programa de Execução; Plano de escala supramunicipal como o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Minho; Planta de Ordenamento II – Salvaguardas A - Geral; Planta de Riscos aos Usos do Solo; Regulamento

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Joaquim, M. (coord) (2008) *"As condições naturais e o território de Ponte de Lima"*; Ponte de Lima.
- CCDRN (2006). Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Norte. Termos de Referência. Porto.
- CMPL (2006) *"Carta Educativa do Concelho de Ponte de Lima"*. Câmara Municipal de Ponte de Lima.
- CMPL (2015) *"Caracterização Populacional e do Tecido Empresarial de Ponte de Lima e NUT III Minho-Lima"*. Câmara Municipal de Ponte de Lima.
- CMPL (sem data) *"Carta Desportiva do Município de Ponte de Lima"*. Câmara Municipal de Ponte de Lima.
- CMPL *"Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - 2013 – 2017"*. Caderno I – Diagnóstico e Caderno II – Plano de Ação. Câmara Municipal de Ponte de Lima.
- Conselho Local de Ação Social de Ponte de Lima; (2013) *"Diagnostico Social de Ponte de Lima"*. Câmara Municipal de Ponte de Lima.
- DGRF (Direção-Geral dos Recursos Florestais), Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho (DRAEDM) e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), (2006). *Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho*.
- DHVTECNOPOR (2000) *"PDM de Ponte de Lima – Relatório"*. Câmara Municipal de Ponte de Lima.
- CMPL (2018) *"Relatório do Estado do Ordenamento do Território de Ponte de Lima"*. Câmara Municipal de Ponte de Lima.
- CANCELA de Abreu (coord) (2004) *"Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental"*. DGOTDU, Lisboa.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado, (coord) (2007) *"Ponte de Lima uma Vila Histórica do Minho"*, Camara Municipal de Ponte de Lima.
- DGEEC (2017) *"Regiões em números 2015/2016 – Norte"*, Volume I. Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Lisboa.

- INE, (vários anos) "Anuários Estatísticos da Região Norte" Instituto Nacional de Estatística, I.P. Lisboa.
- CMPL (2012) "Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Ponte de Lima". Caderno I e II. Câmara Municipal de Ponte de Lima

Equipa Técnica

A equipa técnica é constituída por técnicos que integram as diversas entidades envolvidas, a saber:

Vastus, Lda

Coordenação

Doutora em Urbanismo

Mestre em Ordenamento do Território e Isabel Maria Matias

Planeamento Ambiental

Arquiteta

Geógrafo

Pascal de Moura Pereira

Engenheira Ambiental

Inês Costa

Arquiteto

Adriano Manuel Borges

Geógrafa

Andreia Pereira

Arqueóloga

Elisabete Pereira

Câmara Municipal de Ponte de Lima

Chefe de Divisão de Obras e Urbanismo José António Puga

Chefe de Divisão de Estudos e

Rogério Pereira

Planeamento

Coordenadora Gabinete Terra

Susana Zamith

Sistemas de Informação Geográfica

Carlos Pereira

ANEXOS

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)

Esclarecimentos

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) propostas e definidas no plano de execução, visam um planeamento e gestão territorial sustentável, em termos ambientais, patrimoniais, económicos e sociais, contribuindo assim, de forma inequívoca, para o desenvolvimento sustentável do nosso território.

A reclassificação do solo, em causa, assume-se de extrema importância no contexto atual verificado no centro urbano, cada vez mais saturado em termos populacionais e, consequentemente, em aglomerados de edifícios e no qual persiste uma grande e crescente procura de habitação própria permanente.

Neste sentido, o Município, enquanto entidade provedora e gestora do modelo de organização do sistema urbano, deve promover todas as diligências que entender necessárias que melhor apoiem as expectativas e carências da população nestas matérias.

O centro urbano admite-se como o grande polo central do concelho, agregando maior número de infraestruturas urbanas e prestação de serviços associados e naturalmente, no qual se desenvolve maior número de atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens, informação e serviços, tornando-se, por isso, premente, garantir o acesso a habitação junto a esta área de grande utilização coletiva. Ora, por todos os motivos mencionados, o seu espaço urbanizável disponível, é já, muito escasso, e por isso, a definição de zonas/áreas de expansão, torna-se, no contexto atual, inevitável e necessária para a fixação de população no concelho, visando o desenvolvimento económico e social do mesmo.

Acrescenta-se ainda que, estas, são, por norma, áreas consolidadas sob o ponto de vista de infraestruturas urbanas, nomeadamente abastecimento de água, distribuição de energia elétrica e telecomunicações, saneamento básico, e por isso, desta forma, são evitados encargos adicionais relativamente à sua execução, que nestes casos, não serão necessários.

A questão da habitação assume-se, hoje, como um instrumento chave, não só para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, como também para a qualificação e atratividade dos principais polos geradores de atividades económicas dos territórios. Manifestam-se assim, novos desafios decorrentes do novo paradigma de acesso ao mercado da habitação, quanto ao

perfil de relação casa-trabalho, dinâmicas familiares e mobilidades pendulares profissionais, motivado pela crise económica e financeira.

Neste contexto, a grande procura de habitação junto aos nossos polos industriais e empresariais de maior envergadura, é, já, uma realidade que não pode ser negligenciada, e por isso, revela-se de total importância a promoção do reforço do parque habitacional junto às zonas envolventes a esses espaços.

Atendendo, à atual conjuntura económica, esta mudança de abordagem admite-se, também, como uma oportunidade ao impulso e expansão da atratividade empresarial industrial, promovendo a valorização desses locais. O objetivo passa assim por desenvolver procedimentos proativos no sentido da captação de investimentos de natureza diversa e de valorização empresarial do concelho, capazes de gerar novas dinâmicas urbanas, com vista à sustentabilidade no desenvolvimento urbano.

Estas áreas estão inseridas, estrategicamente, junto às principais ligações rodoviárias do concelho, que permitem uma flexibilidade/facilidade de deslocações intermunicipais e inter-regionais, proporcionando um fluxo de tráfego espontâneo, que propicia o interesse dos investidores nestes polos.

A esta estratégia de desenvolvimento associa-se uma cultura de otimização dos recursos existentes, nomeadamente das vias de grande capacidade, nomeadamente, a A3 (eixo viário que liga o Porto e Braga/Guimarães à Galiza - Espanha, através da fronteira de Valença, com passagens nos concelhos de Santo Tirso, Famalicão e Ponte de Lima. É contínua do outro lado da fronteira, ligando cidades com Vigo, Pontevedra e Ourense) e a A28/IC28 (faz a ligação Norte-Sul, próxima da faixa litoral, com acessibilidade a Ponte de Lima através da A27 que se desenvolve ao longo do rio Lima), desfrutando assim o nosso território de duas autoestradas que se cruzam exatamente aqui, a A27 e A3, o que representa uma situação geográfica de excelência, em termos de acessibilidades, ocupando uma posição central num eixo de forte dinamismo demográfico e económico, que importa reforçar, substanciando a coesão territorial e a consolidação de um sistema urbano mais organizado.

Debruçando-nos e analisando os vários instrumentos existentes em matérias de políticas de habitação, torna-se patente a necessidade de ampliação do parque habitacional disponível, visando assim apoiar a promoção de soluções habitacionais, de forma a suprir, progressivamente, as carências da população.

Verifiquem-se, as conclusões retiradas do processo de levantamento das necessidades e auscultação pública (diagnóstico) das necessidades habitacionais, no âmbito da Estratégia

Local de Habitação (ELH) - *considerável conjunto de situações de habitação indigna*, sob as quais, ao Município incumbe a sua resolução de forma a alojar os que carecem de resposta habitacional, seja através de processos de qualificação do edificado existente, seja pela ampliação do parque habitacional municipal.

De forma a expor uma visão mais concreta sob o explanado, no âmbito do Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, enquadrado na ELH, existe, já, um total de 29 candidaturas: candidaturas aprovadas – 10, candidaturas contratadas – 9 e candidaturas em utilização – 10, segundo dados fornecidos pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), sob o ponto de situação das mesmas, submetidas ao PRR até à data de 13/10/2023.

A Carta Municipal da Habitação (CMH) de Ponte de Lima, em fase de aprovação, enquanto instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, apresenta também um diagnóstico global das carências habitacionais. Pela sua análise, destaca-se, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), que a taxa de atividade do concelho, cuja permite avaliar o peso que a população ativa exerce sobre a população total, aumentou em quase todas as freguesias de concelho, predominantemente e com maior relevância nas freguesias do centro urbano e freguesias limítrofes, aumentando praticamente metade entre 2011 e 2021, o que revela uma crescente anexação de pessoas de idade jovem e uma grande oferta de serviços e emprego no território. Perante este facto, e promovendo a fixação desta população no concelho, determinante para a potencialização do crescimento económico e demográfico do mesmo, torna-se evidente a necessidade imediata de ampliação do parque habitacional disponível nestas zonas.

No âmbito do diagnóstico local de habitação, elaborado na CMH e nas Zonas de Pressão Urbanística (ZPU), nomeadamente no documento enquadrador de proposta de delimitação dessas áreas, e com base em dados do INE sobre os edifícios licenciados e proporção de licenças atribuídas para habitação familiar, compreendeu-se que o edificado existente destinado à habitação familiar está em crescimento, o que demonstra que a população está a investir, cada vez mais, na sua própria residência permanente e familiar.

É também possível aferir, pela análise de dados do INE, patentes na CMH, que existe uma intrínseca relação entre a posse de propriedade e a possibilidade de habitar neste território, ou seja, é possível aferir que continua, nos dias de hoje, a afetação e parcialização das propriedades para albergar novas habitações para filhos na fase de emancipação. Ora, atendendo ao aqui descrito, e se é intenção do Município promover todos os esforços

necessários à fixação de população, preferencialmente, em idade laboral e por isso população ativa, terá que encetar todas as diligências que estão ao seu alcance para que se possam ultrapassar estas questões, de forma a permitir o uso desse “solo familiar” para habitação própria permanente, numa lógica de preservação e satisfação dos interesses das gerações vindouras da população limiana.

Mais se acrescenta que, pelas conclusões retiradas da conjugação de vários dados do INE, efetuados do âmbito da proposta de delimitação das ZPU, já mencionada, foi possível observar que o território do concelho de Ponte de Lima é pouco homogéneo relativamente à ocupação e é possível facilmente identificar as zonas de maior pressão urbanística, uma vez que basicamente correspondem ao corredor urbano central, aos eixos urbanos da EN201, EN204 e EN306, e ao núcleo urbano de Freixo e área de influência, fortemente caracterizados por zonas consolidadas ao nível de infraestruturas, da oferta de equipamentos públicos, privados e do parque habitacional – onde se registam os indicadores mais elevados que concorrem para a qualidade de vida da população.

No entanto, importa também destacar a área rural norte e sul do concelho, efetivamente com a maior expressão de solos para expansão urbanística, contudo as quais oferecem, já também, excelentes condições em termos habitacionais para a população que aí reside e aspira residir, e onde se registam os indicadores mais elevados que concorrem para a qualidade de vida da população.

Sobressaem nesta matéria os núcleos urbanos das Aldeias de Montanha, cada vez mais procurados pela população para residência permanente, contribuindo para a atratividade destas zonas o forte investimento e incentivos que se têm verificado ao longo dos últimos anos, nomeadamente a criação de equipamentos e infraestruturas relativas ao Turismo de Natureza, promovendo assim a descentralização da oferta, de recursos e consequentemente de todo o território limiano, salvaguardando também o património natural, cultural e rural, que tão bem caracteriza o concelho.

Neste contexto, os indicadores estudados, com base nos dados do INE, revelam nestas áreas uma desadequação entre a procura e a oferta nomeadamente no que diz respeito ao valor de mercado face aos rendimentos e à capacidade financeira dos munícipes nas zonas de maior procura, mas também uma tendência para uma procura superior à oferta.

Comparando estas zonas/manchas delimitadas de pressão urbanística, e por isso onde está demonstrada a escassez de habitação, com as áreas demarcadas como UOPG, confirma-se, por norma, a sua coincidência expressiva, o que demonstra grande coerência e uniformização

entre todos os instrumentos, já mencionados, em matéria de habitação, no que concerne, não só a estas análises efetuadas a nível concelhio e identificação dos problemas existentes e reais, como também na forma de operacionalização de respetivas medidas que permitam as suas resoluções.

Importa ainda considerar que, pretende-se prover a contenção da fragmentação territorial e assim garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes, criando-se desta forma, uma lógica de continuidade urbana, indispensável ao equilíbrio do sistema urbano do concelho.

A reclassificação das áreas no âmbito da proposta das UOPG, aborda assim um conjunto de objetivos que essencialmente pretendem desenvolver, a uma maior escala, a organização do espaço, a distribuição funcional e os sistemas de continuidade com a envolvente.

Neste sentido, estes espaços de urbanização programada permitem o aumento da habitação unifamiliar, uma vez que se localizam, maioritariamente, perto do centro urbano, beneficiando da proximidade de infraestruturas, rede de transporte e acesso a equipamentos de utilização coletiva, tornando-se, por isso, mais atrativos para a fixação da população ativa no concelho.

De igual forma, a expansão de zonas industriais, particularmente aquelas próximas a eixos rodoviários principais, assume-se de extrema importância para o desenvolvimento ou criação de novas empresas, contribuindo para a fixação de mão de obra qualificada no concelho.

Deste modo, pretende-se fomentar um território cada vez mais competitivo e atrativo, alavancando, assim, aqueles que são os objetivos basilares da estratégia municipal.

Paços do Concelho de Ponte de Lima, 21 de fevereiro de 2024,

O Presidente da Câmara Municipal

Vasco Nuno Magalhães Velho de Almeida Ferraz, Eng.º

